



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

A Monodocência nas 5.^a e 6.^a classes do Ensino
Primário em Angola: a visão dos professores

Anacleto Ferramenta Isaías, N.º 10146
Orientação: Prof. Doutora Marília Evangelina
Sota Favinha

Mestrado em Ciências da Educação
Área de especialização: Administração e Gestão Educacional

Dissertação

Évora, 2013

DEDICATÓRIA

Em memória da minha saudosa esposa Rebeca Rodrigues de Oliveira Isaías e da minha filha Arlinda Celeste Oliveira Isaías.

Da nossa felicidade só resta a saudade. Lamento o facto de não poderem ler este meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha orientadora, Professora Doutora Marília Evangelina Sota Favinha, por me ter acompanhado ao longo de todo o meu trabalho de mestrado com uma prodigiosa atenção, simplicidade e sapiência. Culta e religiosa, a Doutora Favinha nunca mistura o *trigo com o joio*, apenas se dedica ao seu trabalho, que procura fazer com muito alento.

Agradeço, igualmente, à Universidade Metodista de Angola, por envidar esforços atinentes à concretização deste mestrado em Ciências de Educação, na Especialidade de Administração e Gestão Educacional.

A todos os meus filhos, espalhados em Angola, Namíbia, Rússia e América, também devo referir o meu gesto de reconhecimento, especialmente à Terezinha, ao Cidalino e à Vitorina, pelo determinante apoio, afeto e encorajamento deles obtido, que me chegou por terra, mar e ar.

Um grande “Bem-haja” a todos.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS.....	II
ÍNDICE DE QUADROS	V
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	VI
RESUMO.....	VII
INTRODUÇÃO.....	8
1. Objeto e Justificação da Investigação.....	11
2. Problemática da Investigação	11
3. Questões de Investigação	12
4. Objetivos da investigação	13
5. Organização da Investigação	14
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	16
CAPÍTULO I – ANGOLA: BREVE RESUMO HISTÓRICO	17
1.1 Território.....	17
1.2 Os Povos e as culturas Angolanas.....	19
1.3 Breve resenha histórica.....	21
CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL E ANGOLA	23
2.1 Breve Caracterização.....	23
2.2 O Sistema Educativo Português.....	24
2.3 O Sistema Educativo em Angola.....	26
CAPÍTULO III – CARATERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA.....	30
3.1 Estrutura do Sistema Educativo em Angola	30
3.2 A Monodocência em Angola	45

3.3	<i>A Polidocência em Angola</i>	53
3.4	<i>Polidocência versus Monodocência</i>	61
PARTE II - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO		64
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA		65
4.1	<i>Opções Metodológicas</i>	65
4.2	<i>Caraterização da amostra</i>	67
4.3	<i>Pesquisa bibliográfica e Documental</i>	69
4.4	<i>Técnicas e instrumentos</i>	69
CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS DADOS		72
5.1	<i>Caraterização dos Entrevistados</i>	72
5.2	<i>Categorização das Entrevistas</i>	76
CAPÍTULO VI – APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS ..		87
6.1	<i>Fichas síntese das entrevistas</i>	87
CAPÍTULO VII – SÍNTESE DOS RESULTADOS		98
CONCLUSÕES FINAIS		102
SUGESTÕES		105
RECOMENDAÇÕES		105
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		106
	<i>Legislação Consultada</i>	108
APÊNDICES		110
APÊNDICE I		111
	<i>Guião de Entrevista</i>	111
APÊNDICE II		113
	<i>Transcrição das entrevistas</i>	113

APÊNDICE III	137
---------------------------	------------

<i>Unidades de Sentido</i>	<i>137</i>
----------------------------------	------------

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Amostra	70
Quadro 2 – Sexo dos entrevistados	72
Quadro 3 – Habilitações literárias dos entrevistados	73
Quadro 4 – Área de Formação.....	74
Quadro 5 – Anos de Serviço dos Entrevistados na Educação	75
Quadro 6 – Ano em que lecionam.....	76
Quadro 7 - Grelha de Categorização dos Entrevistados de EA1a ED1	77
Quadro 8 - Grelha de Categorização dos Entrevistados de EA2 a ED2	83

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados.....	72
Gráfico 2 - Habilitações literárias dos entrevistados	73
Gráfico 3 – Área de Formação dos profissionais de ensino licenciados	74
Gráfico 4 - Anos de Serviço dos Entrevistados na Educação	75

RESUMO

O propósito desta investigação é o de contribuir para a análise e compreensão crítica da prática de Monodocência em comparação com o regime de Polidocência nas 5.^a e 6.^a classe em duas escolas, uma pública outra privada, do Ensino Primário, em Angola.

Hoje em dia estão disponíveis recursos com um elevado potencial em contexto educativo, nomeadamente porque permitem que os professores, e mais especificamente os alunos, possam aprender de um modo diferente do que tradicionalmente é feito na escola. É neste cenário de evolução do sistema educativo em que nos encontramos agora em Angola, que optámos por conhecer as percepções dos professores acerca dos regimes de Monodocência e Polidocência.

Em concreto, pretendemos responder à questão de investigação:

- Qual a visão dos professores sobre a prática de Monodocência a nível das 5.^a e 6.^a classes no Ensino Primário em Angola?

Este estudo tem como objetivo principal analisar as percepções e representações que professores angolanos têm relativamente a estas duas práticas.

Dada a importância atribuída ao que pensam professores, optámos por realizar um estudo de natureza qualitativa, envolvendo professores de diferentes anos letivos, nomeadamente da 5.^a e 6.^a classes do Ensino Primário em Angola, numa escola pública e numa escola privada.

Os principais resultados esperados serão o contributo para a compreensão dos modos de trabalho mais adequados em torno destas práticas numa perspetiva de maior ação e de novas e diferentes abordagens ao ensino por parte dos professores.

Palavras-Chave: Sistema de Educação em Angola, Ensino Primário, Monodocência, Polidocência, Percepção e Representação dos professores.

ABSTRACT

A SINGLE TEACHER AT THE 5.TH & 6.TH GRADE OF PRIMARY EDUCATION IN ANGOLA: THE VISION OF TEACHERS

With the aim of contributing to the understanding of the practice of a Single Teacher on the 5th and 6th grade in two schools, one public and one private, what are their benefits over the Multiple Teachers experience, this research will focus on the analysis and understanding of the practice of the teachers at the 5 th and 6 th grade of Primary Education in Angola.

Nowadays, we have available resources with a high potential in educational settings, particularly because they allow teachers and specially students to learn in a different way than it is traditionally done in school.

This is the scenario of evolution of the system in which we now find ourselves in Angola, in conjunction with my personal interest, which arises the idea of questioning what is the vision that teachers have about these two regimes, Multiple Teachers versus a Single Teacher.

Specifically, we intend to answer the research question about what is the vision of teachers on the work of a single teacher at the 5th and 6th grade of Primary Education in Angola?

This study aims to analyze the perceptions that teachers have on these two practices and search a further knowledge of each kind of teaching.

Given the importance attached to what teachers think, we have chosen to conduct a qualitative study, involving teachers from different school years, including the 5 th and 6th grade. It is in this context that we will study how these teachers see the practice of a Single Teacher at the level of 5th and 6th grade of Primary Education in Angola in a public school and a private school.

The main expected results are a contribution to the understanding of the most appropriate ways to work around these practices in a larger perspective of action and new and different approaches of teaching by the teachers. It is expected, firstly, that teachers have a more collaborative and, moreover, that the processes of teaching and learning in school may value creativity, innovation, improving therefore the quality of learning and the daily work of teachers.

Key-Words: Single teacher, Multiple Teachers, perception of teachers, primary school, education system in Angola.

INTRODUÇÃO

Responder adequada e criativamente às questões do ensino no que diz respeito à diversidade, é hoje um desafio constante tanto para os professores como para as escolas e os sistemas educativos. Na sociedade atual existem múltiplas pluralidades, nas formas de socialização, de educação, de linguagem e de comunicação. Porém, a questão da abertura das escolas, dos professores e dos currículos à diversidade é uma questão difícil. As investigações revelam que as concepções dos professores acerca da diversidade cultural são confusas e redutoras; enquanto alguns adotam uma concepção etnocêntrica, problemática e preconceituosa, outros têm uma perspectiva relativista e romântica, ou com excessiva valorização das diferenças.

A formação reclama, assim, perguntas e respostas ao nível da organização e do desenvolvimento de políticas e de currículos de formação que promovam uma visão crítica da sociedade e uma ação educativa clarividente, fundamentada e refletida.

As questões da educação em Angola são muito complexas e encontram-se em pleno processo de transição. Sendo esta uma das principais razões para as constantes mudanças do sistema educativo, mudanças essas que geram globalmente grandes oportunidades e grandes desafios.

Angola enfrenta ainda o combate à iliteracia, à redução das assimetrias educacionais, à redução da taxa de analfabetismo e promove a reconstrução do sistema educativo e a escassez de recursos educativos, entre outros.

É necessária uma reflexão com todos os atores envolvidos na comunidade educativa, principalmente a dos professores, pois na atual escola pública de Angola o papel do professor, enquanto agente educativo, tem em vista uma melhoria significativa da qualidade da educação no País.

O problema desta investigação surge com o facto de como é visto pelos professores a prática da Monodocência ao nível da 5.^a e 6.^a classes, bem como as suas vantagens e desvantagens em relação à Polidocência.

A Monodocência é um regime educativo em que um mesmo educador, se ocupa de um grupo de alunos, dando-lhes todas as disciplinas necessárias

para a sua formação. Noutros termos, na Monodocência existe apenas um único professor que assegura todas as áreas disciplinares.

Pretendemos com este estudo verificar se há ou não contribuição da Monodocência na melhoria da qualidade de ensino que se pretende assegurar, como resultado da segunda reforma educativa da Angola independente.

Na perspetiva de monodocência, o professor único não se justifica por ser polivalente mas, sim, porque é considerado um especialista em todas as áreas do currículo. Mas será que consegue ser? O que este docente possui, do nosso ponto de vista, é uma preparação genérica, dos conteúdos tendo em vista o carácter básico, ou estruturante, do primeiro nível da escolaridade obrigatória. Provavelmente seguindo a lógica de Sérgio (1918) que já no início do século XX, defendia que *“O essencial é ter professores que saibam usar os bons métodos de ensino. Reparem que não nos referimos a professores que conheçam bem os assuntos a ensinar; não digo mesmo ter professores que conheçam bem as boas teorias de educação, lidas nos livros dos bons pedagogos. Nenhum de nós ficará sendo um bom marinheiro por ler bons livros.”* (p. 19)

O regime da monodocência baseia-se em argumentos psicológicos e sociológicos que por si só justificam uma pedagogia globalizante, nem permitem aplicações curriculares integradas. A globalização curricular, segundo Pacheco (1996), conduz às aprendizagens por unificação de conteúdos, independentemente das áreas curriculares.

Desde o início do século XX que a globalização escolar, em alternativa ao ensino por *“disciplinas”*, é uma questão pedagógica em aberto, de acordo com Decroly (1929), a criança é colocada no centro da ação pedagógica, edificando a sua autonomia através da própria experiência no seu meio social conforme as suas necessidades e interesses existindo uma *“perceção dos inteiros sem distinção das partes”*, que leva à substituição dos programas das áreas escolares por unidades de trabalho.

Como o ensino primário constitui a base de todo o esquema educativo de um país, a variante *“melhoria de qualidade e eficácia de ensino”* tem como variante independente a *“valorização do professor”*. E para que o professor seja valorizado dentro do contexto da Monodocência do ensino primário, a sua

formação não lhe deve proporcionar uma especialidade voltada só para duas disciplinas, evitando-se assim que ele ganhe aversão ao dito regime da Monodocência.

Em Angola, a Monodocência pratica-se no ensino Primário do subsistema do ensino geral, no subsistema do ensino pré-escolar e na fase primeira do subsistema do ensino de adultos (alfabetização). Em todos os outros níveis e subsistemas pratica-se a polidocência.

Esta investigação foi realizada a professores das 5.^a e 6.^a classes em duas escolas primárias, sendo uma delas privada, o Colégio Joaquina e Sumbe, que é uma instituição educacional privada para o Ensino Geral, e a outra pública, a escola n.º 5003 (Escola Paiva Domingos da Silva), que é um estabelecimento público de educação.

Para este trabalho que traduz o estudo exploratório e descrito, optou-se por realizar uma abordagem qualitativa, que consistirá na aplicação de entrevistas aos professores a respeito da sua visão quanto à Monodocência e Polidocência. Serão nestas duas escolas, no qual serão analisados os aspetos referentes às suas vantagens e desvantagens.

Logo, a escolha mais adequada para o tipo de investigação pretendida foi um estudo exploratório, que contribuirá para uma compreensão profunda e detalhada das interações e das práticas de Monodocência e Polidocência no novo sistema de ensino Angolano.

Confrontados com a necessidade de elaborar uma investigação original e rigorosa, para a obtenção do grau académico de mestre, desde cedo optámos por uma temática que estivesse ligada à realidade do nosso país, com grande preocupação pelo que é hoje o Sistema Educativo e as práticas de Monodocência e Polidocência.

OBJETO E JUSTIFICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Como referimos esta investigação tem como objetivo principal analisar a perspetiva que os professores têm da Monodocência, em duas escolas primárias de Angola, uma do Ensino Privado e outra do Ensino Público, uma vez que são duas instituições distintas.

Consideramos necessária uma reflexão com todos os principais atores envolvidos na comunidade educativa, assim o nosso estudo incidirá nos professores, pois na atual escola pública de Angola, o papel do professor enquanto agente educativo, tem em vista a melhoria significativa da qualidade da educação no país. Há que refletir sobre as opiniões dos professores em relação à problemática da Monodocência no âmbito da implementação do programa da reforma educativa do ensino primário, em particular. Pensamos que deve ser feita uma análise dos progressos alcançados na melhoria da qualidade de ensino com a implementação da reforma educativa. Serão também identificados os principais constrangimentos deste sistema de ensino e será feita uma reflexão das condições atualmente existentes na implementação da Monodocência e Polidocência no Sistema Educativo Angolano.

PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO

Pretende-se responder à questão de investigação, **qual a visão dos professores sobre a prática de Monodocência a nível da 5.^a e 6.^a classes do Ensino Primário em Angola?**

É neste sentido que se apresentam a seguir os principais referenciais teóricos do estudo, em torno da problemática de investigação, à luz dos quais se fundamentam e discutem opções, se levantam questões e se reflete na procura de um melhor entendimento sobre a problemática em análise.

O problema desta investigação surge na necessidade de saber como é vista pelos professores a prática de Monodocência.

QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Em torno da questão principal, **qual a visão dos professores sobre a prática de Monodocência ao nível da 5.^a e 6.^a classes do Ensino Primário em Angola?** Pretendemos responder às seguintes questões de investigação:

1. Qual ou quais a(s) formações pedagógicas complementares à formação inicial que os professores possuem?
 - a) Aplica essa formação no decurso das suas funções?
 - b) Quais as vantagens dessa formação?
2. De acordo com a formação que adquiriu ao longo dos anos, sente que está totalmente preparado para lecionar essa(s) disciplina(s)?
3. Será que o nível de conhecimentos que possui vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente no país?
4. Qual a opinião em relação à Monodocência, enquanto professor?
 - a) Considera-a vantajosa em relação à Polidocência?
5. Qual ou quais as vantagens da Monodocência nas 5.^a e 6.^a classes?
 - a) A Monodocência ao nível da 5.^a e 6.^a classe em Angola deve continuar a ser implementada conforme a legislação vigente?
 - b) Esta deve continuar com professores especialmente preparados ou qualquer professor pode lecionar a estas classes?
6. Em que anos considera, o professor, que os alunos devem passar para um regime de Polidocência?

7. Considera os programas curriculares adequados às necessidades reais do ensino?
8. Qual o número de disciplinas a serem lecionadas que considera ser adequado a este regime de ensino? Quais?
9. Considera o fator inovação uma constante nos nossos Sistemas Educativos?
10. Qual a sua opinião acerca da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) partir da 5.^a classe?
11. Considera ser essencial iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.^a classe?
 - a) Qual e quais as vantagens?

OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

a) Objetivo geral

Esta investigação tem como objetivo principal analisar quais as perceções dos professores em relação ao regime de Monodocência da 5.^a e 6.^a classe.

b) Objetivos específicos

- Verificar se os professores têm formação pedagógica complementares à formação inicial, para o exercício da função;

- Conhecer se a formação que estes professores adquiriram ao longo dos anos, os prepara para lecionar nas 5.^a e 6.^a classes;
- Analisar a importância dos cursos de formação inicial e contínua, valorizando a experiência profissional;
- Conhecer qual é a importância da Monodocência e as suas vantagens;
- Compreender em que ano é mais importante que os alunos passem a um regime de Polidocência;
- Saber se o número de disciplinas que são lecionadas é adequado no regime de ensino de Monodocência;
- Analisar a importância da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) partir da 5.^a classe;
- Identificar o grau de relevância da aprendizagem de uma língua estrangeira a partir da 5.^a classe.

ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

A escola, para os elementos que nela estão vinculados, não é apenas um espaço onde se trabalham conhecimentos com os alunos, mas também um espaço aberto que fomente a análise e decisão de solucionar qualquer situação que melhore e produza sucesso no desempenho da comunidade educativa.

Neste contexto, este trabalho estruturou-se da seguinte maneira:

Introdução, onde se aborda o problema do estudo, a importância, os objetivos do trabalho, formulação das questões de partida e a delimitação do estudo.

De seguida, o trabalho foi dividido em duas grandes partes: uma primeira parte onde se procedeu ao Enquadramento Teórico e uma segunda parte onde se explanou a Metodologia da Investigação.

Na Parte I desenvolveu-se o referencial teórico, definição de termos e conceitos relacionados com o tema em estudo, bem como se tratou, de uma forma genérica, algumas questões fundamentais que serviram de base para a realização da pesquisa.

Na Parte II tratou-se as questões relacionadas com a metodologia científica, tais como: o modelo de pesquisa, a população e amostra, as técnicas e instrumentos de investigação, os procedimentos utilizados e as dificuldades encontradas durante a realização do trabalho de investigação. Apresentou-se a análise e interpretação dos dados recolhidos pelo instrumento de investigação utilizado e apresentaram-se as tabelas e respetivos gráficos das sínteses das entrevistas, refletindo o tratamento dos resultados.

Em função das conclusões, apresentaram-se propostas e sugestões visando contribuir para a análise e compreensão das perceções dos professores em relação ao regime de Monodocência nas 5.^a e 6.^a classes, bem como a sua comparação ao regime de Polidocência.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – ANGOLA: BREVE RESUMO HISTÓRICO

1.1 TERRITÓRIO

A República de Angola fica localizada no cruzamento da África Central e Austral, alguns consideram que ela se situa na África Central Ocidental, a sul do Equador. “O seu território estende-se entre os 5 e os 18 graus de latitude sul, e entre 12 e 24 graus de longitude leste de Greenwich” (Pélissier & Wheeler, 2011, p. 25).

O país é limitado a norte pela República Democrática do Congo (R D C), a este pela R D C e pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste banhado pelo Oceano Atlântico.

Tem como Capital a cidade de Luanda. O país está dividido em 18 Províncias e a Província mais a Norte, Cabinda, encontra-se separada das outras pelo rio Zaire ou Congo. Tal como refere Pélissier & Wheeler (2011), Angola tem uma superfície de 1.246.700 quilómetros quadrados e uma população de 20 900 000 habitantes. Segundo estimativa, de acordo com os dados recolhidos no censo 1970.

Em termos de geografia física, Angola pode ser dividida em três zonas principais, de oeste para leste, em direção ao interior. Primeiro há uma região costeira de terras baixas, com pouco mais de 150 quilómetros no seu espaço mais largo, que abrange quase toda a faixa longitudinal do país desde o extremo norte junto à foz do rio Zaire até ao extremo sul, junto à foz do rio Cunene. Seguidamente tem-se uma região composta por uma faixa estreita, com subplanaltos, que se eleva de 300 a 1000 metros de altitude. A zona mais oriental é um planalto e eleva-se numa série de mesetas com uma altitude entre 1200 a 2100 metros aproximadamente.

Angola tem uma grande variedade de climas, flora e fauna. A dimensão do território é imponente. É uma das maiores unidades geográficas do Continente Africano. Os seus mais de 1,24 milhões de quilómetros quadrados, equivalem ao conjunto das áreas somadas dos países Europeus: França, Inglaterra e Espanha, ou catorze vezes e meia a área da antiga Metrópole - Portugal continental.

Em relação à hidrografia, os principais rios são: o Zaire, o Cuanza, o Cunene, o Cubango, o Cuito, o Catumbela e o Cuando.

O rio Cuanza é o maior dos que nascem, correm e desaguam em território angolano. Até 1975, foi o maior rio de todo o império português. Segundo Pélissier & Wheeler (2011), "o rio Cuanza era o corredor da migração ocidental dos povos africanos provenientes do leste e do norte. Para os brancos recém-chegados, o Cuanza funcionava como uma auto-estrada para o avanço do comércio e da colonização para o leste" (p. 28).

A maior bacia hidrográfica de Angola situa-se na Província do Huambo e no Município de Vila Nova, hoje denominada de Tchicala Tcholohanga. Aí nascem os rios Cunene, Cubango, Cuando pequeno e Cutato num curto raio de 40 quilómetro.

É ao longo da costa atlântica que se encontram os principais portos de Angola e localizam-se nas cidades de Luanda, Lobito, Namibe e Cabinda, encontrando-se este último ainda em construção.

No que diz respeito a produção, Angola até 1973 foi produtora de café, cana-de-açúcar, algodão, cereais (milho, arroz, sorgo, etc.), feijão, gergelim, gado, hulha, cobre, ferro, ouro, petróleo e diamantes. Hoje ainda exporta petróleo e diamantes. O petróleo que se produz em Angola 67% é extraído em off-shore em Cabinda e os diamantes são maioritariamente explorados a partir das Lundas.

Figura 1 – Mapa das Províncias de Angola



1.2 OS POVOS E AS CULTURAS ANGOLANAS

Angola é uma sociedade pluralista composta por vários grupos culturais. Pélissier & Wheeler (2011), refere que "*os principais grupos etnolinguísticos entre os povos angolanos são os seguintes: os baongo, os quimbundo, os ovimbundo, os lunda-quioco, os nganguela, os nyaneka-humbe os herero e os ovambo*" (p. 32).

De acordo com Castro (2006), os baongo falam o quicongo e são o povo que se encontra mais a norte, no enclave de Cabinda e nas regiões do noroeste de Angola. Uma estimativa credível dos anos 60, apontava que estes eram cerca de 400 mil habitantes. Este grupo etnolinguístico manteve contactos relativamente próximos com os europeus desde finais do século XV.

Os quimbundo falam o quimbundo e estão localizados sobretudo nas áreas de Luanda, no baixo vale do Cuanza e sobem com o rio até Malange. A população quimbundo anda à volta dos 700 mil habitantes. Porém, pode incluir outras 400 mil pessoas cujas culturas refletem as influências quimbundo, nomeadamente os Ngoias da região da Quibala na Província do Cuanza Sul.

Os ovimbundo também chamados "povo suave" habitam densamente os planaltos centrais de Angola. Estes constituem o grupo cultural mais numeroso desta sociedade plural, pelo fato de os seus antepassados terem sido contra a escravatura desenfreada. São mais de 5,7 milhões de habitantes, ou seja mais de um terço da população africana do país. Este povo tem hábitos tendencialmente migratórios, mais do que sedentários. Os ovimbundo falam o umbundo e participam numa diáspora espetacular, pela sua extensão e importância histórica. Este povo está distribuído por todo território nacional, contudo a sua origem provém da zona central do país.

Os lunda-quioco constituem mais de 500 mil habitantes e vivem no nordeste de Angola. Estes primordialmente habitavam na província de Catanga. Os lunda migraram para o leste de Angola a partir do século XVI, os quioco são mais numerosos do que os lunda, mas ambos os povos estão unidos por laços históricos de alianças e matrimónio. São artisticamente muito talentosos e à semelhança dos ovimbundo, os quioco têm hábitos migratórios, percorrendo grandes distâncias na África Central.

Os povos nganguela (chamados em português ganguela), cuja população nos anos 60 se estimava em cerca de 350 mil, foram apanhados entre os ovimbundo e os lunda-quioco. O termo "nganguela" para os ovimbundo significa "não pessoa" num contexto de depreciação tribal dos seus vizinhos do oriente e do sul. Dividem-se em subgrupos: existem os Nhembas, Ngonjelos, Calutchazes e outros.

O povo nyaneka-humbe conta com cerca de 150 mil indivíduos. Ao contrário de muitos dos seus vizinhos do norte, este povo sempre tendeu a resistir às influências exteriores. Vivem na região do planalto da Humpata, na Província da Huila e no vale do rio Cunene. São acima de tudo pastores de gado bovino, deixando para as mulheres todas as atividades agrícolas que praticam. Devido à sua atividade principal que é o pastoreio são poucas as crianças que frequentam a Escola.

O povo migratório herero, que habita o sudoeste de Angola, é composto por mais de 20 mil e vivem nas planícies áridas da Huila e Namibe. Os herero dedicam-se essencialmente à criação de gado devido à sua cultura. Este povo não exerce outro tipo de atividades sedentárias; ao contrário de muitos dos outros povos angolanos, os herero não têm chefes. Pertencem às culturas da Namíbia, tanto quanto do sudoeste de Angola.

O povo ovambo é um pequeno grupo, que conta apenas com cerca de 60 mil que habitam as planícies secas a leste da Província do Cunene. O gado bovino, para eles, constitui uma parte importante da sua vida, embora se envolvam mais na agricultura do que o seu povo vizinho, os herero. Este povo, para quem as fronteiras modernas parecem não ter qualquer importância, desloca-se regularmente para dentro e para fora da Namíbia. Os mais fortes e famosos membros do povo ovambo são os quanhamas, que rondam os 50 mil, os quais resistiram à ocupação portuguesa durante mais tempo do que a maior parte dos povos vizinhos.

Estes povos são todos de origem bantu que penetraram e se espalharam pelo território que hoje se chama Angola, possivelmente no princípio do segundo milénio da era de Cristo.

Existem três pequenos grupos não bantu em Angola que são os bosquímanos, os cuissi e os cuepe. Contando apenas com cerca de dois a

cinco mil indivíduos, os não bantu são sobretudo nómadas do deserto, no sul e sudoeste de Angola. Estes são os últimos sobreviventes dos antigos caçadores-recoletores dos tempos primitivos. Estes homens de pele castanha são marginais, quer em termos raciais quer em termos culturais. Não pertencendo exatamente ao grupo racial negro, possuem algumas características fisiológicas do grupo mongol. Não estão integrados na sociedade moderna porque, nos últimos cinco séculos em que a presença do homem branco abundou nas suas terras, rejeitaram as influências bantu e europeias e avançaram e avançam por sua conta e risco para o deserto duro e inóspito que, paulatinamente, os vai dizimando.

1.3 BREVE RESENHA HISTÓRICA

No ano de 1482, o escudeiro e depois cavaleiro da casa do Infante D. Henrique, Diogo Cão, foi enviado por D. João II, Rei de Portugal, para realizar duas viagens de descoberta da costa sudoeste africana. Na primeira viagem, chegou até à foz do rio Zaire ou Congo e avançou pelo interior (Nascimento, 2013; Ramos, Sousa & Monteiro, 2011). Depois de ter regressado à foz do rio Zaire, Diogo Cão colocou um Padrão na margem esquerda do rio, na localidade onde hoje se encontra a cidade do Soyo, antiga Santo António do Zaire. Na segunda viagem, feita no ano de 1484, Diogo Cão correu toda a costa de Angola atual, chegando, portanto, até à foz do rio Cunene.

Durante séculos, a presença portuguesa em Angola não se fazia sentir senão ao longo dessa costa descoberta por aquele navegador e nos entrepostos comerciais nela fixados para a aquisição de escravos onde mais tarde se acresceu a borracha. De acordo com Ramos, Sousa & Monteiro (2011), a 25 de Janeiro do ano de 1576, reinava em Portugal o rei D. Sebastião, Paulo Dias de Novais chegou a Angola e fundou a cidade de São Paulo de Assunção de Luanda, cujo nome evoluiu para São Paulo de Luanda e depois Luanda, até hoje Capital de Angola. Depois de Luanda, a segunda cidade que se fundou foi Benguela.

Durante o século XVII praticou-se simplesmente o comércio de escravos na costa de Angola. É de salientar que, dentro desse século, com o

enfraquecimento do poder régio de Portugal dominado pela Espanha, os holandeses usurparam Angola por algum tempo. Todavia, Salvador Correia de Sá e Benevides, partiu do Brasil com algumas Forças Navais e recuperou Angola dos holandeses a 16 de Agosto de 1648, na Fortaleza de S. Miguel em Luanda (Newitt, 2012).

No decorrer do século XIX, o Marques de Sá da Bandeira, Ministro da Marinha dos reis D. Maria II, D. Pedro V e D. Luis, traçou um plano que viria contornar o problema do povoamento de Angola e de desenvolvimento agropecuário para o sul de Angola. A Província da Huila tinha como capital a cidade de Sá da Bandeira. No fim do século XIX, foi feita a execução do programa obrigatório da ocupação territorial de Angola que como qualquer outra das parcelas portuguesas em África, foram neste traçadas fronteiras definitivas e uma ocupação efetiva. Assim, grandes contingentes militares comandados por Generais tiveram que se mover para o “Ultramar” para ocupar os territórios através da força das armas (Teixeira, 2011).

Depois da guerra do Ultramar, nos meados do século XX, Angola conheceu o seu maior arranque de desenvolvimento económico, graças ao aparecimento do Estado Novo na Metrópole (Teixeira, 2011). O Estado Novo entrou em vigor após a aprovação da Constituição no ano de 1933, à qual se adicionou o Ato Colonial, inspirado e redigidos pelo Professor Doutor António de Oliveira Salazar e que só seriam cidadãos portugueses aqueles que, atingindo a maior idade, provassem que sabiam ler, escrever e falar corretamente o português. Chamou-se a este ato a “Assimilação” (Teixeira, 2011). Falar e escrever corretamente o português, pressupunha passar pela Escola e a Escola para o nativo não existia, havia sim, algumas simulações educativas tuteladas pelas Missões católicas e protestantes, simplesmente para formar catequistas e pouco mais (Carvalho, 2011).

CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL E ANGOLA

2.1 BREVE CARATERIZAÇÃO

Angola como país independente não tem mais de 38 anos de existência, portanto, a Educação de Angola está sempre presente nos programas educativos de Portugal desde o tempo da sua descoberta, ou seja, tempo durante o qual Angola foi parcela pertencente ao Ultramar português (Carvalho, 2011).

Os governos de Portugal, quer os dos tempos monárquicos quer do tempo republicano, tiveram sempre atenção sustentada no que respeita à educação nos territórios de língua portuguesa (Carvalho, 2011).

O Sistema educativo português ganha forma de consistência nos meados do século XIX. Em 1859, quando D. Pedro V era rei de Portugal, foi criada uma Direção Geral da Instrução Pública. A 12 de Junho de 1870 essa Direção foi transformada em Ministério de Instrução Pública. Por seu turno esse Ministério durou apenas seis meses, porque em 27 de Dezembro de 1870, o Ministério foi extinto (Benedito, 2012, p. 87).

Registaram-se depois e por algum tempo longo, graves carências e falta de capacidade no contexto educacional, dos diferentes governos, até que a 5 de Abril de 1890, já com D. Carlos no trono de Portugal, se reinstituiu novamente o Ministério da Instrução Pública.

O rei D. Carlos foi assassinado a 1 de Fevereiro de 1908 e, dois anos depois, a República foi proclamada, isto a 5 de outubro de 1910. O governo que apareceu depois do fim da monarquia fez tudo para proteger a instrução pública. Barros (1948), ressalta " o governo de Portugal após a proclamação da República publicou uma série de leis: a separação da igreja do Estado, (...) a reforma do ensino, etc." (p. 177).

Poder-se-ia dizer que os republicanos triunfantes legitimaram o Ministério de Instrução Pública a 7 de Julho de 1913 e depois de reformas e contrarreformas, mais tarde, e já durante o regime da Ditadura Nacional se fez aprovar a lei da "Remodelação do Ministério de Instrução Pública". A lei

constava de doze bases e na sua primeira base lia-se "O Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional" a justificação era privilegiar a educação em detrimento da instrução (Benedito, 2012, p. 88).

O Doutor António de Oliveira Salazar utilizou a educação, mais precisamente o Ensino Primário do seu tempo, para impor a sua ideologia baseada na trilogia *Deus, Pátria e Família*, tendo ele acrescentado a estes valores mais dois: *Autoridade e Trabalho* e da qual o nosso sistema educativo é hoje herdeiro (Mineiro, 2007).

2.2 O SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS

A estrutura institucional do Sistema Educativo português surge na Lei nº 46/86, de 14 de outubro, sobre as Bases do Sistema Educativo, com as alterações nela introduzidas pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro, e a Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto (Benedito, 2012).

Na sua última reformulação, essa lei define o sistema educativo como "o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade".

O Sistema Educativo Português é laico e desconcentrado. O Ministro da Educação é o responsável pela direção política do Ministério e é assistido por dois Secretários de Estado. Os Serviços Centrais encarregam-se das tarefas de elaboração, desenvolvimento, coordenação, avaliação e inspeção da educação. Os Serviços Regionais são de caráter desconcentrado e são constituídos por cinco unidades orgânicas denominadas Direções de Serviço de Educação, com o objetivo de aprofundar a autonomia das escolas, implementando modelos descentralizados de gestão e aproximando o Ministério da Educação e Ciência dos estabelecimentos de ensino. (Decreto-Lei n.º 266-F/2012).

Segundo a Lei de Base do Sistema Educativo (Lei N.º 46/86) ou LBSE (1986), O Sistema Educativo português compreende: *A educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar.* (Benedito, 2012)

A Educação Escolar é o cerne da educação nacional e compreende os Ensinos Básico, Secundário e Superior. O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito. Tem a duração de nove anos lectivos e estrutura-se em três ciclos de ensino sequenciais, sendo a Idade de início os 6 anos, feitos até 15 de Setembro do ano da primeira matrícula. (LBSE, 1986). O 1º ciclo corresponde a quatro anos de escolaridade, proporciona um ensino globalizante da responsabilidade de um único professor, que pode ser auxiliado por outros professores especializados em áreas específicas como sejam as do ensino de línguas estrangeiras, de educação física de tecnologias de informação ou artísticas. O 2º ciclo compreende dois anos de escolaridade organizados em áreas interdisciplinares de formação básica de responsabilidade de um professor por área, tendo em vista habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a formação humanística da atualidade. O 3º ciclo abrange três anos de escolaridade. Desenvolve o currículo respetivo no regime de um professor por disciplina ou grupos de disciplinas afins.

De acordo com Benedito (2012) "No Ensino Básico assegura-se que nesta formação sejam equilibradamente interrelacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano" (p. 91). O Ensino Secundário do Sistema educativo português consolida a diversificação e especificação dos percursos educativos e formativos do momento. O Ensino Secundário regular estrutura-se em quatro tipos de ofertas formativas: os Cursos Científico-Humanísticos, distribuídos em: Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Ciências Sociais e Humanas, Línguas e Literaturas e Artes Visuais; os Cursos Tecnológicos, que são dez: Construção Civil e Edificações, Eletrotecnia e Eletrónica, Informática, Design de Equipamento, Multimédia, Administração, Marketing, Ordenamento do Território e Ambiente, Ação Social e Desporto, e os Cursos Artísticos Especializados: Música, Dança e Artes Visuais e Cursos Profissionais. Estes cursos foram concebidos com o objetivo primário da qualificação inicial dos alunos para o ingresso ao mercado

de trabalho e que conferem também certificação académica equivalente ao Ensino Secundário, o que permite o prosseguimento dos estudos se tal for a opção do aluno interessado. É de salientar que o Sistema educativo português contém o ensino pós-secundário através da oferta de Cursos de Especialização Tecnológica (CET). Estas são formações pós-secundárias não superiores, a desenvolver na mesma área ou em área de formação afim daquela em que o aluno obteve qualificação profissional (Benedito, 2012, p. 92).

Quanto ao Ensino superior, este representa o nível mais elevado da oferta do ensino formal, tendo como condição de acesso a prévia titularidade de um diploma do ensino secundário ou de pós-secundário. Benedito (2012) afirma que o Ensino Superior no atual quadro da Lei de Base do Sistema educativo de 1986 inclui duas vertentes: "O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de conceção de inovações e de análise crítica. O Ensino Politécnico "visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade da inovação e de análise crítica e aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais" (Benedito, 2012, p. 92 e 93).

2.3 O SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA

A educação em Angola pode ser vista em cinco diferentes horizontes temporais: O primeiro vai da chegada de Diogo Cão a foz do rio Zaire 1482, ao ano em que o Ministro da rainha D. Maria II, Joaquim José Falcão, autorizou os governadores coloniais a assumir os destinos da Instrução Pública das suas respetivas colónias 1845. O segundo vai desse ano, até 1878, ano em que as igrejas católica e protestante começaram a afluir significativamente para Angola com a sua aposta de evangelizar, civilizar e educar o povo encontrado. O terceiro vai dessa data, a 1919, ano em que o governo da Colónia de Angola criou um Conselho de Inspeção da Instrução Pública, assumindo, desta forma, a responsabilidade pelo controlo da Instrução Pública colonial. O quarto vai desse ano (1919) ao ano de 1974, ou seja, o fim da era colonial e do período

Salazar/Caetano que, com o advento do Estado Novo, deu à educação uma feição mobilizadora da ideologia, e o quinto e último período é o da Angola independente que começa em 1975 até aos presentes dias, (Mineiro, 2007).

Benedito (2012), assinala umas episódicas datas importantes no século XX, "Assim surgiu o Liceu Salvador Correia (1919); a Direção dos Serviços de Instrução (1926); A Reorganização da Instrução Primária na Colónia de Angola (1927), a Organização dos Serviços de Instrução Pública da Colónia de Angola (1929); o Conselho de Instrução Pública (1932); a Reorganização do Ensino Primário (1933); a Secretaria Provincial de Educação de Angola (1964) e a instituição do Ministério de Educação, em 1975, altura em que foi proclamada a Independência de Angola." (p. 97).

Angola independente já conheceu duas Reformas educativas. A primeira data de 1980, serviu para se afastar do sistema seguido pelo governo português, antes de libertar o território, já que a nova realidade cingia-se com o sistema político-económico dos países da Europa do leste e de Cuba.

Nguluve (2010), declara "de acordo com o Decreto nº 40/80 de 14 de maio o sistema educacional em vigor desde 1978 constituía-se em subsistemas que compreendiam as seguintes etapas: Educação pré-escolar; Ensino Básico; (de três níveis - o primeiro da 1ª a 4ª classe; o segundo da 5ª a 6ª classe e o terceiro da 7ª a 8ª classe). Ensino Médio (dividido em técnico e normal); Ensino Superior (bacharelato até ao terceiro ano e a licenciatura até ao quarto ou quinto ano, dependendo do curso); ensino e alfabetização de adultos" (p. 67). Vale ressaltar que durante esse regime, a Monodocência só se praticava no primeiro nível do Ensino Básico, isto é, da 1ª à 4.ª classe.

Este sistema educativo era laico, gratuito e centralizador. O país estava em guerra civil longa e atroz. A sobrevivência dos cidadãos não era obra do acaso. Os termos como *gratuidade* e *igualdade* não passaram de farsas demagógicas e logo se verificou que o Sistema educativo estava a adiar o futuro do país. Em 1986, o governo ordenou um Diagnóstico do Sistema cujos resultados foram claros em esclarecer que algo corria mal (Mineiro, 2007).

Em 31 de Dezembro de 2001, o Parlamento publica a Lei nº 13, que modifica todo o figurino educativo, servindo assim de Lei de Bases do Sistema Educativo de Angola, sistema que também viria a ser centralizado, laico e

gratuito, mas desta vez em moldes mais consentâneos com a realidade em que se deve viver. A Lei nº 13/01 serve de ponto de partida da segunda Reforma Educativa do Ensino em Angola independente, que entrou em vigor em 2004.

O atual Sistema educativo angolano é teoricamente laico, integrante, democrático, gratuito e obrigatório a nível do Ensino Primário e do tipo centralizado coordenado. Benedito (2012), refere que "O atual Sistema de Educação comporta a Educação pré-escolar e a educação escolar, esta com três níveis de ensino: o Ensino Primário; o Ensino Secundário e o Ensino Superior". A Educação pré-escolar assegura a preparação para o ensino sistemático no Ensino primário. O Ensino primário, obrigatório, unificado e com 6 anos de escolaridade, prepara os alunos para a continuação dos estudos no Ensino Secundário e oferece um Ensino geral monodocente, que comporta a Educação regular e a Educação de adultos (Mineiro, 2007).

O Ensino Secundário está repartido em dois ciclos. O 1.º ciclo oferece, por um lado, uma formação geral, contendo a Educação regular e a Educação de adultos, com a duração de 3 anos de escolaridade e, por outro lado, uma formação profissional básica, destinada a preparar jovens e adultos para o ingresso na vida ativa. O 2.º ciclo do Ensino Secundário oferece, por um lado, uma formação geral na continuação da Educação regular e a Educação de adultos, iniciadas no 1.º ciclo, com a duração de 3 anos de escolaridade e, por outro lado, duas formações profissionalizantes, sendo a Formação média normal destinada a formação de professores para o Ensino primário e a formação média técnica destinada a formação de técnicos para os diferentes ramos de atividade. Estes dois tipos de formação profissionalizantes têm uma duração de 4 anos de escolaridade (Mineiro, 2007).

O Ensino Superior tem dois níveis de formação: o nível de graduação e o de pós-graduação. A Graduação comporta o Bacharelato, tem 3 anos de duração e um carácter terminal e a Licenciatura tem uma duração variável entre os quatro e os seis anos de formação. A Pós-graduação pode ser académica ou profissional. A Pós-graduação académica compreende o Mestrado, com uma duração variável entre os dois e os três anos; e o Doutoramento, cuja duração varia entre os quatro e os cinco anos. A Pós-graduação profissional compreende a Especialização, de duração nunca superior a um ano. O

Sistema possui, além disso, modalidades de ensino que vão desde a Educação especial, a Educação extraescolar e a Educação à distância.

Já nos referimos anteriormente que o n.º 1 do artigo 10º da Lei 13/01 ou LBSE (2001) informa que a educação em Angola realiza-se através de um sistema unificado constituído pelos seguintes subsistemas de ensino: Subsistema de Educação Pré-Escolar, Ensino Geral, Ensino Técnico Profissional, Formação de professores, Educação de adultos e do Ensino Superior. Cada um destes Subsistemas, exceptuando o do Ensino Superior, tem uma Direção Nacional a nível do Ministério de Educação Nacional.

CAPÍTULO III – CARATERIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA

3.1 ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA

O Sistema educativo de Angola teve como ponto de partida o sistema educativo do tempo colonial. Este teve que ser adotado pelo menos no primeiro ano letivo da nova era. Como o país adotou logo nos primeiros anos da sua independência uma ideologia político-económica diferente da anterior, viu-se na necessidade de igualmente mudar o seu sistema de educação. E fê-lo através de duas reformas educativas (Mineiro, 2007).

A primeira reforma esteve presente no período de 1976 a 2000. Tomaram-se várias medidas tendentes ao rompimento com a cultura educacional do tempo colonial, numa ideia de se desenvolver um sistema educacional voltado para a valorização da cultura nacional. A situação político-militar da época não favoreceu um percurso salutar no domínio da educação e indicadores de como existiam muitas anomalias referentes ao fraco aproveitamento escolar dos alunos, não se fizeram tardar. Perante essa situação, os responsáveis políticos do país acharam por bem recomendar a realização de estudos mais aprofundados sobre o estado da Educação.

O Ministério da Educação, como recetor das recomendações em questão, organizou um Diagnóstico do setor no ano de 1986. Concluído o diagnóstico vieram à tona fraquezas graves e insustentáveis no Ensino de Base, com repercussões nos outros níveis de ensino. O Sistema de Ensino então vigente dividia-se em Ensino de Base, Ensino Médio e Ensino Superior.

"Constatou-se que não existia uma determinação precisa sobre o nível de conhecimento que um aluno devia ter à saída do Ensino de Base (hoje ensino primário) e ainda existia uma grande diferença entre o número de horas estipulado nos programas e o tempo real disponível. De um modo geral, os conteúdos de ensino eram ambiciosos para as condições concretas do país, não existindo critério de que o programa é um documento oficial de cumprimento obrigatório" (INIDE, 2009, p.7).

Também foi referido que "em cada 1000 alunos que ingressavam na 1.^a classe, somente 142 concluíam o I nível do Ensino de Base, dos quais 34 transitavam sem repetições de classe, 43 com uma repetição e 65 com duas ou três repetições. De recordar que na primeira reforma o ensino de Base dividia-se em: I Nível, que ia da 1.^a à 4.^a classe; II Nível - da 5.^a até à 6.^a classe e o III Nível da 7.^a até à 8.^a classe" (INIDE, 2009, p. 7).

Antes do Diagnóstico, isto é, em 1982, viu-se que faltava um sistema eficaz e dinâmico de atualização dos professores e "entre 1981 e 1984, mais de 10 mil professores nacionais abandonaram o Ministério de Educação, tendo como causa a situação político-militar, a baixa remuneração salarial e as muito baixas condições sociais. No Ensino de Base, o II e o III Níveis estavam sob o controlo de professores estrangeiros, cuja língua de trabalho e a preparação profissional eram diferentes conforme as suas nacionalidades. (INIDE, 2009, p.7).

"Não existia, então, um sistema que assegurasse completamente a distribuição harmoniosa da rede escolar, uma vez que as escolas herdadas do colonialismo obedeciam a uma distribuição de acordo com os seus interesses, no Primeiro Nível do Ensino de Base. Verificou-se também um decréscimo substancial no número de escolas, devido a diferentes circunstâncias, uma das quais era a situação político-militar do país" (INIDE, 2009, p. 7). Coligidas todas as dificuldades, o Diagnóstico recomendou o saneamento das anomalias verificadas, por um lado, e por outro lado a conceção de uma nova estrutura de Sistema de Educação.

Depois de uma larga recolha de opiniões, e um vasto trabalho de pelouro, as recomendações do Diagnóstico influenciaram a elaboração da Lei n.º 13/2001 de 31 de Dezembro . O atual Sistema de Educação de Angola tem como ponto de partida a Lei n.º 13, aprovada e assinada a 31 de Dezembro de 2001, como já foi referido anteriormente.

A publicação da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro lança a base da segunda reforma de educação da Angola independente, que teve o seu início no ano letivo de 2004 e cuja implementação experimental se estenderia até 2015.

A LBSE (2001), depois de fornecer o esquema geral do Sistema de educação vigente, legislou também alguns requisitos afins, dos quais destacamos os Recursos Humanos e Materiais, de acordo com o artigo 54.º da LBSE (2001), no qual é assegurado aos agentes o direito à formação permanente através dos mecanismos próprios, com vista à elevação do seu nível profissional, cultural e científico, sendo estes agentes de educação remunerados e posicionados na sua carreira de acordo com as suas habilitações literárias e profissionais e a atitude perante o trabalho. Quanto à progressão na carreira docente e administrativa está ligada à avaliação de toda a atividade de desenvolvimento no âmbito da educação, bem como as qualificações profissionais e científicas. De acordo com o n.º 2 do artigo 55.º da LBSE (2001), “A rede escolar deve ser organizada de modo a que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais ou regionais”

É da responsabilidade dos órgãos do poder local de administração do Estado e da sociedade civil o equipamento, a conservação, a manutenção e a reparação das instituições escolares de todos os níveis de ensino até ao 1º ciclo do ensino secundário. Os órgãos do poder local da administração do Estado devem proteger as instituições escolares e tomar as medidas tendentes a evitar todas as formas de degradação do seu património. Os recursos educativos, descritos pelo artigo 56.º da LBSE (2001), são todos os meios utilizados que contribuem para o desenvolvimento do sistema de educação, tais como guias e programas pedagógicos, manuais escolares; bibliotecas escolares e equipamentos, laboratórios, oficinas, instalações e material desportivo.

Quanto às verbas financeiras disponibilizadas para a atividade educacional é regida pelo artigo 57.º da LBSE (2001), em que se define que as prioridades do Plano Nacional do Desenvolvimento Económico Social e do Orçamento Geral do Estado e as verbas e outras receitas destinadas ao Ministério de Educação devem ser distribuídas em função das prioridades estratégicas do desenvolvimento do sistema de educação. O ensino promovido por iniciativa privada é financiado através da remuneração pelos serviços prestados ou por outras fontes. O Estado pode co-financiar instituições

educativas de iniciativa privada em regime de parceria desde que sejam de interesse publico relevante ou estratégico.

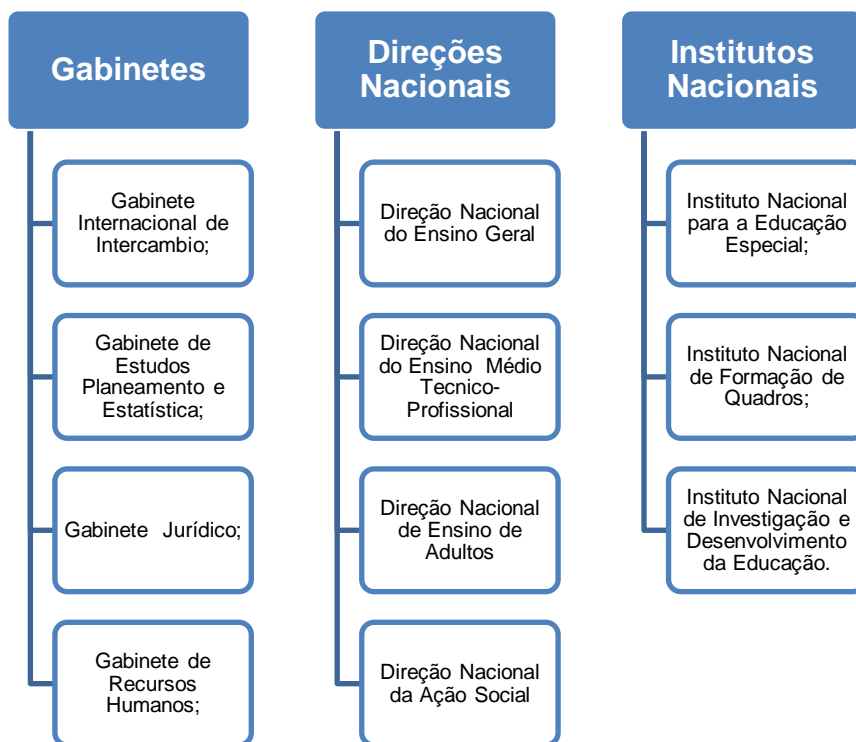
Os organismos centrais dos serviços de educação em Angola são o Ministério do Ensino Superior e o Ministério de Educação Nacional. O Ministério do Ensino Superior de Angola é um órgão do Governo Central, recentemente criado. O Ensino Superior foi tutelado primeiro pelo Ministério de Educação e Cultura depois pelo Ministério de Ensino Superior Ciência e Tecnologia e, na ultima remodelação ministerial havida em 2011, criou-se o Ministério de Ensino Superior propriamente dito, constituindo a Ciência e Tecnologia uma outra pasta Ministerial. O Ministério do Ensino Superior coordena todo o ensino de alto nível que se processa em Universidades, Institutos Superiores, Escolas Superiores e Academias estatais ou privadas.

Este Ministério acompanha toda a atividade pedagógica de todas as instituições de educação superiores, uniformiza os calendários dos anos letivos e aprova os conteúdos curriculares da matéria a ser ministrada nas instituições. Dentro da cada Universidade o Ministério de Ensino Superior é representado pelo seu respectivo Reitor e este é autónomo em termos de administração financeira. O Ministério do Ensino Superior abarca todas as Direções Nacionais e Gabinetes do seu pelouro ministerial e tem no seu topo o Ministro do Ensino Superior.

O ensino não superior tem no vértice da pirâmide o Ministro da Educação, coadjuvado por dois Secretários de Estado de Educação. Estes Secretários de Estado de Educação, um tem o pelouro da Esfera Social e dad de Formação de Quadros e o outro o do Ensino Técnico Profissional.

O Ministério é constituído por Gabinetes, Direções Nacionais e Institutos Nacionais, tal como se apresenta no esquema que se segue:

Organograma 1 – Constituição do Ministério da Educação em Angola



Fonte : Lei n.º 13/01 de 31 de Dezembro da LBSE

O Ministério de Educação é representado em cada Província por um Diretor de Província dos Serviços de Educação. Este responde perante o Ministério de Educação, em matéria de natureza pedagógica, e perante o Governador da respectiva Província, em assuntos de carácter administrativo e financeiro.

A caracterização do Sistema de Educação do país tem como esquema principal a estrutura plasmada no artigo 10.º da Secção I do Capítulo III, da LBSE (2001), que se refere á estrutura da educação; esta realiza-se através de um sistema unificado, constituído pelos seguintes subsistemas de ensino: a) Subsistema de educação pré-escolar; b) Subsistema de ensino geral; c) Subsistema de ensino técnico profissional; d) Subsistema de formação de professores; e) Subsistema de educação de adultos; f) Subsistema de ensino superior. De acordo com este mesmo artigo, o sistema de educação estrutura-se em três níveis: a) Primário; b) Secundário; c) Superior”.

De acordo com Nguluve (2010), o sistema educativo apresenta-se da seguinte forma: 1) Educação Pré-Escolar; 2) Ensino Geral, subdividido em Primário e Secundário, e 3) Ensino Superior." (p. 105).

No atual Sistema Educacional, a educação pré-escolar abarca a Creche e o Jardim de Infância e conta ainda com uma classe de iniciação de um ano de duração. De acordo com o artigo 11.º da LBSE (2001) "o subsistema de educação pré-escolar é a base da educação, cuidando da primeira infância, numa fase de vida em que se devem realizar as ações de condicionamento e desenvolvimento psicomotor". (p.6)

Quanto aos objetivos, a educação pré-escolar visa no seu artigo 12.º da LBSE (2001): a) "Promover o desenvolvimento intelectual, físico, moral estético e afetivo da criança, garantindo-lhe um estado sadio de forma a facilitar a sua entrada no subsistema de ensino geral; b) Permitir uma melhor integração e participação de crianças através da observação e compreensão do meio natural, social e cultural que a rodeia; c) Desenvolver as capacidades de expressão, de comunicação, de imaginação criadora e estimular a atividade lúdica da criança"

Em Angola o número de crianças de dois a cinco anos fora do sistema de assistência à infância, programas de ensino infantil e iniciação ainda exige do Estado especial atenção, pois, de acordo com o artigo 11.º da LBSE (2001), "a etapa da educação pré-escolar constitui aspecto fundamental, uma vez que esta serve de base para as demais etapas de crescimento e desenvolvimento da criança".

A formação geral que corresponde ao ensino primário e secundário constitui, segundo o artigo 14.º da LBSE (2001), o "fundamento do sistema de educação para conferir uma formação integral, harmoniosa e uma base sólida e necessária à continuação de estudos em subsistemas subsequentes" (p.7).

De acordo com o artigo 15.º da LBSE (2001), constituem objetivos fundamentais e gerais deste subsistema de ensino geral: "a) Conceder a formação integral e homogénea que permita o desenvolvimento harmonioso das capacidades intelectuais, físicas, morais e cívicas; b) Desenvolver os conhecimentos e as capacidades que favoreçam a autoformação para um saber-fazer eficaz que se adapte às novas exigências; c) Educar a juventude e

outras camadas sociais de forma a adquirirem hábitos e atitudes necessárias ao desenvolvimento da consciência nacional; d) Promover na jovem geração e noutras camadas sociais o amor ao trabalho e potenciá-las para uma atividade laboral socialmente útil capaz de melhorar as suas condições de vida" (p.7).

O subsistema de ensino geral é dividido em dois grandes escalões ou níveis: o ensino primário, que vai da 1.^a classe a 6.^a classe, e o ensino secundário, subdividido em dois ciclos. O primeiro ciclo tem três anos de duração, do 7.^a a 9.^a classe, e o segundo ciclo com três ou quatro anos, da 10.^a a 12.^a ou 13.^a classe, de duração variável, dependendo da modalidade que o estudante escolher depois de terminar o primeiro ciclo.

3.1.1 Ensino Primário

Este nível de ensino, bastante diferente do da reforma anterior, que ia da 1.^a à 4.^a classe, comporta no atual sistema seis anos de estudos, isto é, da primeira à sexta classe, e continua a ser o único nível obrigatório de acordo com o artigo 8.º da LBSE (2001). É gratuito segundo o artigo 7.º da mesma LBSE. A gratuidade consiste na "isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e material escolar", e isto é válido tanto para o ensino geral como para o subsistema de educação de adultos.

De acordo com o artigo 18.º da LBSE (2001), indicam-se os seguintes objetivos específicos do ensino primário: "a) Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão; b) Aperfeiçoar hábitos e atitudes tendentes à socialização; c) Proporcionar conhecimentos e capacidades de desenvolvimento das faculdades mentais; d) Estimular o espírito com vista ao desenvolvimento da criação artística; e) Garantir a prática sistemática de educação física e de atitudes gimno-desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras.

O ensino primário constitui, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo de Angola (Lei N.º 13/01 de 31 de Dezembro), a base do ensino geral, tanto para a educação regular como para a educação de adultos, e é tido como ponto de partida para os demais níveis de ensino.

No sistema educativo anterior, o ensino primário ia até à 4.^a classe, o dito Primeiro nível daquele Sistema Educativo. A LBSE de 31 de Dezembro de 2001 estende o ensino primário até a 6.^a classe e sob o regime da Monodocência. Porém é de sublinhar que as 5.^a e 6.^a classes têm nove disciplinas cada, que são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia, Educação Musical, Educação Física, Educação Moral e Cívica e Educação Manual Plástica.

Como a educação da juventude ou mesmo de uma população é o futuro de um país, é aqui que se levanta a questão, se um mesmo docente faz face a nove disciplinas fá-lo-á com o devido rigor e profissionalismo? Se o legislador assim o quis, o executor terá a mesma capacidade de resposta? Então devemos colher o ponto de vista do executor. Aqui reside a problemática deste nosso estudo, se a Monodocência nas 5.^a e 6.^a classes é ou não vantajosa no sistema educativo de Angola.

3.1.2 Ensino Secundário

O Ensino Secundário na LBSE (2001), está estruturado em dois ciclos. O primeiro tem três anos de duração e começa na 7.^a classe e termina na 9.^a classe. A LBSE (2001), apresenta no seu artigo 20.º os objetivos do primeiro ciclo do ensino secundário tais como: “a) Consolidar, aprofundar e ampliar os conhecimentos e reforçar as capacidades, os hábitos e atitudes e as habilidades adquiridas no ensino primário; b) Permitir a aquisição de conhecimentos necessários ao prosseguimento dos estudos em níveis de ensino e áreas subsequentes.”(p.9)

O segundo ciclo do ensino secundário tem três braços distintos: o Ensino Médio Técnico, que começa na 10.^a classe e termina na 13.^a classe, o Ensino Médio Normal, que igualmente começa na 10.^a classe e termina na 13.^a classe, e o Ensino Médio Geral, que começa na 10.^a classe e termina na 12.^a classe, sendo este o único com três anos de duração. O número dois do artigo 20.º da LBSE (2001), indica os objetivos específicos do segundo ciclo do ensino secundário, que são: “a) Preparar o aluno para o ingresso no mercado de trabalho e/ou no subsistema do ensino superior; b) Desenvolver o

pensamento lógico e abstrato e a capacidade de avaliar a aplicação de modelos científicos na resolução de problemas da vida prática".

O segundo ciclo de ensino geral conta também com uma formação intermédia de um a dois anos para a profissionalização daqueles que, concluem a 12.^a classe e não conseguem ou não querem ingressar no Ensino Superior.

3.1.3 Ensino Médio Técnico e Ensino Médio Normal

O Ensino Médio Técnico e o Ensino Médio Normal são ramos paralelos ao 2.^o ciclo do Ensino Secundário, que se viram para a formação de técnicos profissionais e para a formação de professores respetivamente e canalizam, igualmente, alunos para o Ensino Superior, se o desejarem, desde que satisfaçam os pré-requisitos exigidos. Porém, os alunos há que não querem ou não conseguem atingir o Ensino Superior. Para estes existe uma formação intermédia de um ou dois anos para a sua profissionalização, depois de concluído o equivalente a 12.^a classe do segundo ciclo do Ensino Secundário.

Segundo o artigo 22.^o da LBSE (2001), o Ensino Técnico Profissional visa a "formação técnica e profissional dos jovens em idade escolar, candidatos a empregos e trabalhadores, preparando-os para o exercício de uma profissão ou especialidade, por forma a responder às necessidades do país e à evolução tecnológica." (p.9). Este subsistema está estruturado em Formação básica e Formação técnica.

A formação básica antecede a formação técnica, nos termos do Artigo 24.^o da LBSE (2001), e é considerada como o ponto principal e inicial duma formação técnica. Eis os objetivos específicos da formação básica, segundo este artigo, em que "a) A formação profissional básica é o processo através do qual os jovens e adultos adquirem e desenvolvem conhecimentos gerais e técnicas, atitudes e práticas relacionadas diretamente com o exercício de uma profissão; b) A formação profissional básica visa a melhor integração do indivíduo na vida ativa, podendo contemplar vários níveis e desenvolver-se por diferentes modalidades e eventualmente contemplar a formação escolar no

quadro da educação permanente; c) A formação profissional básica realiza-se após a 6.^a classe nos centros de formação públicos e privados; d) A formação profissional básica rege-se por diploma próprio." (p.10.)

A formação técnica profissional, propriamente dita, começa com a 10.^a classe, isto é, depois de terminar o Primeiro ciclo do ensino secundário. Segundo o artigo 25.^a da LBSE (2001), a formação técnico-profissional dos jovens visa " proporcionar aos alunos conhecimentos gerais e técnicos para os diferentes ramos de atividade económica e social do país, permitindo-lhes a inserção na vida laboral e, mediante critérios, o acesso ao ensino superior". O número três deste mesmo artigo prevê uma formação técnico-profissional depois do 12.^a classe do ensino geral, com a duração de um a dois anos.

3.1.4 Formação de Professores

Nos termos do artigo 26.^o da LBSE (2001), o subsistema de formação de professores consiste em formar docentes para a educação pré-escolar e para o ensino geral, nomeadamente a educação regular, a educação de adultos e a educação especial. Este subsistema realiza-se após a 9.^a classe, com a duração de quatro anos em escolas normais, e, após este, em escolas e Institutos Superiores de Ciências de Educação. Pode-se organizar formas intermediárias de formação de professores após a 9.^a classe e a 12.^a classe, com a duração de um a dois anos, de acordo com a especialidade.

Segundo o artigo 28.^o da LBSE (2001), o subsistema de formação de professores estrutura-se em Formação Média Normal, realizada em escolas normais, a Escola Superior Pedagógica, e em Escolas Superiores de Ciências de Educação (ISCED). São objetivos do subsistema de formação de professores, nos termos do artigo 27.^o da LBSE (2001): a) Formar professores com o perfil necessário à materialização integral dos objetivos gerais da educação; b) Formar professores com sólidos conhecimentos científico-técnicos e uma profunda consciência patriótica, de modo a que assumam com responsabilidade a tarefa de educar as novas gerações; c) Desenvolver ações de permanente atualização e aperfeiçoamento dos agentes de educação" (p.1)

"A formação média normal destina-se à formação de professores de nível médio que possuam à entrada a 9.^a classe do ensino geral ou equivalente, capacitando-os a exercer atividade na educação pré-escolar e ministrar aulas no ensino primário, nomeadamente a educação regular, a educação de adultos e educação especial." (Artigo 29.º da LBSE, 2001, p.12)

Presentemente esta formação é feita nas chamadas Escolas de Professores, existentes em cada uma das dezoito Províncias do País. De salientar que se verifica uma demanda crescente dessas Escolas de formação de professores por parte da juventude emergente de ambos os sexos.

O Ensino Superior Pedagógico, de acordo com o artigo 30.º da LBSE (2001), "destina-se à formação de professores de nível superior, habilitados para exercerem as suas funções, fundamentalmente no ensino secundário e eventualmente na educação pré-escolar e na educação especial. Este ensino destina-se também à agregação pedagógica para os professores dos diferentes subsistemas e níveis de ensino, provenientes de instituições não vocacionados para a docência." (p.12)

3.1.5 Educação de Adultos

De acordo com o artigo 31.º da LBSE (2001), o subsistema de educação de adultos constitui um conjunto integrado e diversificado de processos educativos baseados nos princípios, métodos e tarefas da androgenesia e realiza-se na modalidade de ensino direto e/ou indireto.

Segundo o número dois do mesmo artigo, o subsistema de educação de adultos visa a recuperação do atraso escolar mediante processos e métodos educativos intensivos e não intensivos, estrutura-se em classes e realiza-se em escolas oficiais, particulares, de parceria, nas escolas polivalentes, em unidades militares, em centros de trabalho e em cooperativas ou associações agro-silvo-pastorais, destinando-se à integração sócio-educativa, económica do indivíduo a partir dos 15 anos de idade. Nos termos do artigo 33.º da LBSE (2001), o subsistema de educação de adultos estrutura-se em: "a) Ensino primário, que compreende a alfabetização e a pós- alfabetização; b) Ensino secundário, que compreende o 1.º e o 2.º Ciclos.(p.13)."

O primeiro e o segundo ciclos do ensino secundário organizam-se nos moldes previstos nos n.º 1 e 2 do artigo 20.º da LBSE (2001).

O subsistema de educação de adultos tem uma organização programática, de conteúdos e de metodologias de educação e de avaliação, bem como a duração adequada às características, necessidades e aspirações dos adultos. O artigo 32.º da LBSE (2001), prevê os objetivos específicos do subsistema de educação de adultos, que são: “a) Aumentar o nível de conhecimentos gerais mediante a eliminação do analfabetismo juvenil e adulto, literal e funcional; b) Permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, na dupla perspectiva de desenvolvimento social, económico e cultural, desenvolvendo a capacidade para trabalho através de uma preparação adequada às exigências da vida ativa; c) Assegurar o acesso da população adulta à educação, possibilitando-lhe a aquisição de competências técnico-profissionais para o crescimento económico e o progresso social do meio que a rodeia, reduzindo as disparidades existentes em matéria de educação entre a população rural e a urbana numa perspectiva de género; d) Contribuir para a preservação e desenvolvimento da cultura nacional, a proteção ambiental, a consolidação da paz, e reconciliação nacional, a educação cívica, cultivar o espírito de tolerância e respeito pelas liberdades fundamentais; e) Transformar a educação de adultos num pólo de atração e de desenvolvimento comunitário e rural integrado, como fator de atividade sócio-económica e para a criatividade do indivíduo” (p.13).

Diferente do ensino geral e normal, o ensino de adultos tem uma organização programática de conteúdos mais voltados ao mundo adulto. Assim, as metodologias de educação e a avaliação aplicadas a este subsistema de educação também são diferenciadas e adequadas às características, necessidades e aspirações dos adultos, conforme já tivemos oportunidade de nos referir.

É de salientar que em Angola a vontade de estudar, para quem é menos literato, só abunda na camada proletária. A camada camponesa que grassa no meio rural não é propensa ao estudo. Existe sempre probabilidades de que os camponeses alfabetizados caiam de novo no analfabetismo, depois de algum

tempo de inatividade escolar. Os lenitivos para aprendizagem literal são manifestamente escassos. "Não muito diferente das dificuldades que o ensino de adultos enfrentava no momento da guerra, no atual momento as principais dificuldades que se constataam neste subsistema de ensino consistem na ausência de espaços físicos adequados. Tal como em outros níveis de ensino, este também carece de investimentos e de uma administração pedagógica mais eficiente" (Nguluve, 2010, p. 112).

3.1.6 Ensino Superior

O Subsistema do ensino superior, de acordo com o artigo 35.º da LBSE (2001), visa "a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de atividade económica e social do País, assegurando-lhes uma sólida preparação, científica, técnica, cultural e humana" (p.13). Atinge-se o ensino superior depois de satisfazer o ensino geral ou um curso médio da mesma especialidade técnico-científica.

O ensino superior está estruturado em graduação e pós-graduação. A graduação, por sua vez, subdivide-se em bacharelato e licenciatura. O bacharelato, segundo o n.º 2 do artigo 38.º da LBSE (2001), visa permitir "ao estudante a aquisição de conhecimentos científicos para o exercício de uma atividade prática no domínio profissional respectivo, em área a determinar, com carácter terminal" (p.15).

O curso do bacharelato corresponde a ciclos curtos, com a duração de três anos. A licenciatura corresponde a uma formação mais alargada, de quatro a seis anos. O curso de Medicina humana vai até sete anos de duração e ainda, de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, a licenciatura tem como objetivo a "aquisição de conhecimentos, habilidades e práticas fundamentais dentro do ramo do conhecimento respectivo e a subsequente formação profissional ou académica específica"(p.15).

A pós-graduação está estruturada em mestrado académico, de dois a três anos de duração, que visa essencialmente enriquecer e desenvolver competências técnico-profissionais do indivíduo licenciado. O doutoramento, com a duração de quatro a cinco anos, visa proporcionar, segundo o n.º 6 do

artigo 39º da LBSE (2001), a " formação científica, tecnológica ou humanística, ampla e profunda aos candidatos diplomados em curso de licenciatura e/ou mestrado" (p.15).

São objetivos do subsistema do ensino superior, nos termos do artigo 36.º da LBSE (2001), " a) Preparar os quadros de nível superior com formação científico-técnica, cultural num ramo ou especialidade correspondente a uma determinada área do conhecimento; b) Realizar a formação em estreita ligação com a investigação científica, orientada para a solução dos problemas postos em cada momento pelo desenvolvimento do País e inserida no processo dos progressos da ciência, da técnica e da tecnologia; c) Preparar e assegurar o exercício da reflexão crítica e da participação na produção; d) Realizar cursos de pós-graduação ou especialização para a superação técnico-científica dos quadros do nível superior em exercício nos distintos ramos e setores da sociedade; e) Promover a pesquisa e a divulgação dos seus resultados para o enriquecimento e o desenvolvimento multifacetado do País" (p.14).

"O ensino superior, em Angola, é praticado em Universidades ou Institutos Superiores, Academias e Escolas Superiores, estatais e privadas" (Artigo 40.º da LBSE, 2001).

O Estado conta com sete Universidades, distribuídas igualmente em sete divisões académicas. As Universidades e Institutos Superiores de natureza privada são também numerosos, principalmente em Luanda, capital do País. Segundo o artigo 41.º da LBSE (2001), o Estado "fomenta e apoia as iniciativas à colaboração entre entidades públicas e privadas no sentido de estimular o desenvolvimento da ciência, da técnica e da tecnologia. O Estado deve criar condições para a promoção de investigação científica e para a realização de atividades de investigação no ensino superior e nas outras instituições vocacionadas para o efeito"(p.16).

3.1.7 Ensino Especial

O ensino especial não constitui por si um subsistema. Insere-se no subsistema do ensino geral e no de ensino de adultos e é destinado àqueles que apresentam necessidades educativas especiais, como deficiência motora, sensorial, mental ou transtornos de conduta individual. Ele visa recuperar e permitir a integração sociocultural educativa e económica de pessoas que se encontram em tais condições. Segundo o artigo 44.º da LBSE (2001), constituem objetivos principais da educação especial: “a) Desenvolver as potencialidades físicas e intelectuais, reduzindo as limitações provocadas por deficiências; b) Apoiar a inserção familiar, escolar e social da criança e jovens deficientes, ajustando na aquisição de estabilidade emocional; c) Desenvolver as possibilidades de comunicação; d) Desenvolver a autonomia de comportamento a todos os níveis em que esta se possa processar; e) Proporcionar uma adequada formação pré-profissional e profissional, visando a integração na vida ativa; f) Criar condições para o atendimento dos alunos superdotados” (p.17).

De acordo com o artigo 45º da LBSE (2001), "a educação especial deverá ser ministrada em instituições de ensino geral, de educação de adultos ou em instituições específicas de outros setores da vida nacional, cabendo, no último caso, ao Ministério de Educação a orientação pedagógica, andragógica e metodológica das atividades educativas". Por último, o artigo 46.º da LBSE (2001), diz que "os recursos educativos para a educação especial estão sujeitos às peculiaridades e características científico-técnicas desta modalidade de ensino e adaptadas às características da população alvo".

3.1.8 Educação Extra-Escolar

De acordo com o artigo 48.º da LBSE (2001), as atividades extra-escolares" são realizadas pelos órgãos centrais e locais da administração do Estado e empresas, em colaboração com as organizações sociais e de utilidade pública, cabendo ao Ministério da Educação o papel reitor". Os objetivos da educação extraescolar constam do artigo 49.º da LBSE (2001), os quais são: a) "A educação extra-escolar realiza-se no período inverso ao das

aulas e tem como objetivo permitir ao aluno o aumento dos seus conhecimentos e o desenvolvimento harmonioso das suas potencialidades, em complemento da sua formação escolar; b) A educação extraescolar realiza-se através de atividades de formação vocacional, da orientação escolar e profissional, da utilização racional dos tempos livres, da atividade recreativa e do desporto escolar" (p.18).

3.1.9 Educação Pré-escolar

Segundo o artigo 51.º da LBSE (2001), "à educação pré-escolar têm acesso as crianças cuja idade vai ate aos seis anos". As crianças que até aos cinco anos de idade não tenham beneficiado de qualquer alternativa educativa dirigida à infância devem frequentar a classe de iniciação.

3.2 A MONODOCÊNCIA EM ANGOLA

A Monodocência é um regime educativo em que um mesmo educador, monitor, professor ou mestre, se ocupa de um certo grupo de educandos, alunos, estudantes ou seminaristas, dando-lhes todas as disciplinas necessárias para a sua formação. Noutros termos, na Monodocência existe apenas um único professor que assegura todas as disciplinas e classes.

Etimologicamente o termo "Monodocência ou monodocente" tem a sua origem no prefixo grego "mono" significando um, ou único, e do verbo latino "docere" que corresponde a ensinar ou instruir. Mono + docere = um a ensinar.

Assim, o termo é aproveitado por sistemas educativos onde assume a responsabilidade de indicar o nível em que a Monodocência deve ser permitida e com todos os benefícios educativos.

Como em outros países, em Angola, na Monodocência a responsabilidade é atribuída a um só indivíduo, o professor. No que concerne à Monodocência, a sociedade académica de Angola está dividida em dois grupos: um grupo é a favor e outro contra. A Monodocência é praticada, obviamente, no Ensino Primário do subsistema do Ensino Geral, onde a maioria dos educandos são crianças e adolescentes. Também se pode afirmar

que no subsistema de Ensino de adultos se aplica a Monodocência nos primeiros anos da alfabetização.

Acontece porém, que ao grupo que não é a favor da Monodocência pertence a maioria dos professores formados nas Escolas Normais do país, por uma compreensível razão; nas Escolas de formação os professores são especializados unicamente em duas disciplinas. Quando deixam os Centros de Formação e passam para o ativo, os recém-preparados professores, contam lecionar apenas as duas disciplinas da sua especialidade. A verdade é que na prática a Monodocência obriga-os a enfrentar seis disciplinas no mínimo. Como eles não têm o direito de recusa, limitam-se a lecionar com acerto as duas disciplinas da sua especialidade e as outras quatro ficam ao sabor da sorte, com culpas atiradas, certamente, ao regime monodocente.

Os que são a favor da Monodocência socorrem-se do argumento de como as crianças e/ou os adolescentes se afeiçoam à mesma pessoa (professor/a) em todas as matérias e durante todo o ano letivo. Pertencem a esse grupo os altos dignitários do Ministério da Educação e os Diretores de Escolas Primárias, predominantemente os do ensino privado.

A Monodocência sempre existiu e, entre 1961 e 1976, os chamados *monitores escolares*, não "professores", como os formados na Escola do Cuima, eram competentes para lecionarem as quatro primeiras classes numa mesma sala de aula, tendo apenas a 4.^a classe como habilitações literárias e uma formação pedagógica básica. Tinham planos de aulas; seguiam à risca os programas e o calendário escolar; sabiam ensinar canções infantis e jogos escolares, que faziam parte dos currículos das disciplinas de música e educação física; estavam preparados para impor a higiene escolar e resolver questões associadas aos primeiros socorros. Isto não faz senão um elogio nostálgico da Angola colonial. Os professores preparados nos cursos de formação de professores de Angola independente têm uma mentalidade, uma preparação pedagógica e uma predisposição para o trabalho completamente diferentes, pelo que não se deve olhar para a questão como se de uma pregação religiosa se tratasse.

Temos também de ter o cuidado de verificar a contribuição da Monodocência na melhoria da qualidade de ensino que se pretende assegurar,

como resultado da segunda reforma educativa da Angola independente. O próprio Ministro de Educação, Pinda Simão afirma que "os objetivos da reforma da educação são seis: A melhoria da qualidade e da eficácia do ensino; a expansão da rede escolar; a valorização do professor; a redução do analfabetismo absoluto e tradicional; a diminuição da pobreza no seio dos alunos, e a saúde para todas as crianças". (Jornal de Angola, n.º 42, 2011)

Como o ensino primário constitui a base de todo o esquema educativo de um país, a variante "melhoria de qualidade e eficácia de ensino" tem como variante independente a variante "valorização do professor". E para que o professor seja valorizado dentro do contexto da Monodocência do ensino primário, a sua formação não lhe deve proporcionar uma especialidade voltada só para duas disciplinas, evitando-se assim que ele ganhe aversão ao dito regime da Monodocência.

Acredita-se, isto sim, que a monodocência permite e ajuda o alargamento da rede escolar, sobretudo ao nível do Ensino Primário do subsistema do Ensino Geral. Porém, a medida chave reside, como já nos referimos, na preparação do corpo docente. Quanto tempo ficam nas Escolas Normais ou Escolas de Formação de Professores como ultimamente se designam as Escolas Normais. Que bagagem trazem dessas Escolas? E que formação têm em termos de conteúdos curriculares? Que métodos pedagógicos lhes são transmitidos? Será que na realidade os aplicam quando passam para docentes? O Governador da Província da Huila, no seu pronunciamento aquando da abertura de um ano letivo do ISCED (Instituto Superior de Ciências de Educação), na altura a única instituição de ensino superior vocacionada para a formação de professores na região, disse a dada altura: "que professores são estes que estamos a formar que nem sequer sabem extrair uma raiz quadrada?" Claro que o professor mal preparado nunca iria fazer "milagres" no campo de ação. Todavia, já o que há de positivo nesta reflexão é que até os governantes fazem este tipo de reparos porque trata-se de um mal por eles conhecido.

A reforma educativa em vigência desde 2004 adicionou a 5.^a e 6.^a classe do Ensino Primário, estendendo a monodocência até à 6.^a classe. O fato de o Ensino Primário ter seis anos de escolaridade, pouco surpreendeu o sistema

educativo nacional, pois há países em que o Ensino Primário tem sete anos de escolaridade, como é o exemplo Argentina, Quênia, Serra Leoa, Singapura, Tanzânia e Zâmbia. Com oito anos de escolaridade tem-se a Espanha e a Polónia (UNESCO, 1982).

O que certamente se tornou polémico e um tanto conflituoso foi a extensão da Monodocência para a 5.^a e 6.^a classe, uma vez que são anos que comportam nove disciplinas curriculares, das quais figuram: a Educação Física, a Educação Manual Plástica e a Educação Musical.

Os responsáveis máximos do Sistema Educativo não podem ignorar na totalidade o impacto causado por esta medida, uma vez que sabem perfeitamente que nas escolas nacionais de formação de professores, estes são especializados em duas disciplinas apenas.

Ao nível das 5.^a e 6.^a classe, o país entrou para o sistema de Monodocência a partir de 2008. Estas classes têm nove disciplinas que, em princípio, devem ser asseguradas por um mesmo professor. O ideal seria que o mesmo professor lecionasse a partir da 1.^a classe e depois de se familiarizar, evoluir com os alunos, conhecer as suas dificuldades e potencialidades e prosseguir até ao fim do ciclo primário. Os resultados tirados da fase de experimentação indicam ter havido dificuldades da parte de alguns professores. Estas são, geralmente, de natureza técnico-pedagógica, causada pela carga horária e pelo montante das disciplinas curriculares, e são vividas pela maioria de professores formados nas Escolas nacionais de formação de professores.

A Monodocência em Angola, a nível do Ensino Primário, não é de facto uma inovação, sempre se praticou, ao longo das sete reformas educacionais observadas, desde a oficialização da educação em Angola, ocorrida em 1845, por Joaquim José Falcão, no tempo da rainha D. Maria II na Metrópole, e com Sá da Bandeira nas pastas da Marinha e Ultramar (Samuels, 2011). A quarta reforma ocorrida a 8 de Fevereiro de 1933, na sequência da nova Constituição da República Portuguesa que consolidou o Estado Novo, permitiu que, no Ensino Primário, um só docente pudesse lecionar na mesma sala as quatro classes, desde que o número de alunos de cada classe não fosse tão elevado. Os professores, obviamente, eram preparados para tal empenho.

A quinta reforma, ocorrida a 29 de Dezembro de 1967 na sequência do decreto-lei de 9 de Julho de 1964, e quando na Metrópole era Ministro de Educação o Professor Doutor Inocêncio Galvão Teles, o Ensino Primário passou a abranger o ciclo elementar, da 1.^a à 4.^a classe, e o ciclo complementar, envolvendo a 5.^a e a 6.^a classes. Foi em 1967 que as 5.^a e 6.^a classes apareceram pela primeira vez no sistema educativo português, do qual Angola fazia, naturalmente, parte integrante.

Na reforma de 1967, a quinta reforma, a 5.^a e 6.^a classes estavam igualmente no regime de Monodocência, mas estas classes eram lecionadas por professores especialmente preparados, com habilitações literárias elevadas e com remunerações salariais também elevadas. É de salientar que as salas das 5.^a e 6.^a classes, não eram tão numerosas porque o ciclo complementar da quinta reforma não era obrigatório. Os adolescentes, depois da 4.^a classe, podiam escolher entrar diretamente para o ensino secundário ou avançar para a 5.^a e 6.^a classe, . Assim o ciclo complementar era mais localizado nos meios municipais e rurais, onde o ensino secundário, nos Liceus e Escolas Técnicas, eram mais escasso e nesses meios a população estudantil era, naturalmente, menor (Samuels, 2011).

A sétima reforma, a de 2001 e segunda de Angola independente, ocorrida na sequência da promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo de 13/01, de 31 de Dezembro, impõe uma 5.^a e 6.^a classe obrigatórias, isto é, uma extensão sumária do ensino primário, por mais dois anos, e com ela a prática da Monodocência. Esta reforma olvidou a preparação especial para os professores destas últimas classes do ensino primário, bem como a questão remunerativa, tendo em vista o aumento de trabalho e de responsabilidade causados pelo incremento das disciplinas curriculares. Assim a melhoria da qualidade de ensino que a reforma visa torna-se consequentemente utópica. Os altos dignitários da educação foram obrigados a reconhecer este facto.

Pode-se então considerar que a Monodocência, ao nível da 5.^a e 6.^a classes em Angola, em nada esteja a contribuir para a almejada melhoria de qualidade de ensino.

Partindo do princípio que as Escolas de preparação de professores apenas os especializam em duas disciplinas, existem em Angola académicos, e não poucos, que acham que a Polidocência devia começar mesmo na 1.^a classe do Ensino Primário. Ou seja, um professor especializado em Ciências Naturais e Biologia, por exemplo, devia ensinar estas disciplinas em todas as classes em que elas fazem parte do currículo, dentro da mesma Escola. É óbvio pensarmos que um professor especializado nesta duas disciplinas tenha dificuldades em ensinar Matemática e Educação Física, disciplinas essas que a Monodocência lhe exige dar.

Segundo Zau (2005), "na Angola independente há um docente com a 12.^a classe, formado pelo Instituto Médio Normal de Educação Garcia Neto, na especialidade de Geografia e História, que é professor do ensino primário, tem solicitado explicações de Matemática a um estudante da Faculdade de Ciências para poder dar aulas aos seus alunos da 1.^a classe à 6.^a classe.

Um dos grandes problema da Monodocência reside na falta de coragem do professor em admitir que tem falta de competências para lecionar todas as disciplinas na 6.^a classe, por exemplo. Quando um professor com a 12.^a classe, independentemente da sua opção de formação, não domina conteúdos gerais do ensino primário obrigatório para lecionar na 6.^a classe, é complicado exercer com competência as suas funções enquanto docente.

E com professores com falta de competências, o regime de Monodocência torna-se desfavorável. Há que reconhecer que os professores nestas circunstâncias são todos ou quase todos os que temos, nas nossas Escolas. Deve-se reconhecer que a Monodocência é uma variável dependente, que tem como variável independente a formação e preparação de professores. Esta é uma realidade que nunca deve ser escamoteada mas sim vivida e reconhecida por todos os responsáveis do setor educativo de Angola.

Segundo Teixeira (2011), " os efeitos a longo prazo da Monodocência é uma das bandeiras da reforma educativa, que ainda estão por se erguer. Mas não é complicado adivinhar o que se espera". (p.58). Um professor recém formado por uma das nossas Instituições de formação de professores e especializado em Língua Portuguesa, para dar aulas de Ciências Naturais, tem

de solicitar os préstimos de um seu aluno que ele acha que é mais esclarecido nesta matéria. Esse professor é também obrigado, pela Monodocência, a dar aulas de Educação Física. Que exercícios pede aos alunos para fazer? Este professor não tem formação específica, logo, não se lhe pode exigir mais. Na maioria das vezes, transmite aos alunos o que aprendeu com o seu professor da Educação Física, mas dificilmente pode explicar as razões de cada exercício que ensina.

A reforma antecipou-se à resolução de muitos problemas. Ou seja, não se preparou o terreno antes de se implementar a monodocência ao nível da 5.^a e 6.^a classe. Primeiro, em que escola são formados os monodocentes? Segundo, a pessoa formada no Magistério Primário, por exemplo, tem uma especialização, o mesmo acontece com os formados nos Institutos Médios Normal de Educação e nos Instituto Superior de Educação (Samuels, 2011).

Se antes da reforma a nossa qualidade de ensino já não nos orgulhava, com a Monodocência, estendida nos últimos anos do Curso Primário, aumentou-se o risco do insucesso escolar. Quando os responsáveis do Ministério da Educação defendem a Monodocência, temos liberdade para concluir que não estão interessados na melhoria da qualidade do ensino, pois nenhuma pessoa em plena consciência olha para a Monodocência como virtude. É um defeito que não devia ser prolongado. De acordo com Teixeira (2011), "Os atos conscientes carecem de reflexão e previsão dos seus efeitos. Os professores reprovam a Monodocência, os encarregados de educação também. Porque é que o Ministério da Educação acha o contrário?". Se, de acordo com Teixeira (2011), for posto a plebiscito, no universo da comunidade educativa de Angola, certamente que ganharia por uma maioria absoluta. Só que, na tal comunidade educativa de Angola, quem manda é o Ministério da Educação.

No ensino privado os efeitos prejudiciais da Monodocência não são tão expressivos porque há estabelecimentos de educação privados que não praticam a Monodocência de forma integral, sobretudo ao nível das 5.^a e 6.^a classes; disciplinas como a Educação Física, a Educação Manual Plástica e a Educação Musical são entregues a professores especializados e não ao professor da turma. Isto, por um lado, alivia a carga letiva do professor

monodocente da turma e torna-se pedagogicamente mais concebível. O ensino oficial nunca procede assim.

A Monodocência em Angola é mais polémica, certamente, ao nível das 5.^a e 6.^a classes pelo elevado número de disciplinas que elas acarretam e pela complexidade, vastidão, profundidade e abrangência de toda a matéria desse nível do ensino primário. Há que compreender, se os países que elevam o ensino primário para seis, sete ou oito anos de escolaridade, também o fazem em regime de Monodocência ou não.

De acordo com Zau (2005), " os professores acabam por funcionar de acordo com o tipo de educação que é pensado, criado e posto a funcionar pelo sistema nacional de educação. Não por uma espécie de "educação universal" que, segundo Durkheim, "não pode nem deve existir", mas, sim, para a sociedade real e histórica que, em determinado momento do seu desenvolvimento, cria e impõe o tipo de educação de que necessita." (p. 147).

Somos perentórios em concluir que em Angola a monodocência a nível do ensino primário existe como programa concebido, ditado e imposto pelo regime. Os professores apenas têm que cumprir.

3.3 A POLIDOCÊNCIA EM ANGOLA

A polidocência é uma prática pedagógica que sempre existiu nos meios académicos. A sua responsabilidade no que diz respeito à aquisição de conhecimentos cresceu e ganhou uma dimensão significativa no processo de ensino e aprendizagem (Samuels, 2011). Já na Grécia antiga se praticava a polidocência. Os filósofos Sócrates, Aristóteles e Platão, nas suas Escolas de Filosofia, Academias e Liceus procuravam preparar discípulos para lhes coadjuvar nos seus trabalhos e nas demais áreas de ensino, com o objetivo de obterem melhores resultados no seu desempenho enquanto filósofos docentes. (Teixeira, 2011). Nos Seminários da Igreja Católica, onde os sacerdotes se preparavam, a polidocência é aplicada desde os tempos de S. Pedro. Sempre se compreendeu que tinha que se dar a professores diferentes o ensino do Latim, de Filosofia, de Oratória, da Liturgia, do Grego, do Hebraico, para não citarmos todas.

Num âmbito um pouco diferente, os africanos do grupo bantu usavam e usam igualmente a polidocência no processo de ensino e acompanhamento de jovens. Cada conselheiro ocupava-se da matéria da sua especialidade. Um ensinava a arte da caça, outro da pesca, outro das colmeias, outro as normas de conduta social e moral, em que nesta se destacava a eloquência, o respeito pela velhice, a proteção da propriedade e não só. Na Europa, na Idade Moderna, quando a educação deixou de ser um privilégio para determinadas classes, particularmente as da realeza e do clero, observou-se que, a intenção de formar mais professores tinha como objetivo principal alargar as redes escolares. Então, recorreu-se à Polidocência como uma das estratégias mais eficazes no ensino (Samuels, 2011).

A Polidocência em Angola, em relação a países do Ocidente, tem o mesmo tipo de funcionamento e organização e a mesma feição epistemológica. O Sistema de Educação perante o Ministério de tutela encontra-se dividido em subsistemas, conforme já referimos. É no subsistema da Formação de Professores que se obtém a compreensão do esquema polidocente do Sistema Educativo de Angola (Samuels, 2011).

À luz da segunda reforma educativa da Angola independente, implementada a partir de 2004, de acordo com a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, os professores são formados em três instituições distintas: Escolas do Magistério Primário, distribuídos uma em cada Província; Escolas de Formação de Professores, que substituíram os Institutos Médios Normais (IMN), onde se formam os professores para o Primeiro ciclo do Ensino Secundário e Institutos Superiores de Ciências de Educação (ISCED), estes, assim como as Universidades do Estado, encontram-se um, em cada Divisão Acadêmica do País.

3.3.1 A Polidocência nas Escolas do Magistério Primário

As Escolas de Magistério Primário são as que maior rede nacional apresentam. Cada sede provincial procura ter pelo menos uma; e esta, com Núcleos nas sedes municipais. O Ensino Primário é o mais vasto, pois o número de crianças em idade escolar cifra-se sempre em mais de três milhões e os professores estão quase sempre em défice em todas as Províncias.

De acordo com o INIDE (2009), "no ano letivo 1994/95 foram matriculados cerca de 101 mil crianças, o que equivale a uma taxa bruta de matrícula, na ordem de 15%. A população em idade escolar, dos 6 aos 14 anos, dentro do sistema escolar, é de 4.290.000. Fora do sistema é de 2.020.442, isto é 41,3%." (p.4).

Em relação ao funcionamento das Escolas do Magistério Primário, teve-se como base para este estudo uma escola na Província do Huambo, implantada na área do Município de Caala. As Escolas de Magistério Primário preparam professores para o Ensino Primário. Os formandos são admitidos depois de possuírem a 9ª classe de escolaridade; são submetidos a um teste de seleção do qual depende a sua aptidão. Fazem depois quatro anos de Curso, que correspondem as 10.ª, 11.ª 12.ª e 13.ª classes de escolaridade. Os mesmos recebem, simultaneamente, a Formação Geral, a Formação Especial e a Formação Profissional. Têm, em média, uma carga de 30 horas/semana.

As disciplinas que são lecionadas durante os três anos do Curso são, na Formação Geral, Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, História, Geografia, Biografia, Francês, Inglês, Informática, Filosofia e Línguas Nacionais; Na formação específica têm Psicologia, Desenvolvimento e Aprendizagem (P.D.A.), Necessidades Educativas Especiais (N.E.E), Análise Sociológica da Educação, Administração e Gestão Escolar (ASEAGE), Higiene de Saúde Escolar (H.S.E), Teoria de Educação e Desenvolvimento Curricular (T.E.D.C), Formação Pessoal, Social e Deontológica (F.P.S.D.) e Expressões; na Formação Profissional têm as mesmas disciplinas da Formação Geral, acrescidas das Expressões (Educação Física, Educação Manual Plástica e Educação Musical), do Estudo do Meio e Ciências da Natureza, da Prática Pedagógica e Seminários. As disciplinas são distribuídas pelos três anos do Curso, com a mesma carga horária semanal.

No que diz respeito à melhoria da qualidade de ensino, a escola, universalmente, fica sempre em função da valorização do professor. O professor é válido se for bem formado, bem remunerado e com todas as condições de trabalho à sua disposição. Há professores que juntam 60 alunos ou mais numa sala só, no entanto existem outros que ainda dão aulas debaixo da sombra de uma árvore. Existem professores sem os instrumentos didáticos necessários. Também é verdade que existem professores sem nenhum sentimento patriótico nem a noção de responsabilidade pelo trabalho que lhe é dado. Não é possível esperar-se uma melhoria de qualidade de ensino se as condições de trabalho forem estas que se acaba de mencionar.

Se a prática da monodocência a nível das 5.^a e 6.^a classes for uma virtude a encorajar, uma vez que temos nove disciplinas a exigir a um único docente, este procedimento pedagógico não passaria de uma antítese da tão propalada "*melhoria de qualidade de ensino*", que a reforma formulou como meta e que já houve oportunidade de se afirmar frontalmente perante os responsáveis do Ministério de Educação.

Os formandos saem da Escola do Magistério como professores generalistas, prontos para o exercício da monodocência da 1.^a à 6.^a classes, conforme preconiza a segunda reforma de Angola independente ou a sétima desde a oficialização do ensino em Angola em 1845 (Braga, 1894).

3.3.2 Escolas de Formação de Professores

Os antigos Institutos Médios Normais passaram a designar-se Escolas de Formação de Professores dentro do subsistema de Formação de Professores, depois da segunda reforma educativa.

Um exemplo a apontar é a actual Escola de Formação de Professores "*Ferraz Bomboco*" no Huambo, que antes da Segunda Reforma Educativa, era designada por Instituto Médio Normal, formando professores para o primeiro, segundo e terceiro níveis do Ensino de Base, mas agora essa formação é obtida numa Escola de Formação de Professores e já não tem a designação de Instituto Médio Normal. A segunda Reforma Educativa acabou com os Institutos Médios Normais e em seu lugar vigoram as Escolas de Formação de Professores, que preparam duas categorias de Professores: - Professores para o Ensino Primário, e Professores para o Primeiro ciclo do Ensino Secundário.

Todos os formandos são admitidos com a 9.^a classe e todos são submetidos a um teste de seleção. Tanto o Curso de Preparação de Professores para o Ensino Primário como o de preparação de Professores para o Primeiro ciclo do Ensino Secundário têm a duração de quatro anos. A diferença, porém, consiste na questão de que os primeiros são preparados para a monodocência; são, professores generalistas e os segundos são preparados para a polidocência; são professores preparados com especialização. Cada formando ganha uma especialidade em duas disciplinas curriculares, exceto nas disciplinas específicas de Educação Física e de Educação Visual Plástica, que são singulares (Nguluve, 2010).

Embora a Lei de Bases do Sistema da Educação determina que a Formação de Professores de todo o Ensino Secundário venha a ser feita pelo Ensino Superior, tudo indica que, pelo menos a médio prazo, e no caso da Formação de Professores do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário, a formação continue a ser feita pelas Escolas de Formação de Professores de nível médio.

Os planos de estudo contemplam quatro componentes de formação que visam assegurar uma formação teórica-prática sólida; a Formação Geral, a Formação Específica, a Formação Profissional e a Formação Facultativa.

Os planos de estudo concebidos destinam-se à formação de Professores nas seguintes especialidades: Português/Educação Moral e Cívica; Inglês/Educação Moral e Cívica; Francês/Educação Moral e Cívica; Matemática/Física; Biologia/Química; História/Geografia; Educação Manual e Plástica e Educação Física (Nguluve, 2010).

Quanto à caracterização das formações (Geral, Específica, Profissional e Facultativa), temos a Formação Geral, que tem como objetivo dar ao futuro professor uma visão global científica como reforço da cultura geral que ele deve ter. Esta formação geral tem um tronco comum (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática, Filosofia, Informática e Educação Física) e uma parte que varia de acordo com o curso a que se destina.

A disciplina de Matemática integra conteúdos de estatística para todas as especialidades. Para a especialidade de Educação Manual e Plástica a disciplina de Matemática integra também conteúdos de Geometria Descritiva.

A Formação Específica integra disciplinas das Ciências da Educação, que asseguram o fundamento científico-pedagógico para o exercício da atividade docente.

Este grupo inclui um tronco comum (Psicologia do Desenvolvimento e de Aprendizagem, Análise Sociológica da Educação e Administração e Gestão Escolar, Higiene e Saúde Escolar, Teoria de Educação e Desenvolvimento Curricular e Formação Pessoal, Social e Deontológica) e uma parte que varia de acordo com a especialidade definida.

Quanto à Formação Profissional, esta compreende as ciências da especialidade, as metodologias destas, as Práticas, Seminários e o Estágio Pedagógico. Na disciplina específica de Educação Física, a disciplina de Metodologia de Educação Física integra o Módulo de Atividade Física Adaptada, que é lecionada no primeiro trimestre da 13.^a classe. O programa da disciplina de Matemática na 10.^a classe, na disciplina específica de Matemática/Física, integra conteúdos de Estatística e de Geometria Descritiva. A disciplina de Prática, Seminários e Estágio Pedagógicos contempla um

Módulo de Avaliação Educacional que é lecionado na 12.^a classe. Assim, o aluno estará melhor preparado para a realização do estágio pedagógico que tem lugar na 13.^a classe. O professor da especialidade é o mesmo da Metodologia de Ensino, da Prática Pedagógica e o que acompanha o Estágio e orienta os respetivos Seminários.

A Prática e os Seminários Pedagógicos são a caracterização da parte teórica e pretende-se com esta etapa a formação como profissional, nomeadamente a formulação de objetivos, elaboração e gestão de planos de aula, realização da avaliação das aprendizagens, em conformidade com as características do meio envolvente da escola, da disciplina, do ano e da temática a lecionar. Todos estes elementos devem contemplar uma visão sistemática dos conteúdos didáticos, objetivos gerais respetivos e específicos que se pretendem atingir, pré-requisitos, selecionados de métodos, e meios e instrumentos de avaliação e ainda o tempo previsto (Nguluve, 2010). Existe, ainda, um plano de estudo para cada área disciplinar específica. A carga horária é de 30 horas por semana e o número de disciplinas semanais nunca passa de 10. A Formação Facultativa tem apenas duas horas semanais no 11.^a classe.

As componentes Formação Específica e particularmente a Profissional, foram reforçadas com a Segunda reforma, procurando-se deste modo, preparar melhor os professores para o exercício da sua função, ao mesmo tempo que se espera minimizar a situação atual em que uma percentagem significativa de professores não vão exercer essa profissão, utilizando a instituição de formação como trampolim para o mundo empresarial ou exercer funções noutros Ministérios. Reitera-se que a Formação de Professores do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário realiza-se após a 9.^a classe do Ensino Geral ou equivalente, nas Escolas de Formação de Professores (EFP) com a duração de 4 anos (10.^a, 11.^a, 12.^a e 13.^a classe).

Para a concretização do Currículo da Formação de Professores do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário, os planos de estudo incorporam não só disciplinas que permitem a continuação dos estudos no ensino superior, mas também outras de mais variados conhecimentos práticos que facilitam o desenvolvimento com eficácia de atividade profissional do docente.

Os programas da Formação de Professores do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário estruturam-se de seguinte forma: Introdução da disciplina e Objetivos gerais da disciplina.

Na Formação de Professores do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário o programa tem como base os Objetivos gerais da disciplina na classe, seguidos por Conteúdos programáticos (Tema, Subtema), Sugestões metodológicas, Avaliação e Bibliografia. Esta estrutura é flexível, tendo em conta as especificidades de algumas disciplinas. Esta forma de organização pensa-se ser a adequada para facilitar ao professor a compreensão da complexidade do Sistema Educativo e dos conteúdos dos diversos elementos do programa.

No que respeita à monodocência nas 5.^a e 6.^a classes do Ensino Primário, a monodocência não constituiria uma dificuldade maior se estes dois anos de escolaridade do Ensino Primário fossem sempre entregues a Professores preparados nas Escolas de Formação de Professores. Porém, em Angola nem todos os Professores admitidos para o Sistema de Educação têm formação pedagógica. Muitos deles são provenientes de outras formações profissionais e têm dificuldades em lecionar nas 5.^a e 6.^a classes.

Quanto à introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no subsistema do Ensino Geral de Angola, esta deve ser integrada na 5.^a classe, para que os alunos adquirirem as competências tecnológicas básicas, no que concerne à melhoria da qualidade de ensino, o professor pode ser bem preparado e até bem remunerado, mas se não for assíduo e responsável, nunca contribuirá para a melhoria da qualidade de ensino do país (Nguluve, 2010).

Os conteúdos curriculares das disciplinas que constituem os Cursos de Magistério Primário e os Cursos de Formação de Professores para o Primeiro Ciclo do Ensino Secundário, se aparentam uma similaridade na nomenclatura, mas diferem substancialmente na essência e na substância, quando se observa o exercício da sua aplicação. Uns são para a preparação de professores generalistas e outros formam Professores bi-docentes.

3.3.3 Institutos Superiores de Ciências de Educação

Angola tem em todas as Divisões Acadêmicas, uma instituição estatal no qual se preparam professores com o grau de Licenciatura. São os Institutos Superiores de Ciências de Educação (ISCED), As Províncias que não albergam as sedes das Divisões Acadêmicas têm geralmente um Instituto Superior Politécnico, que acomoda uma Faculdade de Ciências de Educação.

No que diz respeito aos Institutos Superiores de Educação não são um produto da segunda reforma educativa. Já vêm do antecedente, e dão Licenciaturas aos seus formandos. Os Institutos Superiores de Ciências de Educação de Luanda, Huambo, Benguela e Lubango, estão vocacionados a dar Mestrados e Doutoramentos em Educação, embora, não estejam, de momento, a qualificar candidatos nesses altos graus de formação. Porém, só os Institutos Politécnicos podem dar o grau de Licenciatura aos seus formandos. Em todos os Institutos Superiores dão-se as disciplinas de Matemática, Física, Química, Geografia, Biologia, Pedagogia, Língua Portuguesa, História, Língua Inglesa, Filosofia e Língua Francesa. Durante um ano letivo um Instituto pode omitir um Curso ou outro, conforme a necessidade da Divisão Acadêmica a que o Instituto pertence. Por exemplo, caso haja excesso de professores de Biologia na Divisão Acadêmica de Benguela, o respectivo Instituto Superior de Ciências de Educação pode omitir a disciplina de Biologia por um ano ou dois, isto é, estanca um pouco a produção de professores de Biologia até que a necessidade o venha exigir de novo.

Cada formando fica especializado numa disciplina. Trata-se de um Curso Superior, portanto, o plano de admissão passa por um exame de seleção de alunos possuidores dum Certificado do segundo ciclo do Ensino Secundário, ou equivalente, feito com aproveitamento e o fim do Curso surge depois de quatro ou cinco anos letivos consequentes ou interpolados consoante a força anímica do estudante. (Nguluve, 2010)

Os Institutos Superiores de Ciências de Educação formam professores para a polidocência. Ou seja, os Institutos Superiores e as Escolas Médias Normais são anteriores à segunda reforma educativa de Angola independente,

conquanto apareçam reforçados e reestruturados no período pós-reforma. Zau (2005), refere que "no ano letivo de 1991/92 formaram-se apenas 390 licenciados, número manifestamente insuficiente para dar resposta às necessidades do país em quadros da Educação com formação superior" (p. 178).

3.4 POLIDOCÊNCIA VERSUS MONODOCÊNCIA

Em Angola, a Monodocência pratica-se no ensino primário do subsistema do ensino geral, no subsistema do ensino pré-escolar e na fase primeira do subsistema do ensino de adultos (alfabetização). Em todos os outros níveis e subsistemas, pratica-se a polidocência.

No ensino primário, a população estudantil é de tenra idade. A matéria a lecionar é vasta e pouco concisa. O professor enfrenta dificuldades em cumprir com os diversos programas curriculares. As crianças e adolescentes só tem a "lucrar" em ter o mesmo educador durante todo o tempo letivo e existe um conforto de parte a parte ao longo do processo educativo (Nguluve, 2010).

A monodocência torna-se universalmente conflituosa quando a matéria a dar é um tanto abrangente e delicada e com alguma responsabilidade no processo ensino/aprendizagem. Este é o caso das 5.^a e 6.^a classes, em Angola. O número de disciplinas nestas classes é maior. O professor não tem uma preparação especial para lecionar várias disciplinas nem beneficia de uma remuneração adicional como compensação do esforço extra que é obrigado a apresentar. É, simplesmente, um dente desajustado que se introduziu na engrenagem do Sistema Educativo, a nível do Ensino Primário do subsistema do Ensino Geral.

No concernente a questão de monodocência e polidocência de um sistema educativo, Portugal viveu um problema similar a nível dos 1.^o e 2.^o ciclos do seu Ensino Básico.

De acordo com Nóvoa (1995), "deve existir um professor único para as áreas básicas até ao 6.^o ano de escolaridade; é a opção que o Governo está a preparar com a aprovação do novo regime de habilitações para a docência, aprovado recentemente no Conselho de Ministros". O modelo segue uma

prática comum na maioria dos países da União Europeia e prevê a criação de um regime de monodocência coadjuvada ou de um professor central ou tutor no 5º e 6º ano de escolaridade (p.52).

Este sistema prevê a existência de um professor tutor que tenha capacidade para lecionar as áreas básicas (Português, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia de Portugal e Expressões) apoiado por docentes de outras áreas profissionais. O novo regime de formação criou um perfil de docente generalista, que, para além da licenciatura em Educação Básica, terá que ter um mestrado constituído por 30 créditos em Português, 30 créditos em Matemática, 30 créditos em Estudo do Meio, que inclui Ciências da Natureza e História e Geografia de Portugal, para além de 30 créditos em Expressões ".

Em Angola, seria cedo de mais exigir-se a licenciatura a todos os docentes das quintas e sextas classes. "o perfil geral de escolarização e formação profissional da grande maioria dos professores é ainda muito baixo. Apesar da paz recentemente alcançada, a pesada herança de conflitos armados irá continuar a influenciar negativamente os factores internos indispensáveis a uma aprendizagem adequada, porque a guerra constituiu-se, também ela, em um fator de identidade, ao atingir, de forma mais ou menos direta, toda a sociedade angolana" (Zau, 2005, p.119).

A preparação dos docentes a partir das Escolas de Magistério Primário aparenta ter alguma sustentabilidade e confiança. O mesmo se diria em relação aos professores preparados nas Escolas de Formação, os quais são à partida preparados para a polidocência. Os professores formados nos Institutos Superiores nunca deram mostras de incompetência no desempenho das suas atividades educativas porque o sistema educativo angolano sempre se mostrou firme no seu nível superior, onde os cooperantes se fizeram ininterruptamente presentes.

Tal como refere Nóvoa (2009), "não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem pedagógica, sem uma adequada formação de professores " e, concomitantemente a esta afirmação, Zau (2005), acrescenta "que este modelo de formação de recursos humanos ainda falha se houver falta de materiais didáticos adequados, falta de formação pedagógica

apropriada, falta de vontade política, falta de apoio das populações e das diferentes elites existentes no país”(p. 107).

Pode-se dizer que os esforços que estão a ser envidados nas Escolas de Formação de Professores só darão resultado palpável num futuro próximo, caso a complexidade educacional, social e até cultural do país evolua para o melhor.

PARTE II - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO IV - METODOLOGIA

4.1 OPÇÕES METODOLÓGICAS

Confrontados com a necessidade de elaborar uma investigação original e rigorosa para a obtenção do grau académico de mestre, desde cedo optámos por uma temática que estivesse ligada à realidade do meu país, com a grande preocupação que é hoje o Sistema Educativo e as práticas de Monodocência e Polidocência por ele abrangidas.

Estando profissionalmente envolvidos no governo Angolano, a nossa participação neste plano despertou-nos a curiosidade sobre os seus reais impactos políticos na gestão da escola (p.19).

De acordo com alguns autores (Samara & Barros, 2002; Mattar, 2005) este é um estudo exploratório uma vez que as investigações exploratórias visam prover o investigador de maior conhecimento sobre o tema ou problema da investigação. De acordo com Samarra & Barros (2002) “também denominadas *desk research* que tem como principal característica a informalidade, a flexibilidade e a criatividade e neles procura-se obter um primeiro contato com a situação a ser pesquisada” (Samara e Barros, 2002, p. 29).

Logo, a escolha mais adequada para o tipo de investigação pretendida foi a exploratória, que contribuirá para uma compreensão profunda e detalhada das interações e das práticas de Monodocência e Polidocência no novo sistema de ensino Angolano.

A natureza do problema encaminhou esta investigação para uma análise das práticas de Monodocência e Polidocência, numa abordagem interpretativa, que se quer, transformadora da realidade e que implique uma mudança/melhoria das práticas educativas. Dada a importância atribuída ao que pensam os professores, vamos optar por realizar um estudo de natureza qualitativa, envolvendo professores de diferentes anos letivos, nomeadamente da 5.^a e 6.^a classe, de duas escolas, uma pública, outra privada pela sua distinção enquanto instituições de ensino.

De acordo com Ruiz (1991), a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registo de variáveis presumivelmente relevantes para posteriores análises.

O tipo de problema que pretendemos investigar, em concreto, incide sobre a análise de **qual a visão dos professores sobre a prática de Monodocência ao nível das 5.^a e 6.^a classes do Ensino Primário em Angola**. Este problema não foi desenhado para asseverar uma ou mais hipóteses de investigação definidas *à priori*, nem no sentido de procurar a sua explicação na imparcialidade do investigador, na objetividade dos procedimentos de recolha e de análise dos dados, nem na quantificação de medidas, daí a escolha da análise qualitativa.

Para a situarmos no paradigma qualitativo temos que colocar as três questões levantadas por Guba & Lincoln (1994): a Questão Ontológica, a Questão Epistemológica e a Questão Metodológica. Do ponto de vista epistemológico, e considerando que o conhecimento resulta da interação entre sujeito/investigador e sujeito/fenómeno, as escolhas decorreram de uma perspetiva subjetivista, pois o conhecimento que se obteve e as propostas que irão ser desenvolvidas resultam de um trabalho reflexivo junto de participantes que geraram esse conhecimento, com todas as particularidades próprias dos seus contextos pessoais e profissionais, (Gramsci, 1986; Bourdieu, 2007).

Nos estudos encontrados sobre esta temática, a maioria dos métodos de recolhas de dados foi a escolha de dados empíricos, ou seja, a análise qualitativa. Em vez das técnicas de análise quantitativa utilizadas nos estudos correlacionais e experimentais clássicos (baseadas exclusivamente em dados quantificáveis e mensuráveis), passa a fazer sentido a utilização de técnicas e métodos que tenham em conta e permitam a captação da complexidade do real e a subjetividade dos atores (Fialho, 2004).

No decorrer deste estudo irão ser envolvidas opções que nos irão permitir uma melhor compreensão no que diz respeito às práticas educativas de Monodocência e Polidocência, onde se geram e onde se gerem desafios. O trabalho irá ser acompanhado recorrendo à combinação e aplicação de instrumentos apropriados de recolha de dados qualitativos.

A investigação qualitativa, cada vez mais, coloca-nos à disposição uma grande variedade de métodos, com objetivos distintos, quer no que diz respeito à recolha de dados, quer no que diz respeito ao contributo que se pode obter através desses dados, que depois serão analisados de forma sistemática, para organizar um conjunto de conhecimentos sobre a realidade estudada. Ou seja, em termos de finalidades, esta investigação visa a formulação de um problema preciso, para testar em estudos posteriores e explicativos, a identificação de fatores que determinam a ocorrência de um dado fenómeno, cuja preocupação recai na descrição das características da utilização de um determinado recurso em contexto educativo.

4.2 CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Esta investigação foi realizada em duas escolas primárias, sendo uma delas privada e a outra pública, pois sabemos que existem diferenças entre ambas e com isso na maneira de pensar e atuar dos docentes.

O Colégio Joaquina e Sumbe é uma instituição educacional para o Ensino Geral de carácter privado. Ele parte da Pré-Primário até à 12ª classe. Foi fundado em 2005, no Município de Viana, na Província de Luanda. No seu ano inicial teve 358 alunos da 1ª à 6ª classe. No ano seguinte já teve a 7ª classe e assim tem crescido ao longo do tempo. O Colégio seleciona os seus professores através de testes de avaliação. Os professores da 5ª e 6ª classes dão oito disciplinas. A Educação Musical tem um professor próprio. Em termos de remuneração, os professores das 5ª e 6ª classes beneficiam de um bónus extraordinário. Noutros termos, o esforço que fazem por lecionar oito disciplinas em vez de seis é recompensado, financeiramente, pela cúpula do Colégio. O Colégio dispõe de 4 salas para cada classe do Ensino Primário, com a capacidade de 35 alunos cada, porém no ato das matriculas rejeitam muitos alunos para evitar a superlotação. São dois turnos diários: matutino e vespertino. Trata-se de um estabelecimento educacional que ocupa uma superfície de quase dois hectares, com vastos espaços verdes e vários campos de jogos. Tem um programa de transporte de alunos, uma Cantina escolar funcionante e uma série de atividades escolares fascinantes. No total, o

Colégio conta com 45 professores, dos quais 4 para a 5ª classe e 4 para a 6ª classe e um Staff de 60 indivíduos, entre dirigentes e trabalhadores. O Colégio faz transparecer alguma honestidade e sinceridade nas suas atividades educacionais.

A escola n.º 5003 é um estabelecimento público de educação que iniciou a sua atividade no ano 2000. O edifício foi construído pela FESA (Fundação José Eduardo dos Santos,) que o doou à comunidade local, como estímulo ao programa educacional do Município. O seu patrono, Paiva Domingos da Silva, foi um Comandante das Forças Armadas Patrióticas para a Libertação de Angola (FAPLAS), que morreu tempos antes da inauguração da Escola. Esta ocupa uma área superior a um hectar (120x120metros quadrados). Tem campos de jogos e o edifício em si tem 12 salas de aulas. Ela é só para o Ensino Primário, isto é, só integra 6 anos de escolaridade. A comunidade tem estado a crescer, por isso, na distribuição dos alunos por turmas, verifica-se alguma superlotação, sendo 45 o número mínimo que se pode atribuir a uma sala. Tem 24 professores/as bem dedicados ao trabalho de ensino. Os professores das 5ª e 6ª classes, dão literalmente as nove disciplinas recomendadas pelo regulamento vigente. Como quase todos os estabelecimentos educacionais, a Escola 5003 também tem dois turnos de funcionamento: o período matinal e vespertino. Os professores são fornecidos pelo Estado, que os admite através de um concurso público. Apesar de ressaltar uma impressão de serem poucos, os professores e o Estado têm procurado dar o seu melhor, no cumprimento dos programas impostos pela reforma educativa em vigência.

4.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Um estudo de caso busca compreender a dinâmica dos processos constitutivos, envolvendo um diálogo do pesquisador com a realidade estudada. Ainda segundo este autor, as etapas que compõem a pesquisa de campo são: pesquisa bibliográfica, determinação de técnicas de coleta, registo e análise dos dados. Por pesquisa bibliográfica segundo Ruiz (1991), “entende-se “um apanhado geral sobre os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema.”

Neste trabalho foram consultados autores com reconhecida contribuição no que se refere à temática da educação em Portugal e Angola: Benedito, 2012; Braga, 1894; Carvalho, 2011; Ferreira, 1999; Gomes, 1995; Gomes & Grácio, 1988; Lima, 2001; Mineiro, 2007; Nguluve, 2010; Nóvoa, 1995, 2009; Paro, 2000.

Após a pesquisa bibliográfica, segue a coleta de dados, que deve ser constantemente relacionada aos objetivos previamente estabelecidos, pois conforme Cervo, citado em Marconi e Lakatos (2000, 2007) “os objetivos podem definir o material a coletar, o tipo de problema e a natureza do trabalho”. Foi também feita análise de legislação, nomeadamente Decreto-lei n.º 1/07, de 3 de janeiro, do Conselho de Ministros de Angola, o Decreto-lei n.º 2/07, de 31 de agosto, do Conselho de Ministros de Angola, bem como a legislação INIDE (2009), sobre a Implementação do Novo Sistema de Educação: Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário da República de Angola.

4.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS

A técnica de recolha de dados selecionada consistiu na observação participante e centra o foco do estudo, neste caso concreto, numa organização em particular e mais especificamente num grupo de pessoas, “Focus Group”, sendo estes sujeitos participantes na comunidade escolar, ou seja, os professores.

Quadro 1 – Amostra

População	Entrevistados
Escola Privada n=45	N= 4
Escola Pública n=24	N=4

Segundo Bogdan e Biklen (1994), quando nos referimos a um grupo de pessoas como foco de estudo estamos a utilizar uma perspetiva sociológica para nos referirmos a pessoas que interagem, que se identificam umas com as outras e que partilham expectativas em relação ao comportamento umas das outras (p.91).

No que diz respeito à recolha de dados, para que se pudesse dar resposta às questões de investigação foi utilizada a técnica da Entrevista.

A entrevista e a observação utilizadas como técnicas para coleta de dados, ao mesmo tempo que valorizam a presença do investigador, também dão espaço para que o sujeito investigado tenha liberdade de participar e enriquecer a investigação.

Todas as entrevistas, depois de gravadas, foram transcritas para se proceder ao seu tratamento qualitativo, com recurso à técnica de análise de conteúdo (Guerra, 2006; Bardin, 2006). Estes documentos, resultantes da análise de conteúdo, encontram-se em Apêndices (do Apêndice I ao Apêndice III). Após a coleta de dados, Lakatos e Marconi (2007), sugerem a classificação dos mesmos de forma sistemática através de seleção (exame minucioso dos dados), codificação (técnica operacional de categorização) e tabulação (disposição dos dados de forma a verificar as inter-relações). Esta classificação possibilita maior clareza e organização na última etapa deste trabalho, que é a elaboração do texto da dissertação.

No que concerne à recolha de dados nesta investigação, foi elaborado um guião de entrevista de acordo com as dimensões do estudo (Apêndice I) o qual foi testado previamente.

De acordo com a amostra do estudo, recorremos aos diretores pedagógicos para fazer as entrevistas, dos quais obtivemos prévia autorização para que estas fossem realizadas aos professores das quintas e sextas classes

e assim analisar os dados cuja problemática incide sobre a "Monodocência nas quintas e sextas classes do Ensino Primário em Angola". Em ambos os estabelecimentos escolhidos, o Colégio Joaquina e Sumbe e a Escola Primária n.º 5003, Domingos Paiva da Silva, fomos bem atendidos, compreendidos e a recolha de dados foi feita sem quaisquer constrangimentos. Este processo fez-se no mesmo dia nos dois estabelecimentos escolares.

Fora atribuídos os códigos de EA1, EB1, EC1 e ED1 para os professores entrevistados da Escola Privada e EA2, EB2, EC2 e ED2 para os professores da Escola Pública, uma vez que o anonimato da entrevista possibilitou que as respostas fossem mais fiáveis, melhorando a qualidade do estudo.

Depois de feita a transcrição das entrevistas foram criadas unidades de sentido e de seguida uma grelha de categorização para que fosse possível elaborar as fichas sínteses e assim chegar às conclusões.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS DADOS

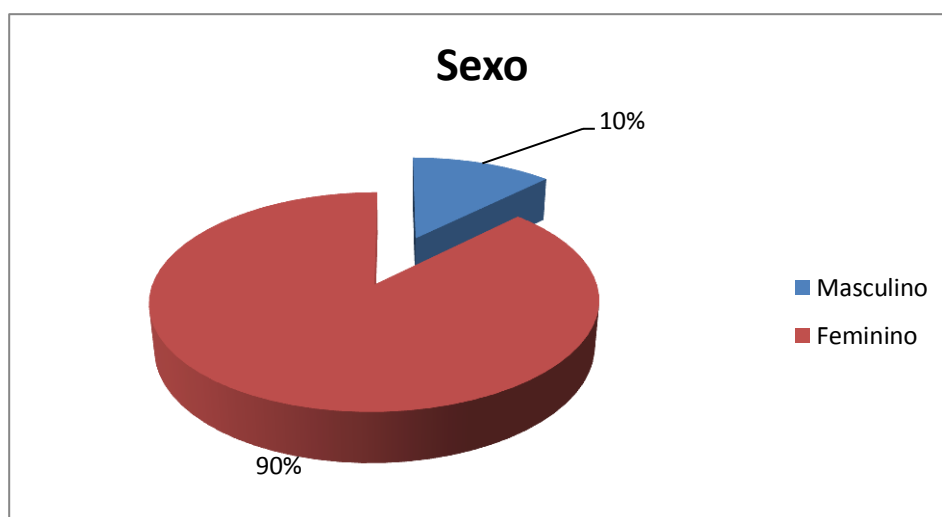
5.1 CARATERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

5.1.1 SEXO DOS ENTREVISTADOS

Quadro 2 – Sexo dos entrevistados

Sexo	M	F
	1	7

Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados



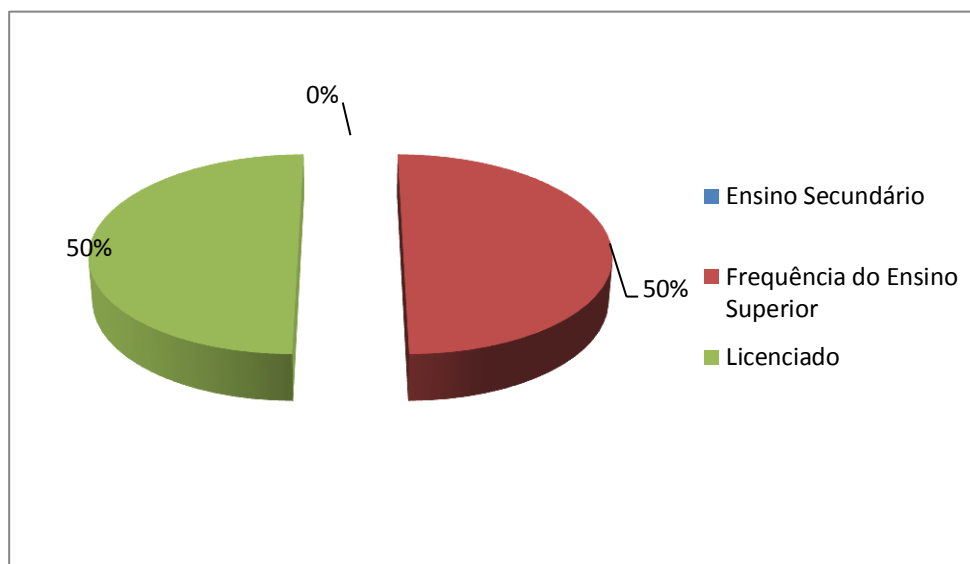
Como podemos verificar no gráfico, 90% dos entrevistados são do sexo feminino, o que representa que os professores entrevistados são na sua esmagadora maioria do sexo feminino, seguindo a tendência de outros países, nomeadamente Portugal, em que se pode perceber o maior interesse ou possibilidade de continuidade dos estudos entre as mulheres (Santos, 2011, p.33-38).

5.1.2 HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS ENTREVISTADOS

Quadro 3 – Habilitações literárias dos entrevistados

Habilitações	Ensino Secundário	Frequência do Ensino Superior	Licenciado
	0	4	4

Gráfico 2 - Habilitações literárias dos entrevistados



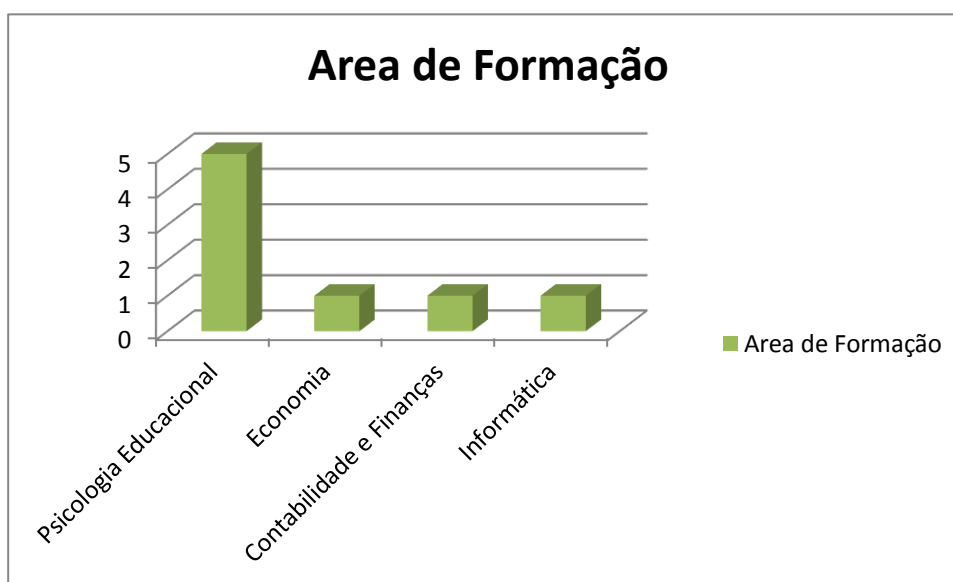
O gráfico 2 mostra claramente que 50% dos entrevistados são Licenciados e outros 50% ainda frequentam Cursos do Ensino Superior. Não consta nenhum entrevistado que apenas tenha concluído o Ensino Secundário. Podemos concluir que a matade do corpo docente entrevistado ainda não possui habilitação superior. Contudo, de acordo com estudos sobre as fases de desenvolvimento profissional dos docentes, que é de aproximadamente cinco anos de atuação a prática docente é vista como sendo o período em que o professor se estabiliza na profissão, tornando-se mais independente e competente através da sua experiência (Huberman, 1995; Cavaco, 1995; Berliner, 1988).

5.1.3 ÁREA DE FORMAÇÃO

Quadro 4 – Área de Formação

Área de formação	Psicologia Educacional	Economia	Contabilidade e Finanças	Informática
Profissional	5	1	1	1

Gráfico 3 – Área de Formação dos profissionais de ensino licenciados



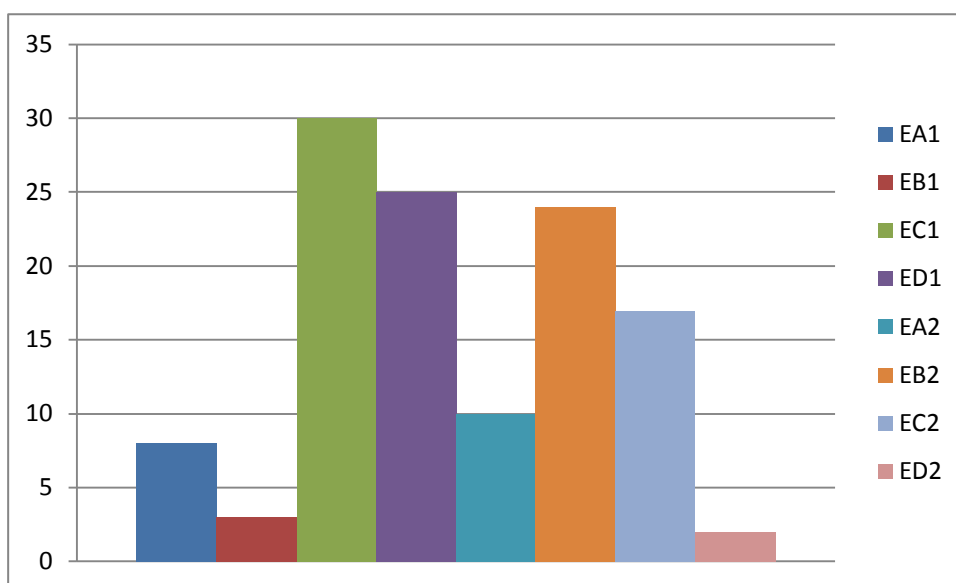
Quanto à área de formação dos entrevistados, podemos observar que a maioria tem formação na área de Psicologia Educacional e em Contabilidade e Finanças. A escolha da profissão vincula-se a representações acerca das possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho, ao “*status*” da profissão e a ganhos financeiros, como indica Schwartzman (1992). Contudo, o fato de terem licenciaturas nestas áreas não impede estes professores de serem versáteis e se adaptarem a este sistema de ensino.

5.1.4 ANOS DE SERVIÇO DOS ENTREVISTADOS

Quadro 5 – Anos de Serviço dos Entrevistados na Educação

Anos de Serviço	EA1	EB1	EC1	ED1	EA2	EB2	EC2	ED2
	8	3	30	25	10	24	17	2

Gráfico 4 - Anos de Serviço dos Entrevistados na Educação



Em relação aos anos de serviço dos entrevistados, podemos considerar que a maioria dos entrevistados são indivíduos com uma média de 24 anos de serviço. Podemos considerar que estes professores têm bastante experiência profissional. Para Cavaco (1995) “os saberes profissionais dos docentes são adquiridos por meio de experiências centradas no espaço escolar que moldam sua identidade profissional num processo de socialização constante. Por volta dos trinta anos de idade o professor já passou pelo período de maior instabilidade e insegurança, característicos dos primeiros anos de docência, e ingressa na fase seguinte em que se sente mais seguro e competente” (p.38).

5.1.5 ANOS EM QUE LECIONAM

Quadro 6 – Ano em que lecionam

Classe em que leciona	EA1	EB1	EC1	ED1	EA2	EB2	EC2	ED2
	5.ªclasse	5.ªclasse	6.ªclasse	6.ªclasse	5.ªclasse	5.ªclasse	6.ªclasse	6.ªclasse

A maioria dos professores entrevistados lecionam na 5.^a e 6.^a classes. Pelo que se pode concluir que estes professores não têm outra alternativa, devido a fatores como o prestígio social da profissão, os resultados obtidos na trajetória escolar, o capital escolar, as condições sociais e culturais da família, a oferta educativa etc. Tal como afirma Furlani (1998), “a escolha profissional não consiste em uma decisão exclusivamente individual, mas vinculada a diversos fatores” (p.68).

5.2 CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Neste estudo, a técnica de análise da recolha de dados foi a análise categorial. Esta técnica permitiu-nos condensar os dados em categorias, uniformizando-os de forma a tornar mais fácil a sua interpretação.

Este tipo de análise “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos que é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos e simples (Bardin, 2006, p.96). A categorização das entrevistas (Quadro 7 e 8) resultou da “classificação analógica e progressiva dos elementos”, em que as categorias terminais foram provenientes do reagrupamento progressivo de categorias com uma generalidade mais fraca, sendo a definição do título conceptual de cada categoria somente definida apenas no final (Bardin, 1977).

QUADRO 7 - GRELHA DE CATEGORIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS DE EA1A ED1

	UNIDADES DE REGISTO	CATEGORIAS	UNIDADES DE ENUNCIÇÃO (POR ENTREVISTADO)			
			Entrevista A XprofessorX	Entrevista B XprofessorX	Entrevista C XprofessorX	Entrevista D XprofessorX
A 1	Formação	Formação complementar	(...) Não, a formação que possuo, desde o médio até ao superior, já é pedagógica por isso não complementei mais (...) 1	(...) Sim. Fiz o "INE" – formação de professores durante 5 anos (...) 2	(...) Sim. Participei em alguns cursos de superação pedagógica (...) 3	(...) Sim. Para além da formação que estou a concluir também participei em seminários de capacitação pedagógica (...) 4
		Vantagens	(...) Acho a formação pedagógica muito importante e vantajosa pois prepara os professores para o desempenho das suas funções (...) 5	(...) A formação é muito vantajosa porque dá ferramentas importantes para se poder trabalhar no sistema de ensino (...) 6 (...) criando nos professores aptidões para poderem transmitir conhecimentos aos educandos (...) 7	(...) foram cursos vantajosos porque contribuíram para o melhor desempenho da minha atividade (...) 8	(...) A formação foi vantajosa pois prepara melhor a atividade dos professores. (...) 9
		Aplicação	(...) Sim aplico no decurso das minhas funções (...) 10	(...) Aplico sim (...) 11	(...) Sim. Aplico (...) 12	(...) Sim. Sempre que necessário (...) 13
B 2	Preparação/ Conhecimentos para lecionar Disciplinas	Total/essencial	(...) Estou preparada para a maioria das disciplinas (...) 14 (...) na disciplina de Educação Manual e Plástica não me sinto tão bem preparada (...) 15	(...) Nem todas (...) 16 (...) através da Escola de Formação de Professores formei-me em matemática e física, disciplinas em que sinto que tenho todas as condições para lecionar (...) 17 (...) em monodocência, tenho que procurar meios para ter conhecimentos das outras disciplinas e poder ensinar (...) 18	(...) Totalmente preparada não (...) 19	(...) Não me sinto totalmente preparada (...) 21

		Domínio			(...) pelo facto de não ter o domínio de algumas disciplinas tal como Educação Manual e Plástica(...) 20	
		Competências				(...) a minha formação não me deu competências para o ensino de Educação Musical, Educação Física e Educação Manual e Plástica(...) 22 (...) disciplinas específicas de pormenorização com competências próprias que não me foram transmitidas aquando da minha formação (...) 23
		Requisitos	(...) Sim, vai de encontro aos requisitos (...) 24	(...) Sim, vai de encontro aos requisitos estipulados (...) 25	(...) Não, pelo fato já apontado anteriormente (...) 26 (...) não me sentir bem preparada em todas as disciplinas (...) 27	(...) Sim, vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo (...) 28
C 2	Monodocência	Dificuldades	(...) Torna-se um pouco difícil lecionar nas 5ª e 6ª classes em regime de monodocência, pois trata-se de muitas disciplinas para o mesmo professor (...) 29	(...) o domínio de conhecimentos das nove disciplinas que compõem o currículo torna a leção mais difícil visto que os professores não dominam de igual modo todas as áreas do conhecimento (...) 33		

		Conhecimentos/d omínios específicos	(...)existem disciplinas que requerem conhecimentos específicos dessas áreas, como é o caso de Educação Manual e Plástica e Educação Musical, (...)30	(...) o domínio de conhecimentos das nove disciplinas que compõem o currículo torna a lecionação mais difícil visto que os professores não dominam de igual modo todas as áreas do conhecimento (...) 33		(...) colmatar as lacunas existentes em termos da especificidade de cada disciplina (...) 36
			(...) a maioria dos professores não se sentem tão bem preparados, ou o inverso, professores destas áreas a dar as outras disciplinas também sentem as mesmas dificuldades(...) 31			
		Formação Específica	(...) Para cada disciplina deveria existir um professor com formação específica (...) 41	(...) Cada professor tem a sua área de formação e torna-se mais difícil lecionar as matérias que saem fora dessa área (...) 42	(...) Existem disciplinas para as quais os professores não têm formação específica (...) 43	(...) antes da implementação da monodocência deveria ter-se formado os professores, quer através de um novo regime de formação de professores, quer através de reciclagem dos professores já existentes (...) 35

	Vantagens	<p>(...) A monodocência não tem vantagens nenhuma em relação à polidocência (...) 37</p> <p>(...) As vantagens só se podem verificar se o professor for o mesmo desde a 1ª classe até à 6ª classe, porque desta forma o par Professor/Alunos conhecem-se bem (...) 45</p>	<p>(...) Não. A monodocência não tem vantagens em relação à polidocência (...) 38</p> <p>(...) A monodocência permite ao professor ter um melhor conhecimento do aluno uma vez que passam mais tempo juntos (...) 32</p> <p>(...) O grau de conhecimento do professor em relação aos alunos é maior (...) 47</p> <p>(...) O controlo total do grau de aprendizagem e dos alunos no âmbito geral também é maior (...) 48</p> <p>(...) A relação professor aluno também é maior, acabando-se por conhecer melhor o aluno por causa da quantidade de tempo que estão juntos (...) 49</p>	<p>(...) Considero não muito vantajosa a monodocência porque nem todos os professores dominam as matérias da 5ª e 6ª classe (...) 34</p> <p>(...) Não. Não considero vantajosa a monodocência em relação à polidocência (...) 39</p>	<p>(...) Não. A monodocência não é vantajosa (...) 40</p> <p>(...) A única vantagem é a de o professor acompanhar o aluno durante mais tempo ficando assim a conhecê-lo melhor (...) 44</p> <p>(...) A única vantagem é apenas a do professor conhecer melhor o aluno pelo tempo que passam juntos (...) 54</p>
	Desvantagens	<p>(...) se o professor só apanhar os alunos na 5ª ou 6ª classe, não trás vantagens nenhuma porque o par não se conhece e existem muitas disciplinas para lecionar pelo mesmo professor (...) 46</p> <p>(...) Não deve continuar a ser implementada (...) 62</p>	<p>(...) Falta de qualidade de ensino de algumas disciplinas por falta de aptidões profissionais e técnicas que não são oferecidas durante o processo de formação pedagógico (...) 50</p> <p>(...) O professor fica muito sobrecarregado ao lecionar todas as disciplinas e não estamos a primar pela qualidade do ensino (...) 51</p>	<p>(...) Não encontra vantagens na monodocência, o fato dos professores não dominarem todas as disciplinas curriculares da 5ª e 6ª classe não melhora a qualidade do ensino nem ajuda os alunos (...) 38</p> <p>(...) Não encontra vantagens na monodocência (...) 52</p> <p>(...) o fato dos professores não dominarem todas as disciplinas curriculares da 5ª e 6ª classe não melhora a qualidade do ensino nem ajuda os alunos (...) 53</p>	<p>(...) as desvantagens são maiores pois os professores não desempenham o seu papel na perfeição por não dominarem de igual forma todas as áreas curriculares (...) 55</p> <p>(...) prejudicando assim o processo de ensino/aprendizagem (...) 56</p> <p>(...) Um professor cuja formação é em Língua Portuguesa não se sente com o mesmo à vontade quando leciona Matemática ou o inverso (...) 57</p> <p>(...) alguém que se sinta preparado para lecionar educação Física de certeza que não se sente preparado de</p>

					igual forma para lecionar por exemplo geografia ou Educação Manual e Plástica(...) 58
	Continuação da Implementação	(...) Não deve continuar a ser implementada (...) 59	(...) Não deve continuar a ser implementada (...) 60	(...) Não, deveria haver uma revisão ao sistema de forma a implementar um regime mais vantajoso para os alunos (...) 61	(...) Não deve continuar a ser implementada (...) 62
	Programas curriculares adequados	(...) Sim, são adequados (...) 63	(...) Não são adequados (...) 64	(...) Sim são adequados (...) 65	(...) Sim o problema está na forma de implementação (...) 66
	Fator Inovação	(...) Não sei responder (...) 76	(...) Sim a inovação é uma constante (...) 77	(...) Sim, (é inovador) desde que proporcione ao ensino um melhor desempenho e desenvolvimento do mesmo (...) 78	(...) Acho que não. Devia ser implementado um novo sistema com base na realidade angolana (...) 79
	Nova disciplina	(...) entendo que seria muito interessante a introdução da disciplina de TIC (...) 80	(...) É uma nova disciplina muito importante já que a sociedade encontra-se em constante evolução (...) 81	(...) É indispensável, estamos num mundo globalizado, por isso a partir da 5ª classe os alunos deviam ter a noção de TIC (...) 82	(...) Em termos gerais acho que essa disciplina deveria existir (...) 83
	L. Estrangeira	(...) a introdução da disciplina de L. Estrangeira na 5ª classe é interessante até porque os alunos estão numa idade em que aprendem com facilidade outras línguas (...) 84 (...) Inglês (...) 88 (...) Ser uma língua Universal (...) 92	(...) Sim, deve-se iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe (...) 85 (...) Inglês (...) 89 (...) Ser uma língua Universal (...) 93	(...) Sim, deve-se iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe (...) 86 (...) Inglês (...) 90 (...) Ser uma língua Universal (...) 94	(...) Sim, deve-se iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe (...) 87 (...) Inglês (...) 91 (...) Ser uma língua Universal (...) 95

D 1	Polidocência	Classe de implementação	(...) Na 5ª classe, porque é quando aumenta o n.º de disciplinas, passando de três disciplinas na 4ª classe para nove na 5ª classe (...) 67	(...) Na 5ª classe (...) 68	(...) Na 5ª classe (...) 69	(...) Na 5ª classe (...) 70
		Disciplinas a lecionar	(...) Em polidocência todas as que são dadas agora em monodocência (...) 71 (...) Em regime de monodocência deveria ser Língua Portuguesa, Estudo do Meio, Matemática, Educação Física e Educação Manual e Plástica (...) 72	(...) Todas as que são dadas agora em monodocência (...) 73	(...) Todas as que são dadas agora em monodocência (...) 74	(...) Todas as que são dadas agora em monodocência (...) 75

Quadro 8 - Grelha de Categorização dos Entrevistados de EA2 a ED2

	UNIDADES DE REGISTO	CATEGORIAS	UNIDADES DE ENUNCIÇÃO (POR ENTREVISTADO)			
			Entrevista E XprofessorX	Entrevista F XprofessorX	Entrevista G XprofessorX	Entrevista H XprofessorX
A2	Formação	Formação complementar	(...) Fiz várias (...) 1 (...) a escola onde leciono está equipada com uma área para capacitar os professores que vêm do ensino primário(...) 2	(...) Várias, incluindo formação em Ensino Especial (...) 3	(...) Sim fiz formações (...) 4	(...) Não, tenho apenas a formação média do INE a qual me habilita como professor do ensino primário (...) 5
		Vantagens	(...) É muito vantajoso (...) 6 (...) ajuda-nos cada vez mais para quando temos problemas em algumas disciplinas(...) 7 (...)capacitando-nos mais (...) 8	(...) As formações permitem-nos conhecer melhor o Ser Humano em todas as suas dimensões, sobretudo a criança e o adolescente (...) 9	(...) As vantagens da formação pedagógica é que facilita o professor a conhecer melhor e a usar melhor as técnicas de ensino (...) 10	(...) As vantagens que eu encontro é que o professor adquire conhecimentos pedagógicos que o ajudam a poder lecionar/ensinar (...) 11
		Aplicação	(...) Sim, aplico sempre (...) 12	(...) Sim, aplico quando necessário (...) 13	(...) Sim, de vez em quando tenho aplicado (...) 14	(...) Nós formamo-nos logo temos que aplicar aquilo que adquirimos como conhecimento (...) 15
B2	Preparação/ Conhecimentos para lecionar Disciplinas	Total/essencial	(...) Sim. Excepto nas disciplinas de Educação Manual e Plástica e Educação Musical (...) 16 (...) disciplinas que requerem algum conhecimento técnico que não possuo (...) 17	(...) Em algumas sim. Em Educação Musical, Educação Física e Educação Manual e Plástica não me encontro totalmente preparada (...) 18	(...) Sim, excepto Educação Física, Educação Musical e Educação Manual e Plástica. (...) 19	(...) A preparação é contínua e ninguém está totalmente preparado a exercer qualquer papel ou função para que é chamado a executar (...) 20 (...) Cada dia é uma preparação (...) 21
		Domínio				
		Competências				
		Requisitos	(...) Sim. Vai de encontro aos requisitos estipulados (...) 22	(...) Sim. Vai de encontro aos requisitos (...) 23	(...) Sim. Vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente (...) 24	(...) Os níveis de conhecimento não digo que vão totalmente de encontro (...) 25 (...) com os manuais que temos ajudamos realmente a enriquecer aquilo que nós já temos como conhecimento e possamos então ensinar as nossas crianças (...) 26
C2	Monodocência	Dificuldades		(...) Penso que não é	(...) Não é fácil	

			benéfico para o aluno porque disciplinas como a matemática onde a maior parte dos alunos tem dificuldades, elas vão manter-se por mais tempo (...) 28	um professor dar todas as disciplinas (...) 30	
			(...) regime de monodocência a formação do professor pode não passar por essa área, tornando-se assim mais difícil colmatar as dúvidas ou a pouca apetência do aluno para a matemática (...) 29		
	Conhecimentos/Dominios específicos			(...) Uma vantagem é que permite que o professor alargue os seus conhecimentos científicos (...) 41	(...) Acho boa (...) na medida em que exige que o professor se capacite e habilite cada vez mais no domínio de conhecimento que cada disciplina apresenta (...) 31 (...) professor (...) polivalente, porque enriquece também o professor de vários conhecimentos das ciências que leciona na escola(...) 32
	Formação Específica	(...) em primeiro lugar os professores teriam que frequentar uma formação por forma a colmatar todas as lacunas existentes (...) 27	(...) regime de monodocência a formação do professor pode não passar por essa área, tornando-se assim mais difícil colmatar as dúvidas ou a pouca apetência do aluno para a matemática (...) 29 (...) As desvantagens recaem principalmente na formação específica de cada professor que em regime de monodocência e com as várias áreas que ministram não têm conhecimento científico ajustado para todas elas(...) 40		
	Vantagens	(...) Não considero vantajosa (...) 33 (...) A única vantagem que encontro é que os alunos não trocam de professores, então eles vão seguindo o método do professor em quase todas as disciplinas(...) 37	(...) Não acho vantajosa (...) 34 (...) A única vantagem que este regime apresenta é que o aluno vem desde a iniciação até à 6ª classe com o mesmo professor(...) 39	(...) Não encontro vantagens (...) 35 (...) Uma vantagem é que permite que o professor alargue os seus conhecimentos científicos (...) 41	(...) Sim é vantajosa (...) 36 (...)uma das vantagens é que possibilita que o professor tenha um acompanhamento muito próximo do aluno no seu desenvolvimento intelectual, psicológico ou cognitivo (...) 44

				(...) ao preparar-se para lecionar tantas disciplinas não fica limitado à sua área de formação ficando assim com um conhecimento mais vasto (...) 42	(...)Este acompanhamento permite que o professor ao conhecer melhor o seu aluno o ajude também melhor naquilo que o aluno tem mais dificuldades(...) 45 (...) a grande vantagem da monodocência: acompanhar e ajudar os alunos a desenvolverem-se (...) 46
	Desvantagens	(...) A desvantagem (...) relativamente à especialização dos professores, que é feita numa área e em regime de monodocência os professores dão as áreas todas(...) 38	(...) As desvantagens recaem principalmente na formação específica de cada professor que em regime de monodocência e com as várias áreas que ministram não têm conhecimento científico ajustado para todas elas(...) 40	(...) A desvantagem tem a ver com a sobrecarga de trabalho pois a sua capacitação pedagógica não está vocacionada para tantas áreas (...) 43	(...) A desvantagem é a sobrecarga, o excesso de trabalho (...) 47 (...) algumas disciplinas em excesso (...) 48
	Continuação da implementação	(...) Não deve continuar a ser implementada (...) 49	(...) Não deve continuar a ser implementada (...) 50	(...) Não deve continuar a ser implementada (...) 51	(...) Sim deve continuar a ser implementada (...) 52
	Programas curriculares adequados	(...) Sim considero adequados(...) 53	(...) Sim, em relação ao programa não há nada a apontar, está adequado(...) 54	(...) Considera que ainda existem muitas preocupações e necessidades dos meios de ensino. Não está correto obrigar os professores a fazer algumas investigações para poder lecionar tantas áreas curriculares(...) 55	(...) Considero adequadas, poderá, no entanto, haver uma ou outra que não vá de encontro com a realidade dos nossos alunos(...) 56
	Fator Inovação	(...)Sim. Considero o fator inovação muito importante, visto que alguns professores já se formaram há muitos anos e como os métodos estão sempre a mudar, tornam-se pertinentes as aulas de refrescamento que são dadas através dos seminários existentes(...) 69	(...)Sim, porque nós como seres humanos que somos não podemos estar estáticos, temos que estar sempre dinâmicos, temos que procurar sempre quais são as vias para podermos modernizar (inovar) o nosso ensino(...) 70	(...)Sim, considero o fator inovação uma constante(...) 71	(...)Sim, considero o fator inovação uma constante(...) 72

		Nova disciplina	(...)Considero que ainda é muito cedo para os alunos terem essa aula como disciplina propriamente dita (...)73 (...) Proponho que lhe seja dado um outro nome por forma a ser só uma introdução através de desenhos ou bonecos. (...)74	(...)Acho que para a idade dos alunos é prematuro a introdução da disciplina TIC(...)75	(...)Penso que essa disciplina só deveria existir a partir da 7ª classe (...)76	(...)Estamos num mundo global em que a Tecnologia de Informação, Informática, domina. Realmente as nossas crianças deveriam ter o <i>abc</i> dessa disciplina para não estarmos muito aquém do que o nosso mundo atual exige (...)77
		L. Estrangeira	(...)Sim. Deve-se iniciar uma língua estrangeira na 5ª classe (...)78 (...)Inglês (...)82 (...)Por ser uma língua internacional e multinacional(...)85	(...)Sim. Deve-se iniciar uma língua estrangeira na 5ª classe (...)79 (...)Inglês (...)82 (...)Por ser uma língua mundial em que todas as pessoas comunicam (...)86	(...)Não. Só a partir da 7ª classe é que se deve iniciar uma língua estrangeira(...)80	(...)Acho bom, mas seria melhor que se optasse também pelas línguas nacionais para aculturar mais os nossos alunos e os professores(...)81 (...)Inglês (...)84 (...)É uma língua muito falada no mundo (...)87
D2	Polidocência	Classe de implementação	(...) Na 5ª classe (...) 57	(...) Na 5ª classe (...) 58	(...) Na 5ª classe (...) 59	(...) Na 7ª classe (...) 60
		Disciplinas a lecionar	(...) Todas as disciplinas que se verificam agora no regime da monodocência(...) 61	(...)Todas as disciplinas que se verificam agora no regime da monodocência(...) 62 (...) acrescentar mais uma disciplina a de Corte e Costura(...) 63 (...) cada vez mais aparecem alunos com batas sem botões ou rasgadas e que se tivessem uma noção de costura essa situação poderia ser colmatada (...) 64	(...)Todas as disciplinas que se verificam agora no regime da monodocência(...) 65	(...)deve continuar como está(...) 66 (...) Uma disciplina que acho fundamental para a formação dos alunos é a Educação Moral e Cívica(...) 67 (...) esta disciplina não existir ao nível da 7ª classe deve ser acrescentada (...) 68

CAPÍTULO VI – APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

6.1 FICHAS SÍNTESE DAS ENTREVISTAS

Depois de identificadas as unidades de sentido encontradas em ambos os Focus Group procedeu-se à elaboração das respetivas grelhas de categorização, das quais resultam as seguintes Fichas Síntese, que apresentam as principais ideias, por dimensão, para cada grupo de entrevistados.

6.1.1 Focus Group 1

I. Formação

a. Formação Pedagógica Complementar

No que respeita à frequência de formação pedagógica complementar os entrevistados declararam que: A) Não, a formação que possuo já é pedagógica por isso não complementei mais; B) Sim. Fiz formação de professores durante 5 anos; C) Participei em alguns cursos de superação pedagógica; D) Para além da formação que estou a concluir também participei em seminários de capacitação pedagógica.

b. Vantagens dessa Formação

As vantagens da formação pedagógica complementar referidas foram: A) prepara os professores para o desempenho das suas funções; B) dá ferramentas importantes para se trabalhar no sistema de ensino, criando nos professores aptidões para transmitir conhecimentos aos educandos; C) contribuíram para o melhor desempenho da minha atividade; D) prepara melhor a atividade dos professores.

c. Aplicação no decurso das funções de docente

Questionados sobre a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas formações complementares, os entrevistados referiram: A) Sim aplico no decurso das minhas funções; B) Aplico sim; C) Sim. Aplico; D) Sim. Sempre que necessário.

II. Preparação/Conhecimentos para leccionar as disciplinas

a. Total/Essencialmente preparado para leccionar todas as disciplinas

Relativamente ao sentimento de estarem totalmente preparados para leccionarem todas as disciplinas que integram o regime da monodocência os entrevistados referiram: A) Estou preparada para a maioria das disciplinas, excepto a disciplina de Educação Manual e Plástica para a qual não me sinto tão bem preparada; B) Nem todas, em monodocência; tenho que procurar meios para ter conhecimentos das outras disciplinas e poder ensinar; C) Totalmente preparada não, pelo facto de não ter o domínio de algumas disciplinas, tal como Educação Manual e Plástica; D) Não me sinto totalmente preparada; a minha formação não me deu competências para o ensino de Educação Musical, Educação Física e Educação Manual e Plástica.

b. Domínio das matérias leccionadas

Sobre esta questão os entrevistados foram unânimes em revelar que não dominavam de igual modo todas as matérias leccionadas, principalmente as referentes a Educação Física, Educação Musical e Educação Manual e Plástica.

c. Competências

À imagem da pergunta anterior também aqui a opinião dos entrevistados é unânime em sentirem falta de competências para as disciplinas técnicas, uma vez que nenhum é desta área.

d. Requisitos

Sobre o nível de conhecimentos que possui se vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente no país foi referido que: A); B) e D) Vai de encontro aos requisitos estipulados; C) Não, pelo facto de não me sentir bem preparada em todas as disciplinas.

III. Opinião sobre a monodocência enquanto professor

a. Dificuldades, Conhecimentos/Domínios específicos

Sobre a dificuldade, bem como a falta de conhecimentos e domínios específicos em lecionar o regime de Monodocência, os entrevistados referiram: A) Torna-se um pouco difícil lecionar nas 5ª e 6ª classes em regime de monodocência, pois tratam-se de muitas disciplinas para o mesmo professor e existem disciplinas que requerem conhecimentos específicos dessas áreas, como é o caso de Educação Manual e Plástica e Educação Musical; B) O domínio de conhecimentos das nove disciplinas que compõem o currículo torna a leção mais difícil visto que os professores não dominam de igual modo todas as áreas do conhecimento; C) Considero não muito vantajosa a monodocência porque nem todos os professores dominam as matérias da 5ª e 6ª classe; D) Colmatar as lacunas existentes em termos da especificidade de cada disciplina.

b. Formação Específica

Sobre a formação específica em determinadas disciplinas lecionadas em regime de monodocência foi referido que: A) Para cada disciplina deveria existir um professor com formação específica; B) Cada professor tem a sua área de formação e torna-se mais difícil lecionar as matérias que saem fora dessa área; C) Existem disciplinas para as quais os professores não têm formação específica; D) antes da implementação da monodocência deveria ter-se formado os professores, quer através de um novo regime de formação de professores, quer através de reciclagem dos professores já existentes.

c. Vantagens

Sobre as vantagens da monodocência nas 5ª e 6ª classe, a opinião dos entrevistados é: A) As vantagens só se podem verificar se o professor for o mesmo desde a 1ª classe até à 6ª classe, porque desta forma o par Professor/Alunos conhece-se bem; B) O grau de conhecimento do professor em relação aos alunos é maior, o controlo total do grau de aprendizagem e dos alunos no âmbito geral também é maior; C) Não encontra vantagens na monodocência; D) A única vantagem é apenas a do professor conhecer melhor o aluno pelo tempo que passam juntos

d. Desvantagens da monodocência

Questionados sobre as desvantagens da monodocência foi referido: A) se o professor só apanhar os alunos nas 5ª ou 6ª classe não trás vantagens nenhuma porque o par não se conhece e existem muitas disciplinas para lecionar pelo mesmo professor; B) Falta de qualidade de ensino de algumas disciplinas por falta de aptidões profissionais e técnicas que não são oferecidas durante o processo de formação pedagógico; C) o facto de os professores não dominarem todas as disciplinas curriculares da 5ª e 6ª classe não melhora a qualidade do ensino nem ajuda os alunos; D) as desvantagens são maiores pois os professores não desempenham o seu papel na perfeição por não dominarem de igual forma todas as áreas curriculares, prejudicando assim o processo de ensino/aprendizagem.

e. Implementação

Sobre a continuação da implementação da monodocência, os entrevistados respondem: A), B) e D) Não deve continuar a ser implementada; C) Não, deveria haver uma revisão ao sistema de forma a implementar um regime mais vantajoso para os alunos.

f. Programas curriculares adequados

Quando questionados sobre se os programas curriculares estavam adequados às necessidades do ensino vigente, os entrevistados revelam: A)

Sim, são adequados; B) Não são adequados; C) Sim, são adequados; D) Sim, o problema está na forma de implementação.

g. Fator Inovação

Relativamente ao fator inovação ser uma constante no nosso Sistema Educativo Angolano: A) Não sei responder; B) Sim a inovação é uma constante; C) Sim (é inovador), desde que proporcione ao ensino um melhor desempenho e desenvolvimento do mesmo; D) Acho que não. Devia ser implementado um novo sistema com base na realidade angolana.

h. Introdução de uma nova disciplina (T.I.C.)

Sobre a introdução de uma nova disciplina, Tecnologias de Informação e Comunicação, os entrevistados referem: A) Entendo que seria muito interessante a introdução da disciplina de TIC; B) É uma nova disciplina muito importante, já que a sociedade encontra-se em constante evolução; C) É indispensável, estamos num mundo globalizado, por isso a partir da 5ª classe os alunos deviam ter a noção de TIC; D) Em termos gerais acho que essa disciplina deveria existir.

i. Língua Estrangeira na 5ª classe

A importância de se iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe foi considerada pelos entrevistados como: A) É interessante, até porque os alunos estão numa idade em que aprendem com facilidade outras línguas; B) Sim, deve iniciar-se a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe; C) Sim, deve iniciar-se a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe; D) Sim, deve iniciar-se a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe.

j. Qual a língua estrangeira e porquê

Em resposta a qual deveria ser a língua estrangeira a iniciar na 5ª classe e porquê todos os entrevistados foram unânimes em declarar que deveria ser o Inglês por ser uma língua universal.

IV. Polidocência

a. Regime de Polidocência

Quando questionados em que ano os alunos deveriam passar para o regime de polidocência os entrevistados responderam: A) Na 5ª classe, porque é quando aumenta o n.º de disciplinas, passando de três disciplinas na 4ª classe para nove na 5ª classe; B) Na 5ª classe; C) Na 5ª classe; D) Na 5ª classe.

b. Quais as disciplinas em polidocência

Em relação às disciplinas que deveriam ser lecionadas em regime de polidocência foi referido: A) Todas as que são dadas agora em monodocência; B) Todas as que são dadas agora em monodocência; C) Todas as que são dadas agora em monodocência; D) Todas as que são dadas agora em monodocência.

6.1.2 Focus Group 2

I. Formação

a. Formação Pedagógica Complementar

No que respeita à frequência de formação pedagógica complementar os entrevistados declararam: A) Fiz várias; B) Várias, incluindo formação em Ensino Especial; C) Sim, fiz formações; D) Não,

tenho apenas a formação média do INE, a qual me habilita como professor do ensino primário.

b. Vantagens dessa Formação

As vantagens da formação pedagógica complementar referidas foram: A) É muito vantajoso porque nos ajuda cada vez mais para quando temos problemas em algumas disciplinas; B) As formações permitem-nos conhecer melhor o Ser Humano em todas as suas dimensões, sobretudo a criança e o adolescente; C) As vantagens da formação pedagógica são o facto de ajudar o professor a conhecer melhor e a usar melhor as técnicas de ensino; D) As vantagens que eu encontro são que o professor adquire conhecimentos pedagógicos que o ajudam a poder lecionar/ensinar.

c. Aplicação no decurso das funções de docente

Questionados sobre a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas formações complementares, os entrevistados referiram: A) Sim, aplico sempre; B) Sim, aplico quando necessário; C) Sim, de vez em quando tenho aplicado; D) Temos que aplicar aquilo que adquirimos como conhecimento.

II. Preparação/Conhecimentos para lecionar as disciplinas

a. Total/Essencialmente preparado para lecionar todas as disciplinas

Relativamente ao sentimento de estarem totalmente preparados para lecionarem todas as disciplinas que integram o regime da monodocência os entrevistados referiram: A) Sim. Exceto nas disciplinas de Educação Manual e Plástica e Educação Musical; B) Em algumas sim. Em Educação Musical, Educação Física e Educação Manual e Plástica não me encontro totalmente preparada; C) Sim, exceto na Educação Física, Educação Musical e Educação Manual e Plástica; D) A preparação é contínua e ninguém está totalmente preparado a exercer qualquer papel ou função para que é chamado a executar.

b. Domínio das matérias lecionadas

Sobre esta questão os entrevistados revelaram: A) disciplinas que requerem algum conhecimento técnico que não possuo; B) Em Educação Musical, Educação Física e Educação Manual e Plástica não me encontro totalmente preparada C) Em Educação Física, Educação Musical e Educação Manual e Plástica não domino; D) Cada dia é uma preparação.

c. Requisitos

Sobre o nível de conhecimentos que possui se vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente no país foi referido que: A); B) e C) Vai de encontro aos requisitos estipulados; D) Os níveis de conhecimento não digo que vão totalmente de encontro mas os manuais que temos ajudam-nos realmente a enriquecer aquilo que nós já possuímos como conhecimento.

III. Opinião sobre a monodocência enquanto professor

a. Dificuldades, Conhecimentos/Domínios específicos

Sobre a dificuldade, bem como a falta de conhecimentos e domínios específicos, em lecionar o regime de monodocência os entrevistados referiram: A) Nada indica sobre as dificuldades, conhecimentos e domínios); B) Regime de monodocência a formação do professor pode não passar por essa área, tornando-se assim mais difícil colmatar as dúvidas ou a pouca apetência do aluno para a matemática; C) Não é fácil um professor dar todas as disciplinas; D) Exige que o professor se capacite e habilite cada vez mais no domínio de conhecimento que cada disciplina apresenta.

b. Formação Específica

Sobre a formação específica em determinadas disciplinas lecionadas em regime de monodocência foi referido: A) Professores teriam que frequentar uma formação de forma a colmatar todas as lacunas existentes; B) Na formação específica de cada professor que ministra em regime de

monodocência e nas várias áreas, os docentes não têm conhecimento científico ajustado para todas elas; C) Permite que o professor alargue os seus conhecimentos científicos; D) Não indica que exista necessidade de formação específica.

c. Vantagens

Sobre as vantagens da monodocência na 5ª e 6ª classe a opinião dos entrevistados é: A) A única vantagem que encontro é que os alunos não trocam de professores, eles vão seguindo o método do professor em quase todas as disciplinas; B) A única vantagem que este regime apresenta é que o aluno vem desde a iniciação até à 6ª classe com o mesmo professor; C) Uma vantagem é que permite que o professor alargue os seus conhecimentos científicos; D) uma das vantagens é que possibilita que o professor tenha um acompanhamento muito próximo do aluno no seu desenvolvimento intelectual, psicológico e/ou cognitivo.

d. Desvantagens da monodocência

Questionados sobre as desvantagens da monodocência foi referido: A) Relativamente à especialização dos professores, que é feita numa área e em regime de monodocência os professores dão as áreas todas; B) Com as várias áreas que ministram não têm conhecimento científico ajustado para todas elas; C) A sobrecarga de trabalho, pois a sua capacitação pedagógica não está vocacionada para tantas áreas; D) A sobrecarga, o excesso de trabalho e algumas disciplinas em excesso.

e. Implementação

Sobre a continuação da implementação da monodocência os entrevistados respondem: A); B) e C) Não deve continuar a ser implementada; D) Sim deve continuar a ser implementada.

f. Programas curriculares adequados

Quando questionados sobre se os programas curriculares estavam adequados às necessidades do ensino vigente os entrevistados revelam: A) Sim considero adequados; B) Sim, em relação ao programa não há nada a apontar, está adequado; C) Considero que ainda existem muitas preocupações e necessidades dos meios de ensino D) Considero adequadas, poderá, no entanto, haver uma ou outra que não vá de encontro com a realidade dos nossos alunos.

g. Fator Inovação

Relativamente ao fator inovação ser uma constante no nosso Sistema Educativo Angolano: A) Sim. Considero o fator inovação muito importante, visto que alguns professores já se formaram há muitos anos e, como os métodos estão sempre a mudar, tornam-se pertinentes as aulas de refrescamento que são dadas através dos seminários existentes; B) Sim, porque nós como seres humanos que somos não podemos estar estáticos, temos que estar sempre dinâmicos, temos que procurar sempre quais são as vias para podermos modernizar (inovar) o nosso ensino; C) Sim, considero o fator inovação uma constante; D) Sim, considero o fator inovação uma constante.

h. Introdução de uma nova disciplina (T.I.C.)

Sobre a introdução de uma nova disciplina, Tecnologias de Informação e comunicação, os entrevistados referem: A) Considero que ainda é muito cedo para os alunos terem essa aula como disciplina propriamente dita; B) Para a idade dos alunos é prematuro a introdução da disciplina TIC; C) Penso que essa disciplina só deveria existir a partir da 7ª classe; D) Estamos num mundo global em que a Tecnologia de Informação, Informática, domina. Realmente as nossas crianças deveriam ter o *abc* dessa disciplina para não estarmos muito aquém do que o nosso mundo atual exige.

i. Língua Estrangeira na 5ª classe

A importância de se iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.ª classe foi considerada pelos entrevistados como: A) Sim. Deve-se iniciar uma língua estrangeira na 5ª classe; B) Sim. Deve-se iniciar uma língua estrangeira na 5ª classe; C) Não. Só a partir da 7ª classe é que se deve iniciar uma língua estrangeira; D) Acho bom, mas seria melhor que se optasse também pelas línguas nacionais para aculturar mais os nossos alunos e os professores.

j. Qual a língua estrangeira e porquê

Em resposta a qual deveria ser a língua estrangeira a iniciar na 5ª classe e porquê todos os entrevistados, exceto a C), foram unânimes em declarar que deveria ser o Inglês por ser uma língua universal.

IV. Polidocência

a. Regime de polidocência

Quando questionados em que ano os alunos deveriam passar para o regime de polidocência os entrevistados responderam: A) Na 5ª classe; B) Na 5ª classe; C) Na 5ª classe; D) Na 7ª classe.

b. Quais as disciplinas em polidocência

Em relação às disciplinas que deveriam ser lecionadas em regime de polidocência, foi referido: A) Todas as disciplinais que se verificam agora no regime da monodocência; B) Todas as disciplinais que se verificam agora no regime da monodocência; C) Todas as disciplinais que se verificam agora no regime da monodocência; D) Deve continuar como está.

CAPÍTULO VII – SÍNTESE DOS RESULTADOS

Neste ponto são apresentados os resultados obtidos após tratamento dos dados recolhidos, apresentados de acordo com as dimensões do estado empírico.

1. Qual ou quais as formações pedagógicas complementares à formação inicial que os professores possuem?

Relativamente à formação pedagógica complementar seis dos oito participantes frequentaram formação. Todos consideraram serem muito importantes estes complementos de formação e aplicam os conhecimentos adquiridos no de curso das suas funções.

2. De acordo com a formação que adquiriu ao longo dos anos. Sente que está totalmente perparado para lecionar nesse regime?

Em termos das disciplinas lecionadas conclui-se que existem algumas diferenças entre o ensino privado e o ensino público. No ensino privado os docentes lecionam todas as disciplinas, excetuando Educação Musical, pois a Direção da escola decidiu contratar um professor desta área específica. No ensino público, todos os docentes lecionam todas as disciplinas relativas à monodocência. Desta forma os entrevistados referem que não se encontram totalmente preparados pois existem disciplinas com carácter mais técnico onde sentem que não dominam todas as especificidades das disciplinas.

3. Será que o nível de conhecimentos que possui vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente no país?

O seu nível de conhecimentos por vezes não é suficiente para lecionarem algumas disciplinas. Existem disciplinas com carácter mais técnico onde sentem que não dominam todas as especificidades das disciplinas. O Sistema Educativo do País exige que o professor seja versátil.

4. Qual a opinião em relação à Monodocência, enquanto professor?

Todos os entrevistados referiram a dificuldade que sentem ao lecionar nove áreas diferentes, cada uma com a sua área de conhecimentos específicos; os professores são unânimes em reconhecer que não dominam de igual modo todas as áreas disciplinares, uma vez que a sua formação é apenas numa área. Adverte um dos docentes que antes de se ter implementado este regime de monodocência dever-se-ia ter formado, em primeiro lugar, os professores.

5. Qual ou quais as vantagens da Monodocência nos 5.º e 6.º anos?

Sobre as vantagens da monodocência na 5ª e 6ª classe a opinião dos entrevistados foi pouco auspiciosa, a mais relevante, e que é geral, é o conhecimento que o professor tem sobre o aluno, uma vez que é possível em regime de monodocência o mesmo professor acompanhar a mesma turma desde a 1ª classe até à 6ª classe.

6. Em que anos considera que os alunos devem passar a um regime de Polidocência?

Apenas um dos entrevistados concorda com a monodocência na 5ª e 6ª classe todos os outros são a favor da Polidocência a partir da 5ª classe.

7. Considera os programas curriculares adequados às necessidades de reais do Ensino?

Os entrevistados consideram que o programa está adequado. Contudo, pensam que alguns destes programas estão desactualizados.

8. Qual o número de disciplinas a serem lecionadas que considera ser adequado a este regime de ensino? Quais?

Os entrevistados consideram que as disciplinas a serem lecionadas deveriam ser as mesmas que são dadas no regime de monodocência. As disciplinas fundamentais adequadas a este regime de ensino são: Língua Portuguesa, Estudo do Meio, Matemática, Educação Manual e Educação Física.

9. Considera o fator inovação uma constante nos nossos Sistemas Educativos?

Relativamente ao fator inovação ser uma constante no Sistema Educativo Angolano apenas um entrevistado acha que deveria ser implementado um novo sistema com base na realidade angolana; todos os outros concordam com o fator inovação ser constante no sistema educativo de Angola.

10. Qual a sua opinião a cerca da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a partir da 5.^a classe?

Sobre a introdução de uma nova disciplina, Tecnologias de Informação e Comunicação, nota-se alguma diferença de opinião entre os professores da escola privada com os professores da escola pública. Todos os professores da escola privada concordam com a introdução da disciplina de TIC, já no ensino público apenas um dos professores concorda, achando os outros três que a ser introduzida essa disciplina tal só se deveria verificar a partir da 7.^a classe.

11. Considera ser essencial iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.^a classe?

A importância de se iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.^a classe foi considerada interessante e favorável visto que os alunos estão numa faixa etária onde se torna mais fácil a aprendizagem de línguas estrangeiras. Apenas um entrevistado da escola pública considera que essa aprendizagem deve ser feita apenas na 7.^a classe. A Língua Inglesa foi a escolhida pelos entrevistados por ser uma língua universal.

CONCLUSÕES FINAIS

O Sistema Educativo em Angola está no seu processo dinâmico da implementação da segunda reforma educativa. São visíveis os esforços envidados pelos dignitários da educação visando a melhoria da qualidade de ensino, a expansão da rede escolar; a melhor eficácia e a equidade do sistema de educação.

A reforma que se processa em torno da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, está em curso e a sua avaliação termina em 2015, ano em que a quarta e última fase tem o seu fim. É inseguro aventar hipótese de que ela está a fornecer resultados esperados, porque a sociedade em geral e o meio rural em especial continuam insatisfeitos com o que observam do processo educacional do país.

A Reforma não impôs uma estratégia de atrair e persuadir o professor bem preparado a trabalhar nas áreas pobres, que são a maioria. Estas áreas encontram-se no campo e nos arredores dos centros urbanos. E, naturalmente, são as que albergam maior parte de crianças e adolescentes que o país possui.

O ensino privado, em certos casos, apresenta uma melhor eficiência, mas a sua reclamação financeira só é absorvida por muito poucas famílias. Os efeitos da guerra, que terminou há pouco mais de dez anos, ainda se fazem sentir e o povo é, em geral, maioritariamente pobre. O meio rural enfrenta duas grandes dificuldades: uma prende-se com a falta de assiduidade dos professores, que chegam a faltar quatro dias por semana; outra com falta do material escolar, que os pais pouca resposta conseguem dar. Os alunos normalmente desistem por uma razão ou por outra ou ainda pelas duas razões.

Nas 5.^a e 6.^a classes são naturalmente raras no meio rural, porque são numericamente poucos os alunos que atingem a 4.^a classe. Por outro lado, os professores que poderiam abarcar com a carga semanal duma 5.^a ou 6.^a classe são quase todos absorvidos no meio urbano. Duma forma geral, quer a Lei 13/01, de 31 de Dezembro, quer a reforma em vigência, protegem muito pouco o ensino do meio rural do país. À distancia bem se pode ver que os legisladores só estavam voltados para a educação dos meios urbanos.

O progresso pressupõe dinamismo e a demanda da perfeição é uma constante da vida. Esperam-se projetos que irão colmatar lacunas existentes, permitindo-se assim um vaticínio de uma educação melhor para todos.

A Monodocência a nível das 5.^a e 6.^a classes em Angola surgiu como consequência da segunda Reforma Educativa da Angola independente. Como parece desajustada, à partida, pela sua feição de impor nove disciplinas a um mesmo professor, de uma forma democrática procurou-se compreender junto do professor, que é o executor da ordem regulamentada pela Reforma, qual é a sua legítima opinião e qual é sua apreciação pessoal, ante esta imposição reformativa, o que nos permitiu formular um juízo de valor. Fazemos um resumo histórico de Angola como país e outro resumo da história de educação, antes de nos apegarmos na Mono e Polidocência como processos educativos da atualidade.

Pode-se concluir com este estudo, que relativamente à formação pedagógica inicial e complementar estas são indispensáveis, uma vez os conhecimentos adquiridos vão sempre ser aplicados no decurso das suas funções.

Em termos das disciplinas leccionadas, conclui-se que existem algumas diferenças entre o ensino privado e o ensino público. No ensino privado os docentes lecionam todas as disciplinas excetuando Educação Musical, pois a Direção da escola, em particular, decidiu contratar um professor desta área específica. No Ensino Público todos os docentes lecionam todas as disciplinas relativas à Monodocência. Por este motivo os professores não se encontram totalmente preparados pois existem disciplinas com carácter mais técnico onde sentem que não dominam todas as especificidades das disciplinas.

Os professores apresentam muitas dificuldades em lecionar as nove áreas diferentes, cada uma com os seus conhecimentos específicos, pelo facto de na sua formação base não terem sido preparados.

Uma das vantagens da Monodocência é que o professor conhece melhor os seus alunos, uma vez que os acompanha desde a 1.^a classe até à 6.^a classe se este fosse o caso. Na prática os alunos mudam de professores quando mudam de classe. Contudo a Polidocência é considerada pelos professores entrevistados mais vantajosa a partir da 5.^a classe.

Relativamente ao fator inovação ser uma constante no Sistema Educativo Angolano, então seria importante que fosse introduzida uma nova disciplina, Tecnologias de Informação e Comunicação. Também a introdução de uma de uma língua estrangeira na 5.^a classe se apresenta como altamente vantajosa, visto que os alunos estão numa faixa etária onde se torna mais fácil a aprendizagem de línguas estrangeiras.

Na opinião dos entrevistados, a Polidocência é vantajosa em relação à Monodocência. O conceito de polidocência está sempre ligado a transformações no papel do professor e organização do processo de ensino-aprendizagem. O campo de atuação do trabalho do docente está associado a um “Trabalho Coletivo”. Acreditamos que a Polidocência seja o melhor, quer para professores quer para alunos no que respeita ao processo de ensino-aprendizagem, pois implica ao professor a alunos o aprofundar de saberes. Entretanto, continuam a ser responsabilidades do professor a escolha do conteúdo específico da disciplina e as metodologias adotadas.

Neste contexto, também muda a relação entre professor e aluno, em que ambos assumem uma relação diferenciada diante do processo de ensino-aprendizagem. Uma relação mais parceira e baseada no diálogo, distanciando-se da relação mais centrada no professor que ensina passivamente, diversas matérias lecionadas no mesmo espaço físico. A base de conhecimentos não é imutável, que implique uma construção contínua.

O Sistema Educativo Angolano deve ser regenerado, e nele devem ser introduzidas inovações nos currículos e programas escolares, sem criar as estruturas de sustentabilidade das mesmas, com o objetivo de produzir resultados de glória efémera que contribuam para a qualidade da formação dos indivíduos e para o desenvolvimento da sociedade.

SUGESTÕES

Depois de se ter realizado esta investigação, sentimo-nos capazes de dar algumas sugestões importantes que deveriam ter sido submetidas em alguma consideração:

Se se continuar com a Monodocência nas Quintas e Sextas classes, o número das disciplinas a lecionar em todo o Ensino Primário deve ser constante.

Caso aumente o número de disciplinas a partir da Quinta classe, a monodocência deveria terminar na 4.^a classe.

A Monodocência nas 5.^a e 6.^a classes de nove disciplinas só tem razão de ser se se instituir o programa de "Professor tutor", a quem se entregam apenas seis disciplinas para lecionar como professor titular. As outras três, como por exemplo a Educação Física, a Educação Moral e a Educação Manual Plástica, são entregues a outros professores especializados nessas áreas.

RECOMENDAÇÕES

Recomendamos que sejam feitos mais estudos sobre as possibilidades e as viabilidades da implementação do regime da polidocência nas 5.^a e 6.^a classes do Ensino Primário do Subsistema do Ensino Geral de Angola.

Recomendamos, também, que sejam feitos estudos no âmbito das reações psicomotoras de uma amostra de crianças e adolescentes que tenham concluído com sucesso a 4.^a classe do Ensino Primário e analisar se se revelam algumas dificuldades em absorver matéria escolar ao ser dada por professores diferentes.

Nas Escolas de Formação de Professores, que haja ou seja dada uma atenção especial à formação de potenciais Professores das 5.^a e 6.^a classes, caso a monodocência continuar a permanecer a esse nível do Ensino Primário de Angola.

Para futuros trabalhos de investigação recomendamos que sejam feitos estudos em que a problemática de investigação incida sobre "Como se deve conduzir o esquema educativo das Quintas e Sextas Classes do Ensino Primário em Angola, visando o Ensino de Qualidade".

BIBLIOGRAFIA

- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barroso, J. (1991). *A Administração da Educação : os caminhos da descentralização*. Lisboa: Colibri.
- Barros, T. (1948). *Sumário de História de Portugal*. Porto: Editora Educação Nacional.
- Benedito, N. (2012). *Centralização, autonomia e diversidade nos Sistemas Educativos de Angola e Portugal*. Coleção Análise da Ação Educativa. Luanda: Cosmos.
- Berliner, D. (1998). Implications of studies of expertise in Pedagogy for teacher education and evaluation. In *New Directions for Teacher Assessment, Proceedings of the 1988 ETS Invitational Conference* (p. 39-67). Princeton: New Jersey.
- Bourdieu, P. (2007). *El sentido práctico*. Buenos Aires: Siglo veintiuno.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Braga, T. (1894). *Dom Francisco de Lemos e A Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Real da Siências.
- Bréhéret Y, d'Ormesson O. & Sablier E. (1988). *Angola - Savimbi, Demain la Liberté. Préface de Jacques Soustelle de l'académie française Nouvelles*. Paris: Éditions latines.
- Caetano, M. (1974). *Portugal & Ultramar – Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.
- Cavaco, M. (1995). Ofício do professor: o tempo e as mudanças. In Nóvoa, A. (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora.
- Decroly, O. (1929). *A Função de Globalização e o Ensino*. Bruxelas: La Mertin.
- Carvalho, R. (2011). *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar – Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, M. (1995). *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina.

- Fialho, J. M. (2004). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. Metodologia de Pesquisa Científica e Educacional*. Universidade Estadual Paulista. São Paulo: Pró Reitoria de Graduação.
- Furlani, L. (1998). *A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno*. São Paulo: Cortez.
- Gramsci, A. (1986). *Cuadernos de la cárcel*. México: Era.
- Gomes, J. F. (1995). *Para a História da Educação Em Portugal*. Col. Ciências da Educação. Porto: Porto Editora.
- Gomes, J. F & Grácio, S. (1988). *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Guba, E., & Lincoln, Y. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds). In *Handbook of qualitative research* (pp. 105-117). London: Sage.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia Editora.
- Huberman, M. (1995). O ciclo de vida profissional dos professores. In Nóvoa, A. (Org.). *Vidas de professores* (pp. 31-61). Porto: Porto Editora.
- Lakatos, E. & Marconi, M. (2000). *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. & Marconi, M. (2007). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Edições Atlas.
- Lima, L. (2001). *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez.
- Mineiro, A. C. (2007). *Valores e Ensino no Estado Novo. Análise dos Livros Únicos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Nascimento M. (2013). *História de Portugal - Uma Cronologia. Edição em Português*. Lisboa: FNAC.
- Newitt, M. (2012). *Portugal na História da Europa e do Mundo*. Lisboa: Texto Editores.
- Nguluve, A. K. (2010). *Educação Angola: Políticas de Reformas do Sistema Educacional*. São Paulo: Biscalchin Editor.
- Nóvoa, A. (1995). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: D. Quixote.
- Nóvoa, A. (2009). *Professores – imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa.
- Paro, V. (2000). *Administração Escolar- Introdução Crítica*. São Paulo: Cortez.

- Pélissier R. & Wheeler D. (2011). *História de Angola*. Edição em Portuguesa. Lisboa: Tinta-da-China.
- Planchard, E. (1973). *Introdução à Pedagogia*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Ramos R., Sousa B. & Monteiro N. (2011). *Ficha detalhada: "História de Portugal" de Vários*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Ruiz, João. (1991). *Metodologia científica: guia para eficiência de estudos*. São Paulo: Atlas.
- Samarra, B. & Barros, C. (2002). *Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia*. São Paulo: Prentice Hall.
- Samuels, M. (2011). *Educação ou Instrução: A História do Ensino em Angola [1878-1914]*. Luanda: Mayamba.
- Santos, S. (2011). *Burnout e as Diferenças de Género em Professores*. [tese de mestrado] Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: Faculdade de Psicologia.
- Sérgio, A. (1918). *Sobre Educação Primária e Infantil*. Lisboa: Editorial Inquérito, Ld.^a.
- Silva C. N. (2009). *Constitucionalismo e Império - A Cidadania no Ultramar Português*. Lisboa: Almedina
- Stake, R. (2007). *A arte de investigação com estudos de caso*. Lisboa: Gulbenkian.
- Schwartzman, S. (1995). *A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP. Os estudantes de Ciências Sociais*. São Paulo: NUPES.
- Teixeira, R. (2011). *Angola - História do Batalhão de Caçadores 109 (1961/1963)*. Lisboa: Ediliber, Lda.
- Yin, R. (1984). *Case study research: design and methods*. London: Sage
- Zau, F. (2005). *O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola (uma visão prospectiva)*. [tese de doutoramento]. Especialidade em Educação Multicultural e Intercultural. Ciências da Educação. Lisboa: Universidade Aberta.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

INIDE, (2009). *Informação sobre a Implementação do Novo Sistema de educação. Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário*. Inclui a Lei de bases e o Decreto de lei n.º 2/05. Ministério da Educação da República de Angola. Luanda: INIDE.

Governo da República de Angola, (2001). *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação*. Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Planeamento e Secretariado do Conselho de Ministros. Luanda: Ministério da Educação e Cultura.

LBSE, (1986). *Lei De Bases Do Sistema Educativo*. Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro. Luanda: Assembleia da República.

LBSE, (2001). *Lei De Bases Do Sistema Educativo*. Lei n.º 13/01 de Dezembro. Luanda: Assembleia da República.

APÊNDICES

APÊNDICE I

GUIÃO DE ENTREVISTA

(validado conforme as sugestões e recomendações)



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

GRELHA DE ENTREVISTA AOS PROFESSORES DA ESCOLA

Privada/Pública

Sexo ☐

Idade ☐

Dimensões	Objetivos	Questões
A. Legitimação das entrevistas e apresentação do investigador	<ul style="list-style-type: none">• Apresentar o investigador, explicar o projeto de investigação em que esta entrevista se insere;• Motivar o entrevistado para responder;	
B. Identificação dos entrevistados	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer os dados profissionais dos entrevistados;	<ul style="list-style-type: none">a) Quais as suas habilitações literárias?b) Qual a área de formação?c) Quantos anos tem de serviço?d) Quais os anos em que lecionam?
C. Formações pedagógicas complementares à formação inicial?	<ul style="list-style-type: none">• Verificar se os professores têm formação pedagógica complementares à formação inicial;	<ul style="list-style-type: none">1. Qual ou quais as formações pedagógicas complementares à formação inicial que os professores possuem?a) Aplica essa formação no decurso das suas funções?b) Quais as vantagens dessa formação?
D. Disciplinas lecionadas	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer, através de entrevista a formação que estes professores adquiriram ao longo dos anos, os prepara para lecionar essa(as) disciplinas;	<ul style="list-style-type: none">2. De acordo com a formação que adquiriu ao longo dos anos, sente que está totalmente preparado para lecionar em regime de monodocência?3. Será que o nível de conhecimentos que possui vai de encontro com requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente no país?

E. Opinião em relação à Monodocência	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer qual é a importância da Monodocência; 	<p>4. Qual a opinião em relação à Monodocência, enquanto professor?</p> <p>a) Considera-a vantajosa em relação à Polidocência?</p>
F. Vantagens da Monodocência nas 5. ^a e 6. ^a classes	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as vantagens; 	<p>4. Qual ou quais as vantagens da Monodocência nas 5.^a e 6.^a classes?</p> <p>a) A Monodocência ao nível das 5.^a e 6.^a classes em Angola deve continuar a ser implementada conforme a legislação vigente?</p> <p>b) Se sim, esta deve continuar com professores especialmente preparados ou qualquer professor pode lecionar a estas classes?</p>
G. Opinião em relação à Polidocência	<ul style="list-style-type: none"> Analisar em que anos é mais importante que os alunos passem a um regime de Polidocência; Saber que número de disciplinas a serem lecionadas é adequado a este regime de ensino; 	<p>5. Em que anos considera que os alunos devem passar a um regime de Polidocência?</p> <p>6. Considera os programas curriculares adequados às necessidades reais do ensino?</p> <p>7. Qual o número de disciplinas a serem lecionadas que considera ser adequado a este regime de ensino? Quais?</p>
H. Fator inovação	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a importância da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) partir da 5.^a classe; 	<p>8. Considera que o fator inovação uma constante nos nossos Sistemas Educativos?</p> <p>9. Qual a sua opinião acerca da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) partir da 5.^a classe?</p>
I. Aprendizagem de uma língua estrangeira na 5. ^a classe	<ul style="list-style-type: none"> Identificar o grau de relevância da aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.^a classe. 	<p>10. Considera ser essencial iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.^a classe?</p> <p>a) Qual e quais as vantagens?</p>

APÊNDICE II

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevista Focus Group1

Tema: A Monodocência a nível da 5.^a e 6.^a classe do Ensino Primário em Angola: A visão dos professores.

Objetivos:

- Verificar se os professores têm formação pedagógica complementar à formação inicial;
- Conhecer, através de entrevista, a formação que estes professores adquiriram ao longo dos anos e se esta os prepara para lecionar essa(s) disciplina(s);
- Analisar a importância dos cursos de formação inicial e contínua, valorizando a experiência profissional;
- Conhecer qual é a importância da Monodocência e as suas vantagens;
- Analisar em que anos é mais importante que os alunos passem a um regime de Polidocência;
- Saber que número de disciplinas a serem lecionadas é adequado a este regime de ensino;
- Analisar a importância da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) partir da 5.^a classe;
- Identificar o grau de relevância da aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.^a classe.

Dia da Entrevista: 22 de abril

Início da Entrevista: 13 horas

- **Sexo**

A – Feminino

B – Feminino

C –Feminino

D - Feminino

- **Idade**

A – 39 anos

B – 23 anos

C – 62 anos

D –45 anos

a) Habilitações

A – Licenciatura em Ciências da Educação

B – Frequenta o 4º Ano da Licenciatura de Economia e Gestão

C – Licenciatura em Economia e Gestão

D – Frequenta o 5º ano da licenciatura em Psicologia Educacional

b) Área de Formação

A – Pedagogia/Psicopedagogia

B – Economia

C – Contabilidade e Finanças

D – Psicologia Educacional

c) Anos de Serviço

A – 8 anos

B – 3 anos

C – 30 anos

D – 25 anos

d) Anos (nível) que lecciona

A – 5ª Classe

B – 5ª Classe

C – 6ª Classe

D – 6ª Classe

1. Fez formações pedagógicas complementares à sua formação inicial que os professores possuem?

A – Não, a formação que possuo, desde o médio até ao superior, já é pedagógica, por isso não complementei mais.

B – Sim. Fiz o “*INE*” – formação de professores durante 5 anos.

C – Sim. Participei em alguns cursos de superação pedagógica.

D – Sim. Para além da formação que estou a concluir também participei em seminários de capacitação pedagógica.

a) Quais? Quais as vantagens dessa formação?

A – Acho a formação pedagógica muito importante e vantajosa pois prepara os professores para o desempenho das suas funções.

B – A formação é muito vantajosa porque dá ferramentas importantes para se poder trabalhar no sistema de ensino, criando nos professores aptidões para poderem transmitir conhecimentos aos educandos.

C – Acho que foram cursos vantajosos porque contribuíram para o melhor desempenho da minha atividade.

D – A formação foi vantajosa pois prepara melhor a atividade dos professores.

b) Aplica essa formação no decurso das suas funções?

A – Sim aplico no decurso das minhas funções.

B – Aplico sim.

C – Sim. Aplico.

D – Sim. Sempre que necessário.

2. De acordo com a formação que adquiriu ao longo dos anos, sente que está totalmente preparado para lecionar em regime de monodocência?

A – Estou preparada para a maioria das disciplinas, mas na disciplina de Educação Manual e Plástica não me sinto tão bem preparada.

B – Nem todas, uma vez que através da Escola de Formação de Professores formei-me em Matemática e Física, disciplinas em que sinto que tenho todas as condições para lecionar em regime de polidocência, uma vez que estes níveis (5ª e 6ª classe) encontram-se em monodocência, tenho que procurar meios para ter conhecimentos das outras disciplinas e poder ensinar.

C – Totalmente preparada não, pelo facto de não ter o domínio de algumas disciplinas, tal como Educação Manual e Plástica

D – Não me sinto totalmente preparada pois a minha formação não me deu competências para o ensino de Educação Musical, Educação Física e Educação Manual e Plástica, visto serem disciplinas específicas, com competências próprias, que não me foram transmitidas aquando da minha formação.

3. Será que o nível de conhecimentos que possui vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente no país?

A – Sim, vai de encontro aos requisitos.

B – Sim, vai de encontro aos requisitos estipulados.

C – Não, pelo facto já apontado anteriormente, de não me sentir bem preparada em todas as disciplinas.

D – Sim, vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo.

4. Qual a opinião em relação à Monodocência nas 5ª e 6ª classes, enquanto professor?

A – Torna-se um pouco difícil lecionar nas 5ª e 6ª classes em regime de monodocência, pois tratam-se de muitas disciplinas para o mesmo professor; para além disso, existem disciplinas que requerem conhecimentos específicos dessas áreas, como é o caso de Educação Manual e Plástica e Educação Musical, em que a maioria dos professores não se sente tão bem preparado, ou o inverso, professores destas áreas a dar as outras disciplinas também sentem as mesmas dificuldades.

B – A monodocência permite ao professor ter um melhor conhecimento do aluno uma vez que passam mais tempo juntos; no entanto o domínio de conhecimentos das nove disciplinas que compõem o currículo torna a leção mais difícil visto que os professores não dominam de igual modo todas as áreas do conhecimento.

C – Considero não muito vantajosa a monodocência porque nem todos os professores dominam as matérias da 5ª e 6ª classe.

D – Enquanto professora e com a experiência que fui adquirindo ao longo do meu tempo de serviço, considero que antes da implementação da monodocência deveria ter-se formado os professores, quer através de um novo regime de formação de professores, quer através de reciclagem dos professores já existentes de forma a colmatar as lacunas existentes em termos da especificidade de cada disciplina.

a) Considera-a vantajosa em relação à Polidocência?

A – A monodocência não tem vantagens nenhuma em relação à polidocência.

B – Não. A monodocência não tem vantagens em relação à polidocência. Para cada disciplina deveria existir um professor com formação específica. Cada professor tem a sua área de formação e torna-se mais difícil lecionar as matérias que saem fora dessa área.

C – Não. Não considero vantajosa a monodocência em relação à polidocência. Existem disciplinas para as quais os professores não têm formação específica.

D – Não. A monodocência não é vantajosa. A única vantagem é a de o professor acompanhar o aluno durante mais tempo ficando assim a conhecê-lo melhor.

5. Qual ou quais as vantagens e as desvantagens da Monodocência nas 5ª e 6ª classes?

A – As vantagens só se podem verificar se o professor for o mesmo desde a 1ª classe até à 6ª classe, porque desta forma o par Professor/alunos conhece-se bem. Não acontecendo esta situação, se o professor só apanhar os alunos na 5ª ou 6ª classe, não trará vantagens nenhuma porque o par não se conhece e existem muitas disciplinas para lecionar pelo mesmo professor.

B – As vantagens são:

- O grau de conhecimento do professor em relação aos alunos é maior;
- O controlo total do grau de aprendizagem e dos alunos no âmbito geral também é maior;
- A relação professor aluno também é maior, acabando-se por conhecer melhor o aluno por causa da quantidade de tempo que estão juntos.

As desvantagens são:

- Falta de qualidade de ensino de algumas disciplinas por falta de aptidões profissionais e técnicas que não são oferecidas durante o processo de formação pedagógico;
- O professor fica muito sobrecarregado ao lecionar todas as disciplinas e não estamos a primar pela qualidade do ensino.

C – Não encontra vantagens na monodocência; o facto de os professores não dominarem todas as disciplinas curriculares da 5ª e 6ª classe não melhora a qualidade do ensino nem ajuda os alunos.

D – A única vantagem é apenas a do professor conhecer melhor o aluno pelo tempo que passam juntos. Em contrapartida as desvantagens são maiores pois os professores não desempenham o seu papel na perfeição por não dominarem de igual forma todas as áreas curriculares, prejudicando assim o processo de ensino/aprendizagem. Um professor cuja formação é em Língua Portuguesa não se sente com o mesmo à vontade quando leciona Matemática ou o inverso, já para não falar nas disciplinas de carácter técnico (Educação Física, Educação Musical e Educação Manual e Plástica), onde alguém que se sinta preparado para lecionar Educação Física de certeza que não se sente preparado de igual forma para lecionar por exemplo Geografia ou Educação Manual e Plástica.

a) A Monodocência ao nível da 5.ª e 6.ª classe, em Angola, deve continuar a ser implementada conforme a legislação vigente?

A – Não deve continuar a ser implementada.

B – Não deve continuar a ser implementada

C – Não, deveria haver uma revisão ao sistema de forma a implementar um regime mais vantajoso para os alunos.

D – Não deve continuar a ser implementada.

b) Considera os programas curriculares adequados às necessidades reais do ensino?

A – Sim, são adequados.

B – Não são adequados.

C – Sim são adequados.

D – Sim o problema está na forma de implementação.

6. Em que ano considera que os alunos deveriam passar a um regime de Polidocência?

A – Na 5ª classe, porque é quando aumenta o número de disciplinas, passando de três disciplinas na 4ª classe para nove na 5ª classe.

B – Na 5ª classe.

C – Na 5ª classe.

D - Na 5ª classe.

7. Considera os programas curriculares adequados às necessidades reais do Ensino?

A – Não. Estão bastante desatualizados.

B – Sim

C – Não. Deviam ser mais profundos na matéria a lecionar.

D – Não.

8. Quais as disciplinas que deveriam ser lecionadas neste regime de ensino?

A – Em polidocência todas as que são dadas agora em monodocência. Em regime de monodocência deveria ser Língua Portuguesa, Estudo do Meio, Matemática, Educação Física e Educação Manual e Plástica.

B – Todas as que são dadas agora em monodocência.

C – Todas as que são dadas agora em monodocência.

D - Todas as que são dadas agora em monodocência.

9. Considera o fator inovação uma constante no nosso Sistema Educativo Angolano?

A – Não sabe responder.

B – Sim a inovação é uma constante.

C – Sim, (é inovador) desde que proporcione ao ensino um melhor desempenho e desenvolvimento do mesmo.

D – Acha que não. Devia ser implementado um novo sistema com base na realidade angolana.

10. Qual a sua opinião acerca da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) partir da 5.ª classe?

A – Na escola em que leciona, por ser um colégio particular de ensino privado, seria uma disciplina para complementar a disciplina de informática, que já existe desde a 1ª ou 2ª classe. Portanto entende que seria muito interessante a introdução da disciplina de TIC.

B – É uma nova disciplina muito importante já que a sociedade encontra-se em constante evolução. Nós temos que acompanhar o processo de desenvolvimento da sociedade para que não estejamos ultrapassados à medida que a sociedade cresce os conhecimentos podem também ser aprimorados para acompanharmos a globalização.

C – É indispensável, estamos num mundo globalizado, por isso a partir da 5ª classe os alunos deviam ter a noção de TIC.

D – Em termos gerais acha que essa disciplina deveria existir.

11. Considera ser importante iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.ª classe?

A – Como se trata de um colégio privado, os alunos já têm Língua Estrangeira desde a 2ª classe; logo, a introdução da disciplina de L. Estrangeira na 5ª classe é interessante, até porque os alunos estão numa idade em que aprendem com facilidade outras línguas.

B – Sim, deve iniciar-se a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe.

C – Sim, deve iniciar-se a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe.

D – Sim, deve iniciar-se a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe.

a) Qual e quais as vantagens?

A – Inglês. Ser uma língua universal.

B – Inglês. Ser uma língua universal.

C – Inglês. Ser uma língua universal.

D – Inglês. Ser uma língua universal.

Entrevista

Focus Group2

Tema: A Monodocência a nível da 5.^a e 6.^a classe do Ensino Primário em Angola: A visão dos professores.

Objetivos:

Verificar se os professores têm formação pedagógica complementares à formação inicial;

Conhecer, através de entrevista, a formação que estes professores adquiriram ao longo dos anos e se os prepara para lecionar essa(s) disciplina(s);

Analisar a importância dos cursos de formação inicial e contínua, valorizando a experiência profissional;

Conhecer qual é a importância da Monodocência e as suas vantagens;

Analisar em que anos é mais importante que os alunos passem a um regime de Polidocência;

Saber que número de disciplinas a serem lecionadas é adequado a este regime de ensino;

Analisar a importância da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) partir da 5.^a classe;

Identificar o grau de relevância da aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.^a classe.

Dia da Entrevista: 22 de abril

Início da Entrevista: 15 horas e 30 minutos

- **Sexo**

A – Feminino

B – Feminino

C – Feminino

D - Masculino

- **Idade**

A – 29 anos

B – 39 anos

C – 40 anos

D – 29 anos

- a) Habilitações**

A – Quarto ano da Licenciatura em Informática do Universidade Piaget

B – Licenciatura em Psicologia da Educação

C – Licenciatura em Psicologia Escolar

D – Frequento o último ano da Licenciatura em Psicologia Escolar

b) Área de Formação

A – Formação Média – Pedagogia

B – Psicologia da Educação e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente

C – Psicologia Escolar

D – Psicologia Escolar

c) Anos de Serviço

A – 10 anos

B – 24 anos

C – 17 anos

D – 3 anos

d) Anos (níveis) que lecciona

A – 5ª Classe

B – 5ª Classe

C – 6ª Classe

D - 6ª Classe

1. Fez formações pedagógicas complementares à sua formação inicial que os professores possuem?

A – Fiz várias; a escola onde leciono está equipada com uma área para capacitar os professores que vêm do ensino primário.

B – Várias, incluindo formação em Ensino Especial.

C – Sim, fiz formações.

D – Não, tenho apenas a formação média do INE, a qual me habilita como professor do ensino primário.

a) Aplica essa formação no decurso das suas funções?

A – Sim, aplico sempre.

B – Sim, aplico quando necessário.

C – Sim, de vez em quando tenho aplicado.

D – Sim, como não podia deixar de ser. Nós formamo-nos, logo, temos que aplicar aquilo que adquirimos como conhecimento.

b) Se sim? Quais as vantagens dessa formação?

A – É muito vantajoso; ajuda-nos cada vez mais para quando temos problemas em algumas disciplinas, capacitando-nos mais.

B – As formações permitem-nos conhecer melhor o Ser Humano em todas as suas dimensões, sobretudo a criança e o adolescente.

C – As vantagens da formação pedagógica é que facilita o professor a conhecer melhor e a usar melhor as técnicas de ensino.

D – As vantagens que eu encontro é que o professor adquire conhecimentos pedagógicos que o ajudam a poder lecionar/ensinar, ou seja, dirigir o processo de ensino-aprendizagem.

2. De acordo com a formação que adquiriu ao longo dos anos, sente que está totalmente preparado para lecionar essas disciplinas?

A – Sim. Excetuando nas disciplinas de Educação Manual e Plástica e Educação Musical, em que considero serem disciplinas que requerem algum conhecimento técnico que não possuo.

B – Em algumas sim. Em Educação Musical, Educação Física e Educação Manual e Plástica não me encontro totalmente preparada.

C – Sim, excetuando Educação Física, Educação Musical e Educação Manual e Plástica.

D – Se dissesse que sim estaria a mentir. A preparação é contínua e ninguém está totalmente preparado a exercer qualquer papel ou função para que é chamado a executar. Cada dia é uma preparação.

3. Será que o nível de conhecimentos que possui vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente no país?

A – Sim. Vai de encontro aos requisitos estipulados.

B – Sim. Vai de encontro aos requisitos.

C – Sim. Vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente.

D – Os níveis de conhecimento não digo que vão totalmente de encontro, mas com os manuais que temos ajudam-nos realmente a enriquecer aquilo que nós já temos como conhecimento e podemos então ensinar as nossas crianças.

4. Qual a opinião em relação à Monodocência nas 5ª e 6ª classes, enquanto professor?

A – Penso que foi uma ideia muito precipitada por parte dos governantes. Na minha opinião, em primeiro lugar os professores teriam que frequentar uma formação por forma a colmatar todas as lacunas existentes. Isto porque a especialização que os professores obtêm, ao nível do médio, é apenas numa área curricular e no regime de monodocência para a 5ª e 6ª classe são várias as áreas curriculares que o professor ministra.

No entanto também sou da opinião que os professores são dinâmicos e adaptam-se a qualquer situação, até porque existe uma entreaajuda entre eles, os de uma área ajudam os das outras.

B – Penso que não é benéfico para o aluno porque disciplinas como a Matemática, onde a maior parte dos alunos tem dificuldades, elas vão manter-se por mais tempo, visto que no regime de monodocência a formação do professor pode não passar por essa área, tornando-se assim mais difícil colmatar as dúvidas ou a pouca apetência do aluno para a Matemática.

C – Não é fácil um professor dar todas as disciplinas.

D – Acho boa até certo ponto, na medida em que exige que o professor se capacite e habilite cada vez mais no domínio de conhecimento que cada disciplina apresenta. Faz com que o professor, de uma certa forma, se torne um pouco mais aberto, polivalente, porque enriquece também o professor de vários conhecimentos das ciências que leciona na escola

a) Considera-a vantajosa em relação à Polidocência?

A – Não considero vantajosa. A polidocência é melhor.

B – Não acho vantajosa.

C – Não encontro vantagens.

D – Sim é vantajosa.

5. Qual ou quais as vantagens e as desvantagens da Monodocência nas 5ª e 6ª classes?

A – A única vantagem que encontro é que os alunos não trocam de professores, então eles vão seguindo o método do professor em quase todas as disciplinas.

A desvantagem tem a ver com o que já foi dito relativamente à especialização dos professores, que é feita numa área e em regime de monodocência os professores dão as áreas todas.

B – A única vantagem que este regime apresenta é que o aluno vem desde a iniciação até à 6ª classe com o mesmo professor.

As desvantagens são as que já foram apresentadas, recaem principalmente na formação específica de cada professor que em regime de monodocência e com as várias áreas que ministram não têm conhecimento científico ajustado para todas elas.

C – Uma vantagem é que permite que o professor alargue os seus conhecimentos científicos pois ao preparar-se para lecionar tantas disciplinas não fica limitado à sua área de formação ficando assim com um conhecimento mais vasto.

A desvantagem tem a ver com a sobrecarga de trabalho pois a sua capacitação pedagógica não está vocacionada para tantas áreas.

D – A monodocência é um processo que parte das classes iniciais da pré até à 6ª classe, logo uma das vantagens é que possibilita que o professor tenha um acompanhamento muito próximo do aluno no seu desenvolvimento intelectual, psicológico ou cognitivo. Este acompanhamento permite que o professor, ao conhecer melhor o seu aluno, o ajude também melhor naquilo que o aluno tem mais dificuldades. Já em regime de polidocência o professor pode não conhecer na totalidade um aluno porque não tem o historial passado dele. Um aluno pode num ano ser muito bom e no ano seguinte tal não se verificar porque está com problemas na escola ou familiares; se este aluno tiver o mesmo professor este saberá detetar o problema pelo qual o aluno está a passar. Esta é a grande vantagem da monodocência: acompanhar e ajudar os alunos a desenvolverem-se. A desvantagem é a sobrecarga, o excesso de trabalho. Temos que preencher as cadernetas, as avaliações contínuas e por mim algumas disciplinas em excesso.

a) A Monodocência ao nível das 5.ª e 6.ª classes, em Angola, deve continuar a ser implementada conforme a legislação vigente?

A – Não deve continuar a ser implementada.

B – Não deve continuar a ser implementada.

C – Não deve continuar a ser implementada.

D – Sim, deve continuar a ser implementada.

b) Considera os programas curriculares adequados às necessidades reais do ensino?

A – Sim, considero adequados.

B – Sim, em relação ao programa não há nada a apontar, está adequado.

C – Considero que ainda existem muitas preocupações e necessidades dos meios de ensino. Não está correto obrigar os professores a fazer algumas investigações para poder lecionar tantas áreas curriculares.

D – Considero adequadas, poderá, no entanto, haver uma ou outra que não vá de encontro com a realidade dos nossos alunos

6. Em que ano considera que os alunos deveriam passar a um regime de Polidocência?

A – Na 5ª classe.

B – Na 5ª classe.

C – Na 5ª classe.

D - Na 7ª classe.

7. Considera os programas curriculares adequados às necessidades de ensino?

A – Sim

B – Não. Estão desatualizados.

C – Não. Deviam ser revistos

D - Não

8. Quais as disciplinas que deveriam ser lecionadas neste regime de ensino?

A – Todas as disciplinas que se verificam agora no regime da monodocência.

B – Todas as disciplinas que se verificam agora no regime da monodocência e ainda se poderia acrescentar mais uma disciplina a de Corte e Costura, porque cada vez mais aparecem alunos com batas sem botões ou rasgadas e que se tivessem uma noção de costura essa situação poderia ser colmatada.

C – Todas as disciplinas que se verificam agora no regime da monodocência.

D – Não conheço bem quais as disciplinas que fazem parte do currículo da 7ª classe, mas penso que deve continuar como está. Uma disciplina que acho fundamental para a formação dos alunos é a Educação Moral e Cívica, pelo que entendo que se esta disciplina não existir ao nível da 7ª classe deve ser acrescentada.

9. Considera o fator inovação uma constante no nosso Sistema Educativo Angolano?

A – Sim. Considero o fator inovação muito importante, visto que alguns professores já se formaram há muitos anos e como os métodos estão sempre a mudar, tornam-se pertinentes as aulas de refrescamento que são dadas através dos seminários existentes.

B – Sim, porque nós como seres humanos que somos não podemos estar estáticos, temos que estar sempre dinâmicos, temos que procurar sempre quais são as vias para podermos modernizar o nosso ensino.

C – Sim, considero o fator inovação uma constante.

D – Sim, considero o fator inovação uma constante.

a) Qual a sua opinião acerca da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) partir da 5.^a classe?

A – Considero que ainda é muito cedo para os alunos terem essa aula como disciplina propriamente dita. Proponho que lhe seja dado um outro nome por forma a ser só uma introdução através de desenhos ou bonecos.

B – Acho que para a idade dos alunos é prematuro a introdução da disciplina TIC.

C – Penso que essa disciplina só deveria existir a partir da 7.^a classe.

D – Estamos num mundo global em que a Tecnologia de Informação, Informática, domina. Realmente as nossas crianças deveriam ter o *abc* dessa disciplina para não estarmos muito aquém do que o nosso mundo atual exige.

10. Considera ser importante iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.^a classe?

A – Sim. Deve-se iniciar uma língua estrangeira na 5.^a classe.

B – Sim. Deve-se iniciar uma língua estrangeira na 5.^a classe.

C – Não. Só a partir da 7ª classe é que se deve iniciar uma língua estrangeira.

D – Acho bom, mas seria melhor que se optasse também pelas línguas nacionais para aculturar mais os nossos alunos e os professores.

a) Qual?

A – Inglês.

B – Inglês.

C – Os alunos já estão sobrecarregados com disciplinas, logo não faz sentido mais uma.

D – Inglês.

b) Quais as vantagens?

A – Por ser uma língua internacional e multinacional.

B – Por ser uma língua mundial em que todas as pessoas se comunicam.

C – Os alunos já estão sobrecarregados com disciplinas, logo não faz sentido mais uma.

D – É uma língua muito falada no mundo.

APÊNDICE III

UNIDADES DE SENTIDO

a) Unidades de Sentido Grupo 1

- **Sexo**

A – Feminino

B – Feminino

C – Feminino

D - Feminino

- **Idade**

A – 39 anos

B – 23 anos

C – 62 anos

D – 45 anos

a) Habilitações

A – Licenciatura em Ciências da Educação

B – Frequenta o 4º Ano da Licenciatura de Economia e Gestão

C – Licenciatura em Economia e Gestão

D – Frequenta o 5º ano da licenciatura em Psicologia Educacional

b) Área de Formação

A – Pedagogia/Psicopedagogia

B – Economia

C – Contabilidade e Finanças

D – Psicologia Educacional

c) Anos de Serviço

A – 8 anos

B – 3 anos

C – 30 anos

D – 25 anos

d) Anos (nível) que lecciona

A – 5ª Classe

B – 5ª Classe

C – 6ª Classe

D – 6ª Classe

1. Fez formações pedagógicas complementares à sua formação inicial que os professores possuem?

A – (...) Não, a formação que possuo, desde o médio até ao superior, já é pedagógica por isso não complementei mais (...) **1**

B – (...) Sim. Fiz o “INE” – formação de professores durante 5 anos (...) **2**

C – (...) Sim. Participei em alguns cursos de superação pedagógica (...) **3**

D – (...) Sim. Para além da formação que estou a concluir também participei em seminários de capacitação pedagógica (...) **4**

a) Aplica-as no decurso das suas funções?

A – (...) Sim aplico no decurso das minhas funções (...) **10**

B – (...) Aplico sim (...) **11**

C – (...) Sim. Aplico (...) **12**

D – (...) Sim. Sempre que necessário (...) **13**

b) Quais? Quais as vantagens dessa formação?

A – (...) Acho a formação pedagógica muito importante e vantajosa pois prepara os professores para o desempenho das suas funções (...) **5**

B – (...) A formação é muito vantajosa porque dá ferramentas importantes para se poder trabalhar no sistema de ensino (...) **6**

(...) criando nos professores aptidões para poderem transmitir conhecimentos aos educandos (...) **7**

C – (...) foram cursos vantajosos porque contribuíram para o melhor desempenho da minha atividade (...) **8**

D – (...) A formação foi vantajosa pois prepara melhor a atividade dos professores (...) **9**

2. De acordo com a formação que adquiriu ao longo dos anos, sente que está totalmente preparado para lecionar essas disciplinas?

A – (...) Estou preparada para a maioria das disciplinas (...) **14**
(...) na disciplina de Educação Manual e Plástica não me sinto tão bem preparada(...) **15**

B – (...) Nem todas (...) **16**
(...) através da Escola de Formação de Professores formei-me em Matemática e Física, disciplinas em que sinto que tenho todas as condições para lecionar (...) **17**

(...) em monodocência, tenho que procurar meios para ter conhecimentos das outras disciplinas e poder ensinar(...) **18**

C – (...) Totalmente preparada não (...) **19**
(...) pelo facto de não ter o domínio de algumas disciplinas tal como Educação Manual e Plástica (...) **20**

D – (...) Não me sinto totalmente preparada (...) **21**
(...) a minha formação não me deu competências para o ensino de Educação Musical, Educação Física e Educação Manual e Plástica (...) **22**
(...) disciplinas específicas de pormenorização com competências próprias que não me foram transmitidas aquando da minha formação (...) **23**

3. Será que o nível de conhecimentos que possui vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente no país?

A – (...) Sim, vai de encontro aos requisitos (...) **24**

B – (...) Sim, vai de encontro aos requisitos estipulados (...) **25**

C – (...) Não, pelo facto já apontado anteriormente (...) **26**

(...) não me sentir bem preparada em todas as disciplinas (...) **27**

D – (...) Sim, vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo (...) **28**

4. Qual a opinião em relação à Monodocência nas 5ª e 6ª classes, enquanto professor?

A – (...) Torna-se um pouco difícil lecionar nas 5ª e 6ª classes em regime de monodocência, pois tratam-se de muitas disciplinas para o mesmo professor (...) **29**

(...) existem disciplinas que requerem conhecimentos específicos dessas áreas, como é o caso de Educação Manual e Plástica e Educação Musical (...) **30**

(...) a maioria dos professores não se sentem tão bem preparados, ou o inverso, professores destas áreas a dar as outras disciplinas também sentem as mesmas dificuldades (...) **31**

B – (...) A monodocência permite ao professor ter um melhor conhecimento do aluno uma vez que passam mais tempo juntos (...) **32**

(...) o domínio de conhecimentos das nove disciplinas que compõem o currículo torna a leção mais difícil visto que os professores não dominam de igual modo todas as áreas do conhecimento (...) **33**

C – (...) Considero não muito vantajosa a monodocência porque nem todos os professores dominam as matérias da 5ª e 6ª classe (...) **34**

D – (...) antes da implementação da monodocência deveria ter-se formado os professores, quer através de um novo regime de formação de professores, quer através de reciclagem dos professores já existentes (...) **35**

(...) colmatar as lacunas existentes em termos da especificidade de cada disciplina (...) **36**

a) Considera-a vantajosa em relação à Polidocência?

A – (...) A monodocência não tem vantagens nenhuma em relação à polidocência (...) **37**(...) Para cada disciplina deveria existir um professor com formação específica (...) **41**

B – (...) Não. A monodocência não tem vantagens em relação à polidocência (...) **38**(...) Cada professor tem a sua área de formação e torna-se mais difícil lecionar as matérias que saem fora dessa área (...) **42**

C – (...) Não. Não considero vantajosa a monodocência em relação à polidocência (...) **39** (...) Existem disciplinas para as quais os professores não têm formação específica (...) **43**

D – (...) Não. A monodocência não é vantajosa (...) **40**(...) A única vantagem é a de o professor acompanhar o aluno durante mais tempo ficando assim a conhecê-lo melhor (...) **44**

5. Qual ou quais as vantagens e as desvantagens da Monodocência nas 5ª e 6ª classes?

A – (...) As vantagens só se podem verificar se o professor for o mesmo desde a 1ª classe até à 6ª classe, porque desta forma o par Professor/Alunos conhecem-se bem (...) **45**

(...) se o professor só apanhar os alunos na 5ª ou 6ª classe, não trás vantagens nenhuma porque o par não se conhece e existem muitas disciplinas para lecionar pelo mesmo professor (...) **46**

B – Vantagens:

- (...) O grau de conhecimento do professor em relação aos alunos é maior (...) **47**

- (...) O controlo total do grau de aprendizagem e dos alunos no âmbito geral também é maior (...) **48**

- (...) A relação professor aluno também é maior, acabando-se por conhecer melhor o aluno por causa da quantidade de tempo que estão juntos (...) **49**

As desvantagens são:

- (...) Falta de qualidade de ensino de algumas disciplinas por falta de aptidões profissionais e técnicas que não são oferecidas durante o processo de formação pedagógico (...) **50**

- (...) O professor fica muito sobrecarregado ao lecionar todas as disciplinas e não estamos a primar pela qualidade do ensino (...) **51**

C – (...) Não encontra vantagens na monodocência (...) **52**

(...) o facto dos professores não dominarem todas as disciplinas curriculares da 5ª e 6ª classe não melhora a qualidade do ensino nem ajuda os alunos (...) **53**

D – (...) A única vantagem é apenas a do professor conhecer melhor o aluno pelo tempo que passam juntos (...) **54**

(...) as desvantagens são maiores pois os professores não desempenham o seu papel na perfeição por não dominarem de igual forma todas as áreas curriculares, (...) **55**

(...) prejudicando assim o processo de ensino/aprendizagem(...) **56**

(...) Um professor cuja formação é em Língua Portuguesa não se sente com o mesmo à vontade quando leciona Matemática ou o inverso (...) **57**

(...) alguém que se sinta preparado para lecionar educação Física de certeza que não se sente preparado de igual forma para lecionar por exemplo geografia ou Educação Manual e Plástica(...) **58**

a) A Monodocência ao nível da 5.ª e 6.ª classe, em Angola, deve continuar a ser implementada conforme a legislação vigente?

A – (...) Não deve continuar a ser implementada (...) **59**

B – (...) Não deve continuar a ser implementada (...) **60**

C – (...) Não, deveria haver uma revisão ao sistema de forma a implementar um regime mais vantajoso para os alunos (...) **61**

D – (...) Não deve continuar a ser implementada (...) **62**

6. Considera os programas curriculares adequados às necessidades reais do ensino?

A – (...) Sim, são adequados (...) **63**

B – (...) Não são adequados (...) **64**

C – (...) Sim são adequados (...) **65**

D – (...) Sim o problema está na forma de implementação (...) **66**

7. Em que ano considera que os alunos deveriam passar a um regime de Polidocência?

A – (...) Na 5ª classe, porque é quando aumenta o n.º de disciplinas, passando de três disciplinas na 4ª classe para nove na 5ª classe (...) **67**

B – (...) Na 5ª classe (...) **68**

C – (...) Na 5ª classe (...) **69**

D - (...) Na 5ª classe (...) **70**

.

8. Quais as disciplinas que deveriam ser lecionadas neste regime de ensino?

A – (...) Em polidocência todas as que são dadas agora em monodocência (...) **71**

(...) Em regime de monodocência deveria ser Língua Portuguesa, Estudo do Meio, Matemática, Educação Física e Educação Manual e Plástica (...) **72**

B – (...) Todas as que são dadas agora em monodocência (...) **73**

C – (...) Todas as que são dadas agora em monodocência (...) **74**

D - (...) Todas as que são dadas agora em monodocência (...) **75**

9. Considera o fator inovação uma constante no nosso Sistema Educativo Angolano?

A – (...) Não sei responder (...) **76**

B – (...) Sim a inovação é uma constante (...) **77**

C – (...) Sim, (é inovador) desde que proporcione ao ensino um melhor desempenho e desenvolvimento do mesmo (...) **78**

D – (...) Acho que não. Devia ser implementado um novo sistema com base na realidade angolana (...) **79**

.

10. Qual a sua opinião acerca da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) partir da 5.ª classe?

A – (...) entendo que seria muito interessante a introdução da disciplina de TIC (...) **80**

B – (...) É uma nova disciplina muito importante já que a sociedade encontra-se em constante evolução (...) **81**

C – (...) É indispensável, estamos num mundo globalizado, por isso a partir da 5ª classe os alunos deviam ter a noção de TIC (...) **82**

D – (...) Em termos gerais acho que essa disciplina deveria existir (...) **83**

11. Considera ser importante iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.ª classe?

A – (...) a introdução da disciplina de L. Estrangeira na 5ª classe é interessante até porque os alunos estão numa idade em que aprendem com facilidade outras línguas (...) **84**

B – (...) Sim, deve-se iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe (...) **85**

C – (...) Sim, deve-se iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe (...) **86**

D – (...) Sim, deve-se iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5ª classe (...) **87**

a) Qual?

A – (...) Inglês (...) **88**

B – (...) Inglês (...) **89**

C – (...) Inglês (...) **90**

D – (...) Inglês (...) **91**

b) Quais as vantagens?

A – (...) Ser uma língua Universal (...) **92**

B – (...) Ser uma língua Universal (...) **93**

C – (...) Ser uma língua Universal (...) **94**

D - (...) Ser uma língua Universal (...) **95**

Unidades de Sentido Grupo 2

- **Sexo**

A – Feminino

B – Feminino

C – Feminino

D - Masculino

- **Idade**

A – 29 anos

B – 39 anos

C – 40 anos

D – 29 anos

a) Habilitações

A – Quarto ano da Licenciatura em Informática do Universidade Piaget

B – Licenciatura em Psicologia da Educação

C – Licenciatura em Psicologia Escolar

D – Frequento o último ano da Licenciatura em Psicologia Escolar

b) Área de Formação

A – Formação Média – Pedagogia

B – Psicologia da Educação e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente

C – Psicologia Escolar

D – Psicologia Escolar

c) Anos de Serviço

A – 10 anos

B – 24 anos

C – 17 anos

D – 3 anos

d) Anos (níveis) que lecciona

A – 5ª Classe

B – 5ª Classe

C – 6ª Classe

D – 6ª Classe

1. Fez formações pedagógicas complementares à sua formação inicial que os professores possuem?

A – (...) Fiz várias (...) **1**

(...) a escola onde leciono está equipada com uma área para capacitar os professores que vêm do ensino primário (...) **2**

B – (...) Várias, incluindo formação em Ensino Especial (...) **3**

C – (...) Sim fiz formações (...) **4**

D – (...) Não, tenho apenas a formação média do INE a qual me habilita como professor do ensino primário (...) **5**

a) Aplica-as no decurso das suas funções?

A – (...) Sim, aplico sempre (...) **12**

B – (...) Sim, aplico quando necessário (...) **13**

C – (...) Sim, de vez em quando tenho aplicado (...) **14**

D – (...) Nós formamo-nos logo temos que aplicar aquilo que adquirimos como conhecimento (...) **15**

b) Quais? E quais as vantagens dessa formação?

A – (...) É muito vantajoso (...) **6**

(...) ajuda-nos cada vez mais para quando temos problemas em algumas disciplinas (...) **7**

(...) capacitando-nos mais (...) **8**

B – (...) As formações permitem-nos conhecer melhor o Ser Humano em todas as suas dimensões, sobretudo a criança e o adolescente (...) **9**

C – (...) As vantagens da formação pedagógica é que facilita o professor a conhecer melhor e a usar melhor as técnicas de ensino (...) **10**

D – (...) As vantagens que eu encontro é que o professor adquire conhecimentos pedagógicos que o ajudam a poder lecionar/ensinar (...) **11**

2. De acordo com a formação que adquiriu ao longo dos anos, sente que está totalmente preparado para lecionar em regime de monodocência?

A – (...) Sim. Excetuando nas disciplinas de Educação Manual e Plástica e Educação Musical (...) **16**

(...) disciplinas que requerem algum conhecimento técnico que não possuo (...) **17**

B – (...) Em algumas sim. Em Educação Musical, Educação Física e Educação Manual e Plástica não me encontro totalmente preparada (...) **18**

C – (...) Sim, excetuando Educação Física, Educação Musical e Educação Manual e Plástica. (...) **19**

D – (...) A preparação é contínua e ninguém está totalmente preparado a exercer qualquer papel ou função para que é chamado a executar (...) **20**

(...) Cada dia é uma preparação (...) **21**

3. Será que o nível de conhecimentos que possui vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente no país?

A – (...) Sim. Vai de encontro aos requisitos estipulados (...) **22**

B – (...) Sim. Vai de encontro aos requisitos (...) **23**

C – (...) Sim. Vai de encontro aos requisitos estipulados pelo sistema educativo vigente (...) **24**

D – (...) Os níveis de conhecimento não digo que vão totalmente de encontro (...) **25**

(...) com os manuais que temos ajudam-nos realmente a enriquecer aquilo que nós já temos como conhecimento e podemos então ensinar as nossas crianças (...) **26**

4. Qual a opinião em relação à Monodocência na 5ª e 6ª classes, enquanto professor?

A – (...) em primeiro lugar os professores teriam que frequentar uma formação por forma a colmatar todas as lacunas existentes (...) **27**

B – (...) Penso que não é benéfico para o aluno porque disciplinas como a Matemática, onde a maior parte dos alunos tem dificuldades, elas vão manter-se por mais tempo (...) **28**

(...) regime de monodocência a formação do professor pode não passar por essa área, tornando-se assim mais difícil colmatar as dúvidas ou a pouca apetência do aluno para a Matemática (...) **29**

C – (...) Não é fácil um professor dar todas as disciplinas (...) **30**

D – (...) Acho boa (...) na medida em que exige que o professor se capacite e habilite cada vez mais no domínio de conhecimento que cada disciplina apresenta (...) **31**

(...) professor (...) polivalente, porque enriquece também o professor de vários conhecimentos das ciências que leciona na escola (...) **32**

b) Considera-a vantajosa em relação à Polidocência?

A – (...) Não considero vantajosa (...) **33**

B – (...) Não acho vantajosa (...) **34**

C – (...) Não encontro vantagens (...) **35**

D – (...) Sim é vantajosa (...) **36**

5. Qual ou quais as vantagens e as desvantagens da Monodocência na 5ª e 6ª classes?

A – (...) A única vantagem que encontro é que os alunos não trocam de professores, então eles vão seguindo o método do professor em quase todas as disciplinas (...) **37**

(...) A desvantagem (...) relativamente à especialização dos professores, que é feita numa área e em regime de monodocência os professores dão as áreas todas (...) **38**

B – (...) A única vantagem que este regime apresenta é que o aluno vem desde a iniciação até à 6ª classe com o mesmo professor (...) **39**

(...) As desvantagens recaem principalmente na formação específica de cada professor que em regime de monodocência e com as várias áreas que ministram não têm conhecimento científico ajustado para todas elas (...) **40**

C – (...) Uma vantagem é que permite que o professor alargue os seus conhecimentos científicos (...) **41**

(...) ao preparar-se para lecionar tantas disciplinas não fica limitado à sua área de formação ficando assim com um conhecimento mais vasto (...) **42**

(...) A desvantagem tem a ver com a sobrecarga de trabalho pois a sua capacitação pedagógica não está vocacionada para tantas áreas (...) **43**

D – (...) uma das vantagens é que possibilita que o professor tenha um acompanhamento muito próximo do aluno no seu desenvolvimento intelectual, psicológico ou cognitivo (...) **44**

(...) Este acompanhamento permite que o professor ao conhecer melhor o seu aluno o ajude também melhor naquilo que o aluno tem mais dificuldades (...) **45**

(...) a grande vantagem da monodocência: acompanhar e ajudar os alunos a desenvolverem-se (...) **46**

(...) A desvantagem é a sobrecarga, o excesso de trabalho (...) **47**

(...) algumas disciplinas em excesso (...) **48**

a) A Monodocência ao nível das 5.^a e 6.^a classes, em Angola, deve continuar a ser implementada conforme a legislação vigente?

A – (...) Não deve continuar a ser implementada (...) **49**

B – (...) Não deve continuar a ser implementada (...) **50**

C – (...) Não deve continuar a ser implementada (...) **51**

D – (...) Sim deve continuar a ser implementada (...) **52**

6. Em que ano considera que os alunos deveriam passar a um regime de Polidocência?

A – (...) Na 5.^a classe (...) **57**

B – (...) Na 5.^a classe (...) **58**

C – (...) Na 5.^a classe (...) **59**

D – (...) Na 7ª classe (...) **60**

7. Considera os programas curriculares adequados às necessidades reais do ensino?

A – (...) Sim considero adequados (...) **53**

B – (...) Sim, em relação ao programa não há nada a apontar, está adequado (...) **54**

C – (...) Considera que ainda existem muitas preocupações e necessidades dos meios de ensino. Não está correto obrigar os professores a fazer algumas investigações para poder lecionar tantas áreas curriculares (...) **55**

D – (...) Considero adequadas, poderá, no entanto, haver uma ou outra que não vá de encontro com a realidade dos nossos alunos (...) **56**

8. Quais as disciplinas que deveriam ser lecionadas neste regime de ensino?

A – (...) Todas as disciplinas que se verificam agora no regime da monodocência (...) **61**

B – (...) Todas as disciplinas que se verificam agora no regime da monodocência (...) **62** (...) acrescentar mais uma disciplina a de Corte e Costura (...) **63**

(...) cada vez mais aparecem alunos com batas sem botões ou rasgadas e que se tivessem uma noção de costura essa situação poderia ser colmatada (...) **64**

C – (...) Todas as disciplinas que se verificam agora no regime da monodocência (...) **65**

D – (...) deve continuar como está (...) **66**

(...) Uma disciplina que acho fundamental para a formação dos alunos é a Educação Moral e Cívica (...) **67**

(...) esta disciplina não existir ao nível da 7ª classe deve ser acrescentada (...) **68**

9. Considera o fator inovação uma constante no nosso Sistema Educativo Angolano?

A – (...) Sim. Considero o fator inovação muito importante, visto que alguns professores já se formaram há muitos anos e como os métodos estão sempre a mudar, tornam-se pertinentes as aulas de refrescamento que são dadas através dos seminários existentes (...) **69**

B – (...) Sim, porque nós como seres humanos que somos não podemos estar estáticos, temos que estar sempre dinâmicos, temos que procurar sempre quais são as vias para podermos modernizar (inovar) o nosso ensino (...) **70**

C – (...) Sim, considero o fator inovação uma constante (...) **71**

D – (...) Sim, considero o fator inovação uma constante (...) **72**

10. Qual a sua opinião acerca da introdução da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) partir da 5.ª classe?

A – (...) Considero que ainda é muito cedo para os alunos terem essa aula como disciplina propriamente dita (...) **73**

(...) Proponho que lhe seja dado um outro nome por forma a ser só uma introdução através de desenhos ou bonecos. (...) **74**

B – (...) Acho que para a idade dos alunos é prematuro a introdução da disciplina TIC (...) **75**

C – (...)Penso que essa disciplina só deveria existir a partir da 7ª classe (...) **76**

D –(...)Estamos num mundo global em que a Tecnologia de Informação, Informática, domina. Realmente as nossas crianças deveriam ter o *abc* dessa disciplina para não estarmos muito aquém do que o nosso mundo atual exige (...) **77**

11.Considera ser importante iniciar a aprendizagem de uma língua estrangeira na 5.ª classe?

A – (...) Sim. Deve-se iniciar uma língua estrangeira na 5ª classe (...) **78**

B – (...) Sim. Deve-se iniciar uma língua estrangeira na 5ª classe (...) **79**

C – (...) Não. Só a partir da 7ª classe é que se deve iniciar uma língua estrangeira(...) **80**

D – (...) Acho bom, mas seria melhor que se optasse também pelas línguas nacionais para aculturar mais os nossos alunos e os professores (...) **81**

a) Qual e quais as vantagens?

A – (...) Inglês (...) **82.** (...) Por ser uma língua internacional e multinacional (...) **85**

B – (...) Inglês (...) **82**(...) Por ser uma língua mundial em que todas as pessoas comunicam (...) **86**

C – Os alunos já estão sobrecarregados com disciplinas, logo não faz sentido mais uma. Os alunos já estão sobrecarregados com disciplinas, logo não faz sentido mais uma.

D – (...) Inglês (...) **84**(...) É uma língua muito falada no mundo (...) **87**